

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MARCIA BERALDO LAGOS

**“PALMAS PARA MULHERES MIL” EM COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS: A Participação do IFPR – Câmpus Palmas no  
Programa Nacional de Inclusão Social**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2014

MARCIA BERALDO LAGOS

**“PALMAS PARA MULHERES MIL” EM COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS: A Participação do IFPR – Câmpus Palmas no  
Programa Nacional de Inclusão Social**

Dissertação apresentada para ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Pato Branco como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Regional – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Lourdes Bernartt

PATO BRANCO

2014

L177p

Lagos, Marcia Beraldo.

Palmas para mulheres mil em comunidades Quilombolas: a participação do IFPR Câmpus Palmas no programa nacional de inclusão social / Marcia Beraldo Lagos. -- Pato Branco: UTFPR, 2014.

140 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Profa. Dra. Maria de Lourdes Bernardt

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2014.

Bibliografia: f. 120 – 125.

1. Gênero. 2. Políticas públicas. 3. Quilombolas. I. Bernardt, Maria de Lourdes, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título

CDD 22. ed. 330



## **TERMO DE APROVAÇÃO Nº 55**

### **Título da Dissertação**

**“PALMAS PARA MULHERES MIL” em Comunidades Quilombolas: a participação do IFPR – Câmpus Palmas no Programa Nacional de Inclusão Social**

### **Autora**

**Márcia Beraldo Lagos**

Esta dissertação foi apresentada às 9 horas do dia 28 de março de 2014, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Educação e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Loudes Bernartt - UTFPR  
Presidente

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sonia Maria dos Santos Marques -  
UNIOESTE  
Examinadora

Prof. Dr. Antonio Cavalcante de Almeida – UTFPR  
Examinador

Prof. Dr. Leonel Piovezana – UNOCHAPECÓ  
Examinador

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi  
Coordenador do PPGDR

**O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.**

Dedico este trabalho aos meus filhos Víctor Eduardo e Gabriela pelo amor incondicional, meu marido Frank pelo carinho, amor e atenção que tem me dedicado e aos meus pais, Marcelino (*in memoriam*) e Terezinha, por acreditarem que a educação é a melhor herança que os pais podem deixar para os filhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Marcelino (*in memoriam*) e Terezinha que contribuíram desde o início de minha formação com palavras de incentivos e apoiando nos momentos difíceis.

Aos meus irmãos Elton, Neide e Vaneide pelas sugestões, leituras e palavras de estímulo nessa caminhada.

À professora orientadora, professora Dra. Maria de Lourdes Bernardt, pela orientação precisa, pela paciência e o estímulo constante no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do PPGDR que, de alguma forma, contribuíram nesta etapa da minha formação.

Às professoras Ivânia e a professora Carmem, pela motivação, apoio e contribuição.

À professora Mirele que sempre esteve disposta a contribuir com todas as informações necessárias que estavam ao seu alcance.

Aos professores do IFPR – Câmpus Palmas que contribuíram com relatos, apoio e estímulo para a realização deste trabalho.

À Dona Arlete, líder da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, pela disponibilidade em contribuir com relatos e documentos da comunidade.

Às alunas desta primeira edição do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, cujos relatos foram de fundamental importância para a conclusão deste trabalho.

Às alunas bolsistas Daniele e Graciele pela ajuda para a realização deste trabalho.

À minha amiga Adalgisa pelo apoio, estímulo sempre constante nesta caminhada.

Aos colegas do PPGDR, turma 2012, em especial ao Rodrigo e a Marilúcia pela amizade, fica a saudade da convivência desses dois anos de UTFPR/PPGDR.

Aos professores da Banca que se dispuseram a ler o meu trabalho e a contribuir para a sua realização.

Aos parentes e amigos que me acolheram nesse período de estudo com muito carinho.

Às pessoas que não foram mencionadas aqui, mas que contribuíram indiretamente para a realização deste trabalho.

Por último, mais não menos importante, aos três amores da minha vida, meu filho Víctor Eduardo, que por vezes pedia colo para estarmos juntos nessa caminhada, minha filha Gabriela que pedia “mãe dá um tempo e venha se divertir conosco” e meu esposo Frank, pela compreensão, pelo carinho, pelas sugestões, leituras e companheirismo nas horas mais necessárias.

Muito Obrigada!

## **VOZES - MULHERES**

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos De uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta No fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha recorre todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem - o hoje - o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade.

(EVARISTO, 1990 p.32-33)



## RESUMO

LAGOS, Marcia Beraldo. “Palmas Para Mulheres Mil” em Comunidades Quilombolas: a participação do IFPR – Câmpus Palmas, no Programa Nacional de Inclusão Social. 2014. 140f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2014.

Essa dissertação teve como objetivo analisar a participação do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas em um programa de inclusão social através do Projeto de extensão, denominado Palmas para Mulheres Mil, que propõe elevação de escolaridade e a qualificação profissional das participantes. Este Projeto de extensão tem suas ações respaldadas na política pública “Programa Nacional Mulheres Mil”, com perspectiva de gênero, cujo objetivo, entre outros, é promover a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa caracteriza-se como documental e de campo exploratória, isto é, utilizamos documentos oficiais do Programa Nacional Mulheres Mil, documentos oficiais do IFPR e documentos da Comunidade Quilombola. Para a coleta de dados utilizamos questionários preenchidos na pré-inscrição elaborado pela coordenação do Projeto, questionário de avaliação no final do Projeto, elaborado pela pesquisadora e entrevistas semiestruturada para as alunas concluintes, com o objetivo de caracterizar o perfil das alunas e as questões educacionais das mesmas, bem como os impactos pessoais e profissionais causados pelo Projeto. Utilizamos ainda, entrevista semiestruturada com a Direção Geral e a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPR - Câmpus Palmas, com o objetivo de investigar como se deu a participação do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas e o desenvolvimento do referido Projeto; entrevista com a coordenação do Projeto de extensão, com o objetivo de analisar o desenvolvimento do Projeto e sua contribuição para a instituição; e entrevista com os docentes que desenvolveram atividades no Projeto, objetivando refletir sobre a prática docente em um curso de formação e qualificação voltado para mulheres em condições de vulnerabilidade social. Assim, foi realizada uma revisão teórica acerca das principais categorias elencadas: política pública, política pública com perspectiva de gênero, extensão universitária e quilombola que subsidiaram essa pesquisa, seguida da apresentação dos resultados. Os resultados obtidos na pesquisa indicam que as ações desenvolvidas neste Projeto alcançaram alguns objetivos almejados, no entanto não conseguiu dar conta plenamente da sua proposta inicial, como a elevação de escolaridade e a inserção no mercado de trabalho da maioria das alunas, mas a autoestima das alunas proporcionada pelo Projeto abriu as portas do direito de sonhar com dias melhores.

**Palavras-chave:** Gênero. IFPR-Câmpus Palmas. Mulheres Mil. Políticas Públicas. Quilombolas.

## ABSTRACT

LAGOS, Marcia Beraldo. "Palmas Para Mulheres Mil" em Comunidades Quilombolas: Participation of IFPR - Campus Palmas, in the National Social Inclusion Program. 2014. 140f. Thesis (Master of Regional Development) - Graduate Program in Regional Development, Federal Technological University of Paraná. Pato Branco, 2014.

This thesis aims to analyze the participation of the Federal Institute of Paraná - Campus Palmas in a program of social inclusion through an extension project, titled Palmas para Mulheres Mil, which proposes better educational and professional qualifications for the participants. This extension project has its actions endorsed by the public policy "Programa Nacional Mulheres Mil", with a gender perspective, which aims, among others objectives, to promote the educational, social and productive inclusion of women in vulnerable situations. The research is characterized as documentary and exploratory. We used official documents of Mulheres Mil National Program, official documents of IFPR and Quilombola Community. For data collection we used questionnaires prepared by the project coordination, filled during the pre-registration by the participants, assessment questionnaire at the end of the project, prepared by the researcher, and semi structured interviews for graduating students with the aim of characterizing their profile and educational issues, as well as the personal and professional impacts of the project in their lives. We also used semi structured interviews with the General Manager and Managers of Teaching, Research and Extension of IFPR - Campus Palmas. With the aim of investigating how was the participation of the Federal Institute of Paraná - Campus Palmas and the development of that project interview with the coordination of the extension project, in order to analyze the development of the project and its contribution to the institution; and interviews with teachers who have developed activities in the project in order to reflect on the teaching practice on a training course and qualification facing women in conditions of social vulnerability. Thus, a theoretical review of the main categories listed was performed: Public policy, Public policy with a gender perspective, University extension and Quilombola that supported this research, followed by the presentation of results. The results obtained in this research indicate that actions carried out in this project achieved some desired goals, however failed to realize fully its initial proposal, how high education and entry into the labor market of most students, but the self-esteem of students provided by the project opened the doors of the right to dream of better days.

**Keywords:** Gender. IFPR - Câmpus Palmas. Thousand Women. Public Policy. Quilombolas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01:</b> I Encontro da Turma Mulheres Mil em 14/12/2011 .....	18
<b>Figura 02:</b> Carta de data, 30 de dezembro de 1882.....	23
<b>Figura 03:</b> Oficina de Informática .....	29
<b>Figura 04:</b> O Ciclo da Política Pública .....	34
<b>Figura 05:</b> Oficina de Ervas Medicinais .....	50
<b>Figura 06:</b> Oficina de Leitura .....	79
<b>Figura 07:</b> Como se deu o conhecimento do Projeto, a seleção das alunas, as dificuldades de implantação do Projeto e a construção da proposta de ação do Projeto.....	99
<b>Figura 08:</b> A construção da estrutura da dimensão profissional, a certificação, o alcance dos objetivos e a qualificação profissional. ....	101
<b>Figura 09:</b> Referente às mudanças no modo de vida, a atuação dos parceiros, a colaboração destes e a contribuições dos docentes do IFPR.....	102
<b>Figura 10:</b> Em relação à experiência com a primeira turma e se haverá continuidade do Projeto.....	103
<b>Figura 11:</b> O conhecimento do Programa Nacional Mulheres Mil e o interesse dos docentes em viabilizar o Projeto no IFPR. ....	105
<b>Figura 12:</b> A importância e as contribuições que o Projeto teve para a Comunidade Quilombola e para o IFPR- Câmpus Palmas.....	106
<b>Figura 13:</b> Os aspectos positivos e os aspectos frágeis do Projeto .....	107
<b>Figura 14:</b> O interesse e a inserção no Projeto e a visão deste enquanto Projeto de extensão.....	109
<b>Figura 15:</b> O trabalho com o grupo e a mediação entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico .....	110
<b>Figura 16:</b> Aspectos positivos e aspectos frágeis do Projeto .....	111
<b>Figura 17:</b> Formatura da primeira turma.....	113

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01:</b> Localização geográfica do Município de Palmas na região Centro-Sul Paranaense .....	55
<b>Mapa 02:</b> Demarcação das Terras da Comunidade Quilombola .....	60
<b>Mapa 03:</b> Expansão do Instituto Federal do Paraná .....	64
<b>Mapa 04:</b> Câmpus com oferta do Mulheres Mil 2011/2012 .....	70

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Cursos ofertados no Projeto Piloto da Mulheres Mil .....	45
<b>Tabela 02:</b> Quilombolas em Números.....	57
<b>Tabela 03:</b> Condições Sócio Econômica das Comunidades Quilombolas .....	58
<b>Tabela 04:</b> Comunidades Quilombolas do Município de Palmas/Pr .....	61
<b>Tabela 05:</b> Projeto de Extensão do IFPR em apoio ao programa Nacional Mulheres Mil.....	70
<b>Tabela 06:</b> Dados do Mulheres Mil no IFPR – 2011/2012.....	72
<b>Tabela 07:</b> Recurso Financeiro para os Projetos de Extensão .....	74
<b>Tabela 08:</b> Grade Curricular do Projeto de Apoio às Mulheres Mil .....	76

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Distribuição da População por sexo, segundo os grupos de idade, Palmas – PR .....	56
<b>Gráfico 02:</b> Idade das alunas .....	82
<b>Gráfico 03:</b> Escolaridade .....	82
<b>Gráfico 04:</b> Idade e Escolaridade .....	84
<b>Gráfico 05:</b> Trabalho.....	85
<b>Gráfico 06:</b> Renda Mensal da Família.....	86
<b>Gráfico 07:</b> Estado Civil.....	87
<b>Gráfico 08:</b> Número de Filhos .....	87
<b>Gráfico 09:</b> Repasse de Auxílio Financeiro .....	88
<b>Gráfico 10:</b> Benefício do Governo .....	89
<b>Gráfico 11:</b> Mudança no Comportamento.....	90
<b>Gráfico 12:</b> Inclusão Social e Profissional .....	93
<b>Gráfico 13:</b> Avaliação do Projeto de Extensão .....	97

## LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia  
ABC - Agência Brasileira de Cooperação  
ACCC - Associação do *Colleges* Comunitário do Canadá  
ADCT – Atos das Disposições Constitucionais Transitórias  
AI/GM - Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro  
ARAP - Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia  
CADUNICO – Cadastro Único de Programas Sociais  
Cefet - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica  
CFE – Conselho Federal de Educação  
CIDA/ACDI - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional  
CODAE - Coordenação das Atividades de Extensão  
CONCEFET - Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica  
CONIF – Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica  
CPAE - Comissão Permanente de Avaliação da Extensão  
CPEA – Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos  
CRUTAC - Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária  
EJA – Ensino de Jovens e Adultos  
FACEPAL - Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas  
FACIBEL - Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão  
FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
FCP – Fundação Cultural dos Palmares  
FECOQUI - Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná  
FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas  
FUNESP - Fundação de Ensino Superior e Pato Branco  
GTCM – Grupo de Trabalho Clóvis Moura  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH - Índice de desenvolvimento humano  
IDH – M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IFET - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFPR – Instituto Federal do Paraná  
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
ITCG – Instituto de Terras Cartográficas e Geociências  
MEC – Ministério de Educação e Cultura  
OEI - Organização dos Estados Ibero-Americano  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIPE - Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROEPI – Pró- Reitoria de Ensino Pesquisa e Inovação  
REDENET - Escola Técnica Federal, Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SENAI - Serviço Nacional e Aprendizagem Industrial  
SESI - Serviço Social da Indústria  
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SESC - Serviço Social do Comércio  
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem em transportes  
SEST - Serviço Social dos Transportes  
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo  
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNICS – Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná  
UNIVALE - Universidade Regional, a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2. POLÍTICA PÚBLICA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E ETNIA .....</b>	<b>29</b>
2.1 POLITICAS PÚBLICAS: CONTEXTOS E CONCEITOS .....	30
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	38
2.2.1 Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.....	40
2.2.2 O desafio de contemplar gênero e etnicidade na Política Pública.....	46
<b>3 INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CÂMPUS PALMAS E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA .....</b>	<b>50</b>
3.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DA LEI 5.540/1968.....	51
3.2 O MUNICÍPIO DE PALMAS E A COMUNIDADE QUILOMBOLA .....	54
3.3 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CÂMPUS PALMAS .....	62
3.3.1 O Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil” .....	73
<b>4 “PALMAS PARA MULHERES MIL”: apresentação dos resultados .....</b>	<b>79</b>
4.1 AS ALUNAS.....	81
4.2 A COORDENAÇÃO DO PROJETO.....	99
4.3 A DIREÇÃO DE ENSINO E DIREÇÃO GERAL DO IFPR – CÂMPUS PALMAS..	104
4.4 OS DOCENTES .....	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>126</b>

## 1 INTRODUÇÃO



**Figura 01: I Encontro da Turma Mulheres Mil em 14/12/2011**  
Fonte: Acervo do Projeto, (2012).

*Você começa a ver que a vida não é só filho, casa, marido [...] você começa a renascer porque tem outras atividades para fazer. (ALUNA D, 28/06/2013).*

A figura 01 (um) mostra o I Encontro das alunas do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil” no Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, ocorrido no auditório da Biblioteca do IFPR, um momento ímpar para muitas mulheres que jamais sonharam em atravessar os portões de uma instituição de ensino superior, sendo que a partir de dezembro de 2011 passaram a fazer parte da instituição.

O estudo desta dissertação tem por objeto o Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”<sup>1</sup> do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, que tem por

---

<sup>1</sup> O Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, registrado no COPE – Comitê de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas sob o nº 23408.000283/2012-54 em 16/04/2012.

base o Programa Nacional Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável<sup>2</sup>, um Programa do Governo Federal instituído pela Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011. O referido programa está inserido no Plano Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Trata-se de um estudo sobre a participação do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas na implantação do Programa Nacional Mulheres Mil, por intermédio do Projeto de Extensão denominado “Palmas para Mulheres Mil”, que permitiu à comunidade acadêmica articular teoria e prática, desde a sua implantação e conseqüentemente à sua avaliação.

Visando essa articulação entre teoria e prática é que, como professora Licenciada em Matemática dessa instituição, aceitamos participar do referido Projeto com uma oficina na área de matemática. Juntamente com duas professoras de organizamos uma oficina e neste período diversos questionamentos, tais como: o que trabalhar e como trabalhar os conhecimentos matemáticos, uma vez que temos um grupo de alunas não harmônico; como as mulheres compreendem e apreendem esses conhecimentos matemáticos; quais contribuições enquanto professoras, podemos dar ao grupo; qual o papel do instituto nesse Projeto.

Essas reflexões permearam nossas conversas por várias vezes e foi neste contexto que surgiu a necessidade de conhecer melhor o Projeto. Mais tarde, quando nos submetemos ao processo seletivo para o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Pato Branco, essas reflexões foram ganhando forma e em vista disso nosso anteprojeto que focava a política pública “Programa Nacional Mulheres Mil”, uma política pública com perspectiva de gênero que estaria afinada com o Programa de Pós-Graduação no qual pleiteávamos uma vaga. Após a inserção no Programa, o convívio com os pares, as disciplinas e o acompanhamento do Projeto de Extensão no IFPR- Câmpus Palmas, essas questões foram amadurecendo e a temática a ser abordada reconfigurada. Através das discussões com a professora orientadora procuramos focar nossos estudos na participação do IFPR como instituição executora de uma política pública de inclusão social que propõe

---

<sup>2</sup> Ao nos referirmos ao Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável faremos uso do termo Mulheres Mil.

escolarização e qualificação profissional para mulheres em condições de vulnerabilidade social<sup>3</sup>. Assim, neste estudo, a abordagem da Comunidade Quilombola se fez necessário porque esta primeira edição do Projeto foi formada basicamente por mulheres que residem na Comunidade Quilombola.

Na escolha desta temática, havia a preocupação do objeto de estudo ser um Projeto recente, no entanto, à medida que amadurecemos enquanto instituição pública de ensino, o Projeto tende a caminhar junto. Assim, a relevância deste estudo se dá por ser um Projeto regional, que está presente em todo o território brasileiro e os Institutos Federais são os principais órgãos executores. No âmbito nacional, esta política pública tem como objetivo estimular a inclusão educacional, produtiva e social das mulheres em situação de vulnerabilidade, elevar a escolaridade e a formação cidadã, inserir as alunas no mundo do trabalho, estimular o empreendedorismo, as formas associativas e a empregabilidade interferindo positivamente no desenvolvimento local (BRASIL, 2011 p.8).

Para compreender a participação do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, iniciamos nosso estudo pela delimitação de políticas públicas. Nas últimas décadas estas têm sido temas de intensos debates, que segundo Teixeira (2002), visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Para Mariano (2003), esses debates encontram-se principalmente no interior dos movimentos sociais em luta pelo reconhecimento das minorias. O feminismo e o movimento negro destacam-se como pioneiros nas reivindicações dessas políticas e a Constituição de 1988 também é considerada um marco importante para as mudanças sociais ocorridas no país, salienta Lima (2010).

Vários fatores contribuíram de forma decisiva para a legitimação política e o reconhecimento social da importância de discutir gênero e a desigualdade racial. Dessas discussões surgem às primeiras ações com recorte de gênero e raça no Brasil, podemos citar:

- a) O Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo;
- b) A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher no estado de São Paulo;

---

<sup>3</sup> Vulnerabilidade social pode ser compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento. Uma temática relativamente nova, difundida pelos organismos internacionais, tais como: Nações Unidas, Banco Mundial, CEPAL, com o pressuposto de orientar a consolidação das políticas sociais. (STOCO, 2011)

c) A Lei 7.716/1989 que define os crimes resultantes da prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito de raça, cor da pele, etnia, religião ou procedência nacional;

d) A criação da Fundação Cultural dos Palmares e o reconhecimento das terras dos remanescentes de quilombo;

Em 1995 a partir da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, promovido pelas Organizações das Nações Unidas - ONU que a incorporação de gênero ganhou relevância nas políticas públicas, e a partir de 2003 as questões raciais também começam a ter maior visibilidade com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial<sup>4</sup> - SEPPIR, (LIMA, 2010). Essas mudanças ocorridas nas políticas públicas a partir da década de 1980 fizeram surgir novas categorias sociais, tais como: as mulheres trabalhadoras rurais, jovens do campo e quilombolas.

Para o estudo usaremos a definição de quilombo dada pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA, que define da seguinte forma:

[...], o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ABA, 1994, apud SILVA & NASCIMENTO, 2012 p. 2)

Esta definição serve para compreender a formação da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, que é parte integrante deste estudo. A pesquisadora em alguns momentos optou por narrativas de fatos históricos e memórias da Líder da Comunidade, que são preservados como herança do tempo de seus antepassados que foram escravos, que evidenciam a formação da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista do município de Palmas – PR.

[...] a comunidade sempre existiu, porque os negros quando aqui chegaram, já foi uma combinação com os primeiros negros das expedições, os fazendeiros primeiros que chegaram, cada qual tinha os seus escravos e eles habitaram os campos as fazendas aonde as duas bandeiras se

---

<sup>4</sup> Termo ainda em discussão que entendemos não ser mais necessários quando referido às pessoas, pois somos da raça humana distribuída na Terra em Grupos Étnicos/Ambiental/Cultural. (PIOVEZANA, 2010)

encontravam que é aqui perto de Jose Ferreira dos Santos e Pedro Dias Corte, tem ainda o lugar onde eles se encontravam. (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013)

Os negros construíam suas moradas nos fundos das fazendas, o rio Caldeiras dividia os espaços ocupados pelos fazendeiros e conseqüentemente as construções dos negros faziam vizinhança.

[...] então eles faziam as suas casinhas vindo de lá, depois eles dividiam por área então lá tem o passo da cidade, a cachoeira da cidade, água vem passa e sai lá no rio Caldeira, então eles dividiram pra lá do rio Caldeira que pertencia para a fazenda dos Pitanga, cada família construiu as suas casas, a família do Tobias, e pra cá a família da Adelaide Maria trindade, mais velha matriarca da comunidade, todo mundo dava obediência a ela, daí os filho dela foram tendo os seus filhos, daí vieram às irmãs dela do Rio Grande, vinham também de Guarapuava, daí eles formaram a comunidade aqui, e mais um passo pra lá é a família do José Nunes, o índio albino e lá já deram origem a família Fortunato. (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013)

Essas narrativas mostram que a Comunidade Quilombola não foi formada somente a partir da aquisição de terras, por movimentos de rebeldia, mas também de outras formas conforme relata a Líder da Comunidade.

[...] os negros vinham das fazendas outros fugiam e vinham para cá e formaram aqui o seu quilombo, onde os negros se refugiavam. Se tivesse 5 negros era considerado Quilombo. [...] quando a Dalva Mendes morreu em 1983 e não tinha para quem dar a herança dela, pois era solteira, ela fez um testamento deixando tudo para a comunidade dos negros do Rocio. (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013)

A comunidade inicialmente era rural, sustentava-se basicamente daquilo que produzia. Hoje presta serviços em diversos segmentos, tais como: indústrias, comércio, serviços domésticos, pedreiros e professores. À medida que o município de Palmas - PR foi se urbanizando o espaço rural da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista foi diminuindo não sendo possível viver da agricultura de subsistência e da criação de animais.

No início da década de 1980 os governos municipais começaram a levar para as proximidades e também para o interior das comunidades, pessoas que não eram negras, doando terras, pois os negros, donos dessas terras não tinham escritura no registro de imóveis, tinham apenas carta de data, conforme se pode ver na figura 02 (dois).

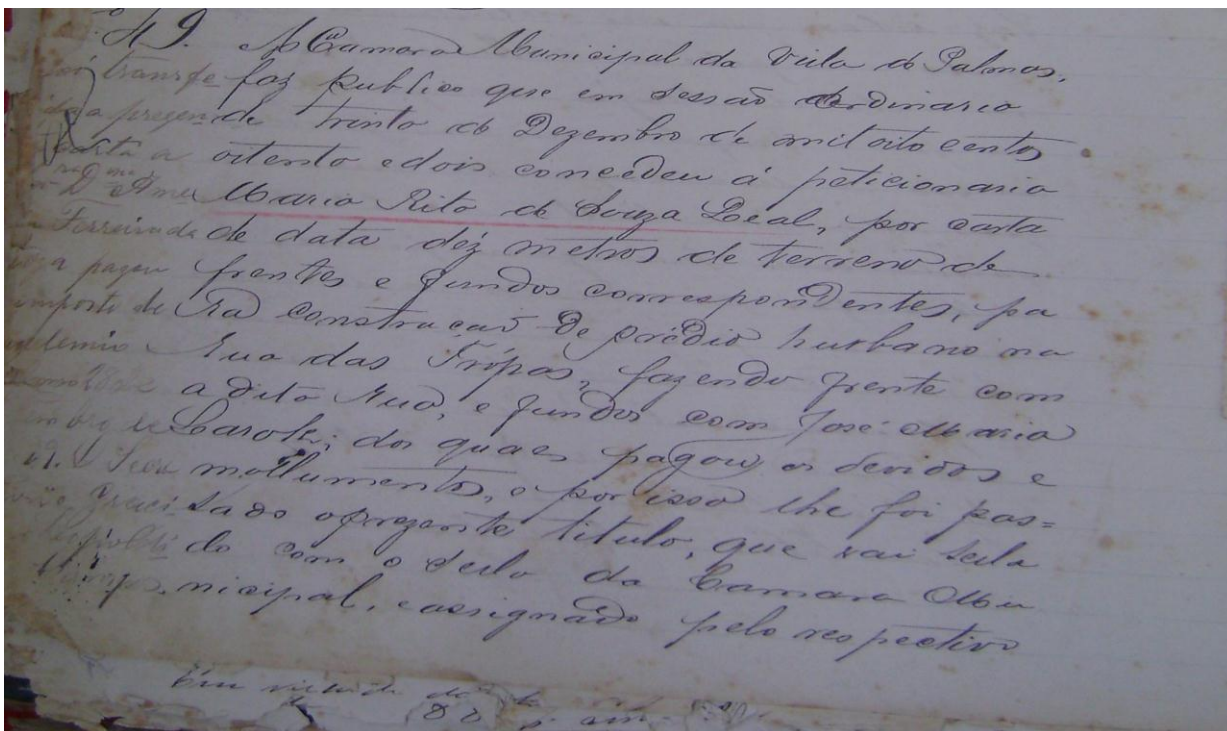


Figura 02 – Carta de data, 30 de dezembro de 1882.  
Fonte: Arquivo Pessoal da Líder da Comunidade, (2013).

Nesta carta datada de 30 de dezembro de 1882, consta que:

[...] A Comarca Municipal da Vila de Palmas, faz público em sessão ordinária de trinta de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois concedeu a peticionária Maria Rita de Tereza Leal, por carta de data dez metros de terreno de frente e fundos correspondentes para a construção de prédio urbano na rua das Tripas, fazendo frente com ... e fundos com a rua José Maria...dos quais pagou os devidos... e por isso lhe foi passado o presente título, que vai selada com o selo da Comarca Municipal e assinado pelo respectivo (ARQUIVO PESSOAL DA LÍDER DA COMUNIDADE, 2013).

As cartas de datas quando de posse dos negros não davam a eles segurança de serem donos daquele pedaço de terra<sup>5</sup>. De acordo com a Líder da Comunidade, partes dessas terras foram sendo doadas e/ou vendidas pelo município para outras pessoas.

[...] a prefeitura começou a dar as terras dos negros porque elas não tinham escritura no registro de imóveis, daí o município dava a carta de data para as pessoas que ali estavam morando sem escritura, que continuavam no nome do município, foi assim que nos perdemos todas as terras, muitas vezes o município vendia as terras para fazer chácara (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013).

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que a Lei da terra, data de 18 de setembro de 1850 e regulamentada em 1854. Nas entrelinhas era proibido vender, dar ou legalizar terras para negros e índios (PIOVEZANA, 2010).

O título de posse coletiva de terras para os grupos de quilombolas é de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tal procedimento, consiste em um processo lento e complexo, ressalta a líder da comunidade.

Desta forma a questão de gênero e etnia presente neste estudo é importante, tendo em vista que o Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, configura-se como apoio à política pública nacional Mulheres Mil, estruturada para atender essencialmente mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social independente de cor, etnia ou credo.

No Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, o grupo que formou a primeira edição do referido Projeto constitui-se, em grande parte por mulheres moradoras da Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista. Por isso neste estudo, ao nos referirmos à Comunidade Quilombola, estamos nos reportando à Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista.

Neste contexto, formulamos o problema de pesquisa: Como se dá a participação do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas no Programa Nacional de Inclusão Social para Mulheres?

No intuito de responder ao problema proposto, este estudo tem como objetivo geral analisar a participação do IFPR – Câmpus Palmas em um Programa de Inclusão Social através do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, que propõe elevar o nível de escolarização e a qualificação formal das participantes. Para tanto, os objetivos específicos são:

- Caracterizar o perfil do público participante da primeira turma, destacando as questões educacionais;
- Investigar junto às participantes deste Projeto se houve impacto, em curto prazo, no seu cotidiano profissional e pessoal;
- Investigar junto à Direção do IFPR – Câmpus Palmas e a Coordenação do Projeto a participação do instituto para o desenvolvimento do referido Projeto;
- Refletir sobre a prática docente dos professores inseridos no Projeto;

Para a realização da pesquisa fez-se um recorte de tempo: 2011 a 2012, em razão de ser o ano de início do Projeto de Extensão no Instituto Federal do Paraná –



Câmpus Palmas e o grupo de mulheres serem predominantemente da Comunidade Quilombola.

Assim, a pesquisa se justifica por ser uma política pública inserida num conjunto de prioridades do governo federal, principalmente no eixo de promoção da equidade, igualdade entre os sexos, combate a violência contra a mulher e o acesso à educação, isto é, uma política que aplicada com eficiência irá possibilitar a inclusão social das mulheres no mundo do trabalho. Justifica-se também à luz dos objetivos da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação dos IF's, a saber:

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; (Lei nº 11.892/2008, Seção III, art. 7º)

Visando atingir os objetivos e responder ao nosso problema de pesquisa, os dados foram coletados através de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo exploratória.

A primeira etapa se deu através de pesquisa bibliográfica: livros, textos e trabalhos acadêmicos, no intuito de dar suporte ao embasamento teórico, segundo Gil (2007 p.71) permite ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Na segunda etapa foi realizada a pesquisa documental nas seguintes fontes: a) Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011; b) Portaria 1.015 de junho de 2011; c) Plano de Trabalho do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, necessário para a adesão do IFPR- Câmpus Palmas ao Programa Nacional Mulheres Mil; c) Relatório Final do referido Projeto; d) Materiais de divulgação produzidos pelo governo; e) Mídia impressa e fotos para uma compreensão desta política pública. Conforme Gil (2007, p.66) esta pesquisa vale-se de documentos que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Na terceira etapa ocorreu a pesquisa de campo: a) Questionários sócio-econômico<sup>6</sup> (APÊNDICE 1) preenchido pelas candidatas ao Projeto de Extensão; b) Questionário de avaliação do Projeto preenchido pelas alunas que concluíram o curso (APÊNDICE 2); c) Entrevistas semiestruturadas aplicadas individualmente com local, data e horário previamente agendado com as alunas (APÊNDICE 3); d) Entrevista semiestruturada aplicada à coordenação do Projeto de Extensão, a mesma ocorreu no interior do Instituto Federal do Paraná com local e data previamente agendada (APÊNDICE 4); e) Entrevista semiestruturada aplicada em conjunto a Direção Geral e a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão a pedido das mesmas, ocorreu na sala da Direção Geral com horário e data previamente agendada (APÊNDICE 5); f) Entrevista semiestruturadas aplicada individualmente aos docentes ocorreu na sala da pesquisadora no interior do Instituto Federal do Paraná com data e horário previamente agendada (APÊNDICE 6). Com o objetivo de buscar nas descrições palavras que expressam sentimentos e impressões do Projeto, a entrevista é “uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante, com a finalidade de esclarecer uma questão” (CHIZZOTTI, 1995 p.45).

Neste sentido a pesquisa caracterizou-se como de campo exploratória, cujo objetivo é trazer familiaridade ao problema, explicitando-o. Este tipo de pesquisa poderá proporcionar uma visão mais geral do objeto de pesquisa, tendo em vista que esta é uma política pública recente no estado do Paraná, isto é, suas ações tiveram início no final de 2011, dificultando assim a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2007, p. 43).

Através de uma abordagem qualitativa, que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalhar com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1997 p.21-22).

Para a análise dos dados optamos por uma proposta dialética.

Ela se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. [...] Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos (MINAYO, 1994, p. 24).

---

<sup>6</sup> Questionário sócio-econômico elaborado pela Coordenação local para preenchimento das candidatas ao Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, em 2011.

Assim, procuramos considerar as relações existentes entre os sujeitos e o contexto em que estão inseridos haja vista a relação dinâmica que existe entre o mundo real, objetivo e a subjetividade dos sujeitos. No entanto, o resultado final dessa pesquisa não representa necessariamente o fim, mas uma aproximação com uma realidade que admite modificações.

Neste contexto, o estudo foi realizado com as alunas egressas da primeira turma do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, totalizando um universo de 37 (trinta e sete) alunas. Também fizeram parte deste estudo 07 (sete) docentes do Projeto, a Coordenadora local do Projeto, a Direção Geral e a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPR – Câmpus Palmas.

Quanto ao grupo das alunas a amostra foi constituída por 30% das alunas que concluíram o Projeto no município de Palmas-PR, selecionadas aleatoriamente entre as moradoras da Comunidade Quilombola; por 30% dos docentes que trabalharam no Projeto selecionado aleatoriamente, pela Coordenação local do Projeto e pela Direção Geral e a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão. Sendo que os participantes tiveram conhecimento da pesquisa mediante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>7</sup> (APÊNDICE 07), o qual foi assinado por todos no ato de participação das entrevistas.

Em relação às entrevistas realizamos inicialmente a transcrição das mesmas, que passaram no mínimo, por duas leituras a fim de identificar e selecionar as expressões que apareceram com maior frequência.

Por questões metodológicas os dados coletados foram apresentados da seguinte forma: a) Os relatos das alunas foram identificados por letra maiúsculas do nosso alfabeto de A até K, e os resultados dos questionários por meio de gráficos; b) As falas dos docentes foram identificadas por D1, D2 e D3, e apresentados em forma de organograma; c) Os relatos da Coordenação Geral do Projeto foram apresentados em forma de organograma; d) Quanto a Direção Geral e a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão não fizemos distinção na narrativa por opção da pesquisadora e também apresentamos em forma de organograma;

Assim, a presente dissertação está organizada da seguinte forma: introdução, três capítulos e as considerações finais.

---

<sup>7</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se arquivado junto à pesquisadora.

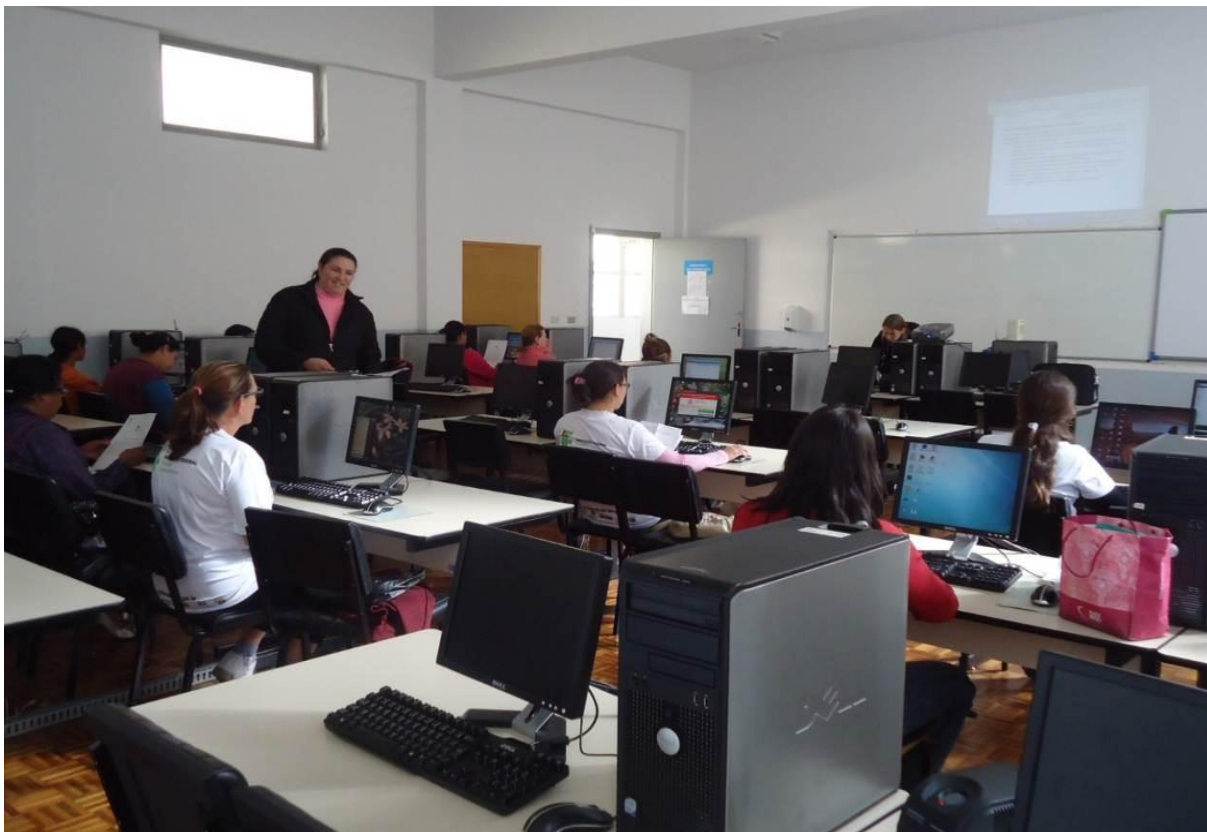
No segundo capítulo fizemos uma revisão teórica para contextualizar o cenário onde aparecem os primeiros estudos sobre políticas públicas no Brasil, dando destaque à questão de gênero e às etnias nas formulações dessas políticas públicas, bem como à implantação delas nas instituições de ensino com o objetivo de promover o desenvolvimento regional.

No terceiro capítulo apresentamos uma caracterização do município de Palmas, da Comunidade Quilombola, da política pública que originou este Projeto e do histórico do IFPR – Câmpus Palmas enquanto instituição de ensino com o intuito de compreender o cenário na qual foi inserido o Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”.

No quarto capítulo apresentamos os resultados e discussões acerca dos questionários de avaliação, das entrevistas com os grupos definidos inicialmente, dialogando com a literatura, procurando alcançar os nossos objetivos já elucidados. Por fim apresentamos as nossas considerações a respeito da pesquisa buscando respostas para a problemática proposta inicialmente neste estudo.

Destacamos que cada início de capítulo incluindo a introdução e as considerações finais apresentaram uma fotografia das alunas em diversos momentos do curso acompanhada por um trecho da entrevista, a saber: figura 1, foto do Primeiro Encontro das alunas com a equipe diretiva do IFPR- Câmpus Palmas; figura 3, realização da Oficina de Informática, ministrada por uma aluna bolsista do Projeto; figura 5, Oficina de Ervas Medicinais ministrada por um professor do curso de Farmácia; figura 6, Oficina de Leitura ministrada pela professora do curso de Letras; figura 17, Solenidade da Formatura da primeira turma do Projeto Mulheres Mil.

## 2. POLÍTICA PÚBLICA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E ETNIA



**Figura 03: Oficina de Informática**  
Fonte: Acervo do Projeto, (2012).

*É uma coisa mágica, computador era uma coisa [...] nunca tive a curiosidade de chegar perto, era aquele bicho. (ALUNA D, 28/06/2013)*

A figura 03 (três) mostra um dos momentos da Oficina de Informática, objetivando a inclusão digital e oportunizando as mulheres o uso da tecnologia em benefício próprio.

O objetivo deste capítulo é apresentar o referencial teórico a partir dos quais serão desenvolvidas as análises das questões propostas nesta dissertação. Na primeira seção é contextualizado o cenário em que aparecem os primeiros estudos sobre políticas públicas no Brasil, cujo processo de democratização, iniciado na década de 1980, possibilitou a emergência de novos atores nas arenas políticas e a legitimação destes, é o caso das mulheres e dos quilombolas. A segunda sessão propõe um debate em torno dos aspectos conceituais de política pública com perspectiva de gênero. Seguida de um exemplo desta política, o Programa Nacional

Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável bem como o desafio de contemplar gênero e etnia na política pública. O objetivo foi realizar a aproximação com o contexto empírico da pesquisa, visando subsidiar a análise através destes referenciais.

## 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTEXTOS E CONCEITOS

Para iniciar a discussão sobre políticas públicas, consideramos importante contextualizar em que cenário surgem os estudos sobre estas políticas. Os primeiros trabalhos científicos sobre políticas públicas são realizados no final da Ditadura Militar, na transição para a redemocratização, isto é, no final da década de 1970 até a metade dos anos 1980 (COSTA, 2012). Ainda na década de 1980 é promulgada a Constituição Brasileira de 1988, vigente até os dias atuais, que incorpora a promessa política de construir e manter uma democracia sustentável.

É neste cenário político, de construção de um novo modelo de democratização, que emergem novos atores sociais na arena de disputa dos problemas sociais (COSTA, 2012). As políticas setoriais deste período ganham novos olhares, isto é, os estudos passam a ter como principal preocupação a compreensão destas para propor novas alternativas a fim de pensar o novo desenho institucional. Estes estudos apontam para a necessidade de reformar o Estado, no sentido de garantir o acesso a serviços e a participação política dos “novos” atores sociais, principalmente os que sempre estiveram à margem das políticas setoriais e econômicas, tendo como estratégia institucional promover o enfrentamento da dívida social do Brasil para com seus cidadãos (HOCHMAN, 2007 p. 14 apud COSTA).

É neste contexto político, na década de 1990 que as análises de políticas públicas passam a ser examinadas a partir das suas relações com as instituições políticas, e com isto aferindo-se a capacidade de afetar as estratégias dos atores e as tomadas de decisões. É neste campo de disputa que emerge a questão de gênero, alvo de discussões, debates e propostas (COSTA, 2012 p. 458).

Ainda segunda essa mesma autora, a expressão política pública em um contexto mais amplo assume significados diferentes, ora indicando um campo de atividade, ora um propósito político e outras vezes programas de ação com

resultados específicos. A autora considera importante reforçar que nesta concepção, as políticas públicas devem orientar as ações do Estado, a fim de combater problemas decorrentes de um regime de democratização e continuamente interrompido pela renovação periódica dos governantes. Diante desta afirmação, a autora considera importante distinguir políticas públicas de políticas setoriais e políticas econômicas, embora todas tenham como objetivo proporcionar o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

As políticas setoriais são responsáveis por garantir os direitos sociais assegurados na constituição, tais como: saúde, educação, previdência social, habitação e segurança, enquanto a política econômica refere-se especificamente à política monetária e as políticas públicas são o meio de ação do Estado. Através delas a União, Estado e Município conseguem concretizar direitos e garantias fundamentais, no entanto, Luz (2009) destaca que:

Isso nem sempre acontece, pois depende da organização daqueles que são excluídos dos benefícios sociais, no sentido de exigir seus direitos, formular propostas, fiscalizar a execução de planos e Projetos governamentais, entre outras ações. (LUZ, 2009 p. 195)

Desta forma, Schmidt (2008) considera importante diferenciar os conceitos metodológicos de uma política pública, que é fundamental para a compreensão da dimensão da política pública, o conhecimento das várias fases que a definem, desde a sua criação até as análises dos seus resultados. Assim, a elaboração de uma política pública inicia-se com a percepção e definição do problema. Sem esta percepção não é possível iniciar um processo de construção, ou seja, é necessário transformar o reconhecimento de uma dificuldade em problema político ou social. Além deste esforço, é importante que a questão desperte interesse não só do governo, mas principalmente da sociedade. Geralmente a comoção ocorre primeiramente na sociedade que, no caso do Brasil, acaba se tornando meio propulsor para que determinada situação ocupe a agenda de prioridade do governo (SCHMIDT, 2008). Isto explica as razões pelas quais as políticas de gênero somente nas últimas décadas passam a fazer parte da agenda de governo.

Depois de ter se tornado um problema político é preciso pensar na elaboração de políticas para corrigi-las, ou seja, a formulação das chamadas políticas públicas. No caso da questão de gênero, a sociedade brasileira ao

reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, através dos movimentos feministas, legitimando assim estas reivindicações, conseguiram criar um problema. O próximo passo é inserir este problema na agenda política. A partir deste momento, passa-se a pensar ações para amenizar ou acabar com estes problemas visíveis. Iniciando assim a segunda fase de políticas públicas que é a sua elaboração, nesta fase se define como o problema será solucionado ou amenizado, quais elementos e alternativas serão adotadas. Trata-se de uma fase de negociação e conflitos entre os agentes públicos e grupos sociais interessados, assim Teixeira (2002) definiu política pública como:

[...] um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (TEIXEIRA, 2002, p. 5).

A definição de Teixeira, embora nos remeta à ideia de governo, está diretamente ligada ao cotidiano das pessoas envolvidas em entidades representativas de diversos segmentos sociais ou produtivos, de âmbito não governamental. Com a possibilidade de participação mais intensa da sociedade, nota-se a inclusão nos discursos destes representantes e de gestores públicos (agentes de governo) da preocupação quanto à formatação de Projetos e ações na forma de leis. Entretanto, na prática, as políticas públicas podem assumir múltiplas formas: legislação, recomendações oficiais em relatórios de organismos e departamentos governamentais e resultados apurados por comissões apontadas pelos governos.

Segundo Teixeira (2002), as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis, objetivando também, entre outras coisas: a) ampliar e efetivar direitos de cidadania gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente; b) promover o desenvolvimento criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas), e; c) regular conflitos entre os diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, têm contradições de interesses que não se resolvem por si mesmas ou pelo mercado e necessitam de mediação.



Os objetivos das políticas exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação.

A formulação de políticas públicas ocorre numa arena de disputas, negociações entre gestores e grupos sociais interessados, pois é o momento de definição sobre o melhor modo de solucionar o problema político, pois envolvem escolha de estratégias a serem usados. Ao se analisar as políticas públicas em qualquer nível são necessárias observar o seu aspecto conflituoso. Souza (2006) considera o processo de elaboração de política pública como sendo o caminho através do qual os governos traduzem seus propósitos em ações, que objetiva produzir resultados ou mudanças no mundo real. Seguindo este raciocínio Schmidt (2008) complementa afirmando que a formulação de uma política compreende o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, bem como atribuições de responsabilidades, concretizando assim em Planos ou Programas, os quais surgem os Projetos que se desdobram em ações.

A implantação é a próxima fase: trata-se de executar as propostas que foram feitas na fase de elaboração, ou seja, é o momento de colocar em prática o que foi planejado. Pode ser implantado pelo próprio governo ou delegada a outros órgãos como: consultores, universidades, órgãos externos ou organizações da sociedade civil. Nesta fase permanece o “caráter conflituoso que permeia todas as fases das políticas públicas, apesar de possuir um caráter de execução” (SCHMIDT, 2008).

Na prática, a implantação de uma política pública não é simples, é preciso novas negociações, novas decisões, isto é, examinar a articulação entre os agentes de formulação e os agentes responsáveis pela implantação, passa a ser um ponto importante nesta fase assim como analisar a autonomia dos implantadores e o seu comprometimento.

A última fase é a avaliação, isto é, o estudo dos sucessos e fracassos destas políticas para o público alvo definido e seus impactos na sociedade, ou seja, se a política pública proposta atingiu os seus objetivos ao qual se propôs. Estas fases podem ser visualizadas na Figura 04, o Ciclo das Políticas Públicas onde Suzina (2013) baseado em Knoepfel<sup>8</sup>, relaciona cada uma dessas fases.

---

<sup>8</sup> KNOEPFEL, P. et. al. *Analyse et Pilotage des Politiques Publiques*. Zurique: Verlag Ruegger, 2006.



**Figura 04: O Ciclo da Política Pública**  
 Fonte: SUZINA (2013 p. 17)

Na primeira fase, de acordo com a autora a (Re) emergência de um problema é o delineamento de um problema novo ou velho a ser resolvido e normalmente acompanhado por suas prováveis causas. A percepção dos problemas é um aspecto pertinente à primeira fase, uma vez que neste momento ainda estamos identificando o problema e a sua influência num determinado contexto.

Nos documentos do Programa Nacional Mulheres Mil identificamos uma série de problemas presentes em todo o território brasileiro, tais como: o crescente número de mulheres responsáveis pelo sustento da família; 73% das mulheres ganham menos do que o cônjuge; dificuldade de acesso à formação e qualificação profissional; exclusão educacional e social dos moradores das áreas rurais, (BRASIL, 2011). Essas questões juntas constituem-se em um problema ainda maior, como o aumento da pobreza no país que neste caso vai influenciar diretamente no desenvolvimento do país. A longo prazo é uma problemática que poderá trazer grandes prejuízos ao estado brasileiro, assim o governo precisa de ações que possam resolver senão por completo pelo menos parte dos problemas.

Na terceira fase, o Agendamento, é a definição política do problema público, no entanto, nem todas as necessidades sociais fazem parte da agenda política. Segundo Suzina (2013 p. 22), o agendamento pode ser considerado um filtro, que separa a quantidade de problemas existentes daqueles que serão tratados pelo poder público.

Nesta fase, o Programa Nacional Mulheres Mil representa uma política que vai tentar solucionar diversos problemas, uma vez que dificilmente vai conseguir resolver todos os problemas existentes dentro deste contexto. Entre os problemas a serem solucionados, o Programa prioriza a “redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas e o compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero” (BRASIL, 2011 p. 1).

Quando o problema passa a fazer parte da agenda política então chegamos à fase seguinte que é a formulação de alternativas, isto é, delinear uma política pública que será aplicada para resolver o problema. Nesta fase, assim como nas anteriores, é importante a opinião dos atores envolvidos no contexto, assim a pessoa responsável (ou o grupo) de elaborar a política pública terá em mãos diversas informações que vão contribuir com a legitimidade da mesma.

Na formulação das alternativas, conforme constatamos nos documentos o Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC) é a instituição responsável para coordenar o Programa. Para a elaboração dessa política as informações vieram de diversos setores, entre eles: a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). (BRASIL, 2011 p. 2)

A fase seguinte prevê a adoção de um programa, isto é a conclusão da elaboração da política pública, destaca a autora:

A formulação de um programa e de um arranjo político-administrativo, incluindo objetivos, instrumentos políticos e de gestão, procedimentos de aplicação da política pública, além de possíveis enunciados para a futura avaliação da política (SUZINA, 2013 p. 23).

Esta fase também é considerada um filtro, pois somente as propostas consideradas mais adequadas e com probabilidade de sucesso serão incorporadas ao desenho da política pública.

Neste caso, a adoção do Programa Mulheres Mil foi decorrente de uma cooperação internacional entre Brasil-Canadá. No Canadá, o Programa tinha como objetivo a divulgação de metodologias sociais de intervenção possibilitando o desenvolvimento sustentável como prática social concreta e lidar com o contingente de imigrantes oriundos de países em condições de baixo desenvolvimento (SOUZA, et. al., 2011 p.3). No Brasil, o Programa foi adaptado para a nossa realidade e aplicado como Projeto piloto nas regiões Norte e Nordeste.

A etapa seguinte é a concretização da ação, isto é, como será a sua implementação. Segundo a autora, a implementação é vista sob duas perspectivas: de cima para baixo (*top down*): que é a aplicação descendente ou, em outras palavras, do governo para a população e de baixo para cima (*bottom up*): que é a aplicação ascendente ou da população para o governo.

a) De cima para baixo: representa um modelo centralizado, onde apenas um número muito pequeno de funcionários participa das decisões e opina na forma da implementação das Políticas Públicas. Ele reflete uma concepção hierárquica da administração pública, segundo a qual a decisão tomada pela administração pública seja acatada e cumprida pelos demais envolvidos, sem questionamentos.

b) De baixo para cima: este modelo é caracterizado pela descentralização, ou seja, ele supõe a participação dos beneficiários ou do usuário final das políticas em questão. Ele representa uma perspectiva participativa das Políticas Públicas, o que é possível pelo contato direto do cidadão com o aparato da administração pública. Os beneficiários são chamados a participar (SEBRAE, 2008 p.15).

O Programa Nacional Mulheres Mil como Projeto piloto e depois a partir de 2011, como política pública, com expansão para todo o estado brasileiro, tem a sua implementação de cima para baixo (*top down*), isto é do governo para a população. Esta perspectiva é evidenciada na Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011.

A União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, convoca, por meio da presente Chamada Pública, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a apresentarem propostas de adesão ao Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimentos Sustentável (BRASIL, 2011 p.01).

Nesta passagem do papel para a realidade, surgem muitos desafios, tais como: a interpretação dos atores que vão implementar a política pública, a adaptação ao contexto em que serão desenvolvidas as ações. Esses desafios podem gerar material de aprendizado a partir da etapa de avaliação, salienta Suzina, (2013).

A fase de avaliação, em geral, localizada no final do ciclo de uma política pública, também pode ser realizada em outros momentos do ciclo de uma política pública permitindo ao gestor quais ações estão produzindo resultados melhores além de cumprir com as seguintes funções:

- Avaliar os resultados alcançados pela política em questão em relação aos objetivos propostos;
- Fornecer informações em quantidade e qualidade suficientes para tomar decisões a respeito da continuidade ou da reforma da política, bem como sobre a necessidade de políticas complementares;
- Responder às demandas de prestação de contas, cada vez mais exigidas pela sociedade (FARIA, 2005 apud SUZINA, 2013 p.127-128).

Assim, o processo de avaliação deverá levar em conta os impactos causados nos beneficiários, a relevância da política, sua eficiência, eficácia e a sustentabilidade das ações desenvolvidas.

Esta fase em relação ao Programa Mulheres Mil se deu com o término de cooperação entre os dois países em 2011, onde surgiram diversos materiais de divulgação dos resultados, como o livro “Mulheres Mil na Rede Federal – Caminhos para a Inclusão”, dado a observância de resultados positivos os coordenadores do Programa Mulheres Mil iniciaram um processo para a sua transformação em política pública com alcance em todos os estados brasileiros.

Cada uma das etapas que compõem a formulação de uma política pública é importante, diante disso a autora destaca que:

[...] a gestão pública é um campo dinâmico e flexível e, portanto, este é um esquema que ajuda a compreender o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, mas não deve jamais ser dado como fórmula absoluta sobre a ordem dos fatos (SUZINA, 2013 p.18).

Nesta perspectiva, as políticas públicas não são vistas como programas de setores em conformidade com as necessidades do Estado. Elas devem estar

interligadas a partir da construção das instituições e processos políticos, intimamente ligados às questões que regem a sociedade.

## 2.2 POLÍTICA PÚBLICA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Os estudos das políticas educacionais da perspectiva de gênero tiveram início na década de 1990 no Brasil, com a reforma educacional. Modelo proposto pela política social neoliberal, cujo objetivo era responder um grande desafio, obter ganhos de qualidade e ao mesmo tempo restringir o uso do dinheiro público. Tais reformas não são exclusivas do Brasil, mas em todo cenário internacional, que outorga a educação como estratégia fundamental para reduzir as desigualdades sociais, econômicas, nacionais e internacionais.

A denominação de gênero na plataforma da política educacional tem significado nacional e internacional contra a discriminação das mulheres. Tentar amenizar a desigualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso a bens, terra, trabalho, etc., assim como no poder. Esta mudança depende do empoderamento<sup>9</sup> da mulher que, por sua vez, tem efeito na relação de gênero, e, portanto, uma pré-condição de chegar à simetria entre homens e mulheres (ROSEMBERG, 2001).

A educação formal, como instrumento de políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de pobreza constitui um eixo de análise para as relações de gênero considerando a noção de empoderamento, como estratégia de desenvolvimento. Esta estratégia não necessariamente se traduz em crescimento econômico, mas num processo mais amplo e abrangente, no qual diversos atores sociais têm papel importante.

Segundo Farah (2004), o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996, destaca no Brasil a “feminização da pobreza”, chamando a atenção para a disparidade salarial e para a situação particularmente vulnerável das mulheres chefes de família. Com base na noção de feminização da pobreza, o Banco Mundial

---

<sup>9</sup> Empoderamento: O termo é um anglicanismo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder. Na concepção de Paulo Freire o empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica (BAQUERO, 2012).

recomendou a focalização de políticas de combate à pobreza e também produziu um documento, intitulado “*Rumo a Igualdade de Gênero*”, que analisa o papel das políticas públicas na redução das desigualdades de gênero. Este documento propôs que na elaboração de políticas de educação, saúde, serviços de extensão rural, infraestrutura rural e urbana, e em áreas como segurança e geração de emprego e renda, tenha como foco a mulher.

A proposta de focalização baseia-se no argumento de que esta garantirá maior eficiência às políticas de combate à pobreza: a atenção privilegiada às mulheres – seja por seu papel na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja ainda pela presença significativa de mulheres entre a população pobre – terá impacto na sociedade como um todo. Movimentos e entidades de mulheres no Brasil e no exterior passaram também a defender a proposta de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais tenham as mulheres como um de seus alvos prioritários. Essa proposta esteve presente na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, ocorrida em Pequim no ano de 1995. Com base no diagnóstico de que as mulheres dos países em desenvolvimento são as mais atingidas pela intensificação da pobreza dos anos 80, em decorrência da recessão prolongada e dos programas de ajuste, recomendou-se a criação de programas de apoio a mulheres (acesso a crédito e geração de emprego e renda).

A partir desta consideração fundamenta-se a incorporação do gênero nas políticas públicas como categoria analítica e dimensão do empoderamento como estratégia do desenvolvimento humano. O referencial teórico de gênero que orientou este estudo é a definição dada por Scott (1995), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Nesta concepção, a questão de gênero também é vista como uma categoria analítica onde as desigualdades entre homens e mulheres foram construídas historicamente, criando normas, costumes e práticas, reforçando atitudes e comportamentos socialmente vividos numa cultura machista, patriarcal e racista que precisa ser transformada com a construção de novos valores que incluam respeito às diferenças e valorizem as relações de igualdade e oportunidade entre os seres humanos (SCOTT, 1995).

De acordo com Rodrigues (2004), a atuação dos Movimentos Feministas, juntamente com as conquistas em âmbito internacional, foi fundamental para

impulsionar políticas públicas para as mulheres no país. Ela complementa, dizendo que: um dos caminhos mais eficazes para se enfrentar as desigualdades e as discriminações vivenciadas pelas mulheres: negras, indígenas, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, com necessidades especiais, jovens e idosas, entre outras, é a implantação de políticas públicas com perspectiva de gênero.

A concepção de gênero de Scott (1995) permite distinguir ações para mulheres e ações com perspectiva de gênero. A primeira é dirigida exclusivamente ao público feminino, reforça a ideia de que a reprodução e a diferença sexual explicam as diferenças sociais, mas, sem questionar as relações à hegemonia de gênero. Enquanto que as políticas com perspectiva de gênero centram nas relações socialmente construídas entre homem e mulheres, que perpetuam tanto no individual quanto no coletivo (OSÓRIO HERNANDEZ, 2009). Neste contexto, o programa de qualificação formal Programa Nacional Mulheres Mil, do Ministério da Educação, é uma política para mulheres, mas com a pretensão de alterar as relações de poder socialmente constituídas, promover a autonomia econômica e social das mulheres, ou seja, contempla a perspectiva de gênero.

### 2.2.1 Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável

O Programa Nacional Mulheres Mil é ação pública do governo federal que começou a ser pensada em 2005, a partir de uma ação colaborativa entre o Brasil e o Canadá, visando atender os compromissos e diretrizes das políticas públicas do Governo Brasileiro e dos acordos internacionais assumidos entre os dois países. Este Programa trouxe o desafio de atender mulheres de diversas idades, em situação de vulnerabilidade econômica e social, com baixa escolaridade e a margem do mundo do trabalho, sendo esta uma realidade que não é exclusividade das regiões norte e nordeste do Brasil, onde teve início o Projeto piloto.

Os trabalhos desenvolvidos nos Projetos estavam voltados para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, a permanência e o êxito das alunas no processo educacional, na formação



e inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2011). A Metodologia<sup>10</sup> Sistema de Acesso, Permanência e Êxito foi desenvolvida para acolher mulheres que se encontram em diversos contextos de marginalização e vulnerabilidade social.

Considera-se acesso um conjunto de serviços, métodos e sistemáticas de aproximação, compreensão e diálogo com a comunidade, que possibilite o processo de inclusão de populações não tradicionais nas instituições educacionais. (BRASIL, 2011)

Esta concepção de acesso inclusivo, que reconhece e valoriza os saberes construídos na comunidade, na realidade do cotidiano, traz não só para os Institutos, mas para toda instituição que esteja incluída no Programa Mulheres Mil, uma oportunidade de estabelecer um diálogo com as diversidades, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo dessas mulheres e das populações não tradicionais (BRASIL, 2011 p. 4).

Uma metodologia pautada em um processo planejado, articulado e integrado, capaz de favorecer e fomentar o desenvolvimento integral e sustentável das alunas, de seus familiares e das comunidades em que vivem (BRASIL, 2011). Quanto a Permanência e Êxito, devem fazer parte de uma cultura inclusiva, visando a promoção da “criação de uma comunidade escolar segura, acolhedora, colaborativa e estimulante, com ênfase na valorização do sujeito” (BRASIL, 2011 p. 26).

Nesta perspectiva, segundo o Guia Metodológico (BRASIL, 2011), é importante a articulação, a integração e utilização das estruturas e serviços de suporte e apoio – serviço social, psicologia, assistência estudantil, saúde, direitos da mulher – formando uma rede colaborativa, constituída de serviços ofertados pela própria Instituição ou em parcerias locais, que melhorem e ampliem a capacidade de atendimento, visando responder adequadamente à diversidade do grupo participante e de suas demandas sociais, educacionais e profissionais.

O sistema canadense é denominado Sistema ARAP - Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia e consiste, em linhas gerais, em certificar todas as aprendizagens formais ou não formais, bem como proporcionar a qualificação nas áreas necessárias à complementação da qualificação.

---

<sup>10</sup> Metodologia Sistema de Acesso, Permanência e Êxito desenvolvido pelo Programa Nacional Mulheres Mil, é fruto de um amplo processo de construção, que tem sua origem no acúmulo e na sistematização de conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses em suas experiências de promoção da equidade e nas ações com populações desfavorecidas naquele país (GUIA METODOLÓGICO, 2011 p.4).

No Brasil, o Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, além de prever o reconhecimento de saberes ao longo da vida, contempla instrumentos e mecanismos de acolhimento de populações não tradicionais, que viabilizem o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, a inserção produtiva e a mobilidade no mundo do trabalho, o acompanhamento dos egressos e os impactos gerados na família e na comunidade (BRASIL, 2011).

Com o objetivo inicial de promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas na região norte e nordeste do Brasil num período de quatro anos, em sua formulação, o Programa Nacional Mulheres Mil foi estruturado tendo como base três eixos fundamentais: a educação, a cidadania e o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2011).

No eixo educação o planejamento dos cursos é flexível, mas deve ter por base a demanda do setor produtivo local e manter um caráter complementar em relação à educação básica devendo-se prever a elevação de escolaridade. Este eixo deve contemplar ainda em seus cursos, Projetos, oficinas e práticas, temáticas como: cidadania, direito da mulher, saúde, meio ambiente, relações interpessoais, inclusão digital, etc. Buscando desenvolver de forma integrada habilidades básicas e específicas de gestão das mulheres através do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas e solidárias e à empregabilidade com atenção especial à diversidade social, econômica e regional da população economicamente ativa atendendo a demanda atual da economia brasileira, que carece de mão de obra qualificada para atuar em diversos setores.

No que diz respeito à cidadania, a exclusão feminina foi construída histórica e socialmente, e o grande desafio das mulheres e das políticas públicas com perspectiva de gênero é a construção de novas propostas que vão contra aos modelos de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres. Segundo Silveira (2003) essas políticas reforçam a cidadania ativa das mulheres:

[...] o caráter sistêmico das desigualdades de gênero exige uma intervenção do Estado para superá-las que, porém, não se incumbirá dessa tarefa sem um sujeito de transformação que o impulse na direção da igualdade, através de um feminismo em ação, que alimente as práticas de cidadania das mulheres e aprofunde a democratização do Estado (SILVEIRA, 2003, p. 7).

A cidadania ativa, segundo Saraceno (1995) pressupõe a participação das pessoas como indivíduo ou como um grupo organizado nos processos decisórios, para reivindicar os direitos sociais, econômicos e culturais. O Programa Nacional Mulheres Mil, busca neste processo a emancipação dessas mulheres, que cientes de seus direitos e capacidades, possam tornar-se sujeitos ativos na construção de um novo itinerário de vida, galgando espaços cada vez maiores na sociedade e nas comunidades onde estão inseridas.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, o conceito tal como é conhecido hoje, surgiu no final do século XX, para traduzir várias ideias e preocupações relacionadas aos efeitos deletérios ao planeta advindo do crescimento econômico historicamente confundido com desenvolvimento econômico. As mulheres transitam por diferentes espaços e se relacionam de maneira diversa com o meio ambiente. A relação das mulheres urbanas com o meio ambiente é diferente da forma como as mulheres rurais, indígenas e/ou quilombolas se relacionam com o meio ambiente e, mesmo no interior de cada uma destas categorias, existem novas diferenciações (FRANÇA *et al*, 2011). Assim na elaboração do Programa Nacional Mulheres Mil, as mulheres configuram-se como o centro das ações, neste sentido em sua formulação, a educação aliada à formação profissional e tecnológica deve consolidar-se como instrumento para a inclusão social, a equidade e o desenvolvimento sustentável das comunidades onde estão inseridas.

Em vista disso, a partir de 2005, houve diversos intercâmbios de conhecimento entre docentes e gestores brasileiros e canadenses, e a primeira ação, em abril de 2007, contaram com uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na época Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet), e os *Colleges* Canadenses. O Projeto teve um resultado favorável, que por meio da *International Development Agency* (CIDA), da *Association of Canadian Community Colleges* (ACCC) e dos *Colleges* Canadenses, no Brasil, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério da Educação e a Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica, foi construído um Projeto para ampliar a ação para outros estados. O Rio Grande do Norte foi o estado pioneiro no desenvolvimento de suas ações, mais tarde, contou com o Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica (CONIF) e com Institutos Federais de Alagoas, Amazonas, Bahia,

Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins (BRASIL, 2011).

Com o êxito da experiência nos estados brasileiros já mencionados, o Projeto foi expandido para todo o território nacional, a partir de 2011, como “Programa Nacional Mulheres Mil”. Com a proposta de aliar educação e trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e oferecer as bases de uma política social de inclusão para mulheres em situação de vulnerabilidade social, permitindo melhorar o seu potencial de mão-de-obra, suas vidas e as das suas famílias e comunidades. O Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania<sup>11</sup>, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, permitindo a elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do “estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade” (BRASIL, 2011).

O Programa integra as ações do Plano Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492 de 2 de julho de 2011 (BRASIL, 2011), assumindo como princípios a inclusão social e redução das desigualdades sociais. Neste sentido, o referido Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas do governo brasileiro, entre eles: o alcance das Metas do Milênio, promulgado pela ONU, em 2000, e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão à erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção de igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental; e Projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração bicentenária – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americano (OEI) e aprovado pelos chefes de Estados e Governos dos países membros, em dezembro de 2010.

Nesse sentido, destacamos no Programa a importância em considerar, além das habilidades demandadas pelas mulheres, as suas potencialidades econômicas existentes, para detectar a vocação econômica local e, a partir daí, estabelecer

---

<sup>11</sup> Território da Cidadania – O Programa Territórios da Cidadania, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, constituído por regiões com características semelhantes. <http://www.territoriosdacidadania.goc.br/dotlm/clubs/territorios/one-community> acessado em 30/09/2013.

parcerias com as entidades e empresas, visando à inserção das participantes no mundo produtivo, por meio de empreendedorismo, associações solidárias e empregabilidade. Como consequência dessa ação, pretende-se que as participantes tenham diversas alternativas de mobilidade no mundo do trabalho.

Na Tabela 01(um), listamos os treze estados brasileiros pioneiros na implantação do Programa Nacional Mulheres Mil, sendo o Rio Grande do Norte o primeiro estado a aderir ao programa.

**Tabela 01: Cursos ofertados no Projeto Piloto Mulheres Mil**

ESTADO	CIDADE	ÁREA DO CURSO	OBJETIVOS
Alagoas	Marechal Deodoro	Alimentos	Preparo e comercialização de alimentos em bares e restaurantes.
Amazonas	Manaus	Turismo	Qualificação para camareira.
Bahia	Salvador	Turismo	Qualificação de camareira e cuidador domiciliar.
Ceará	Fortaleza	Turismo e Alimento	Qualificação de camareira e no preparo e comercialização de alimentos.
Maranhão	São Luís	Alimentos	Conservação, congelamento, preparo de alimentos e comercialização.
Paraíba	Bayeux	Pesca e Artesanato	Acesso a políticas públicas destinadas a pescadores. Inclusão de marisqueiras em ações do Ministério da Pesca e Aquicultura.
Pernambuco	Recife	Gastronomia	Preparo e comercialização de alimentos.
Piauí	Teresina	Vestuário	Corte e costura reformas, criação e a comercialização de roupas;
Rio Grande do Norte	Assentamento de Canudos, Aracati, Bebida Velha, Modelos I e II	Vestuário, Gastronomia e Artesanato	Corte e costura beneficiamento e conservação de pescados, alimentos e artesanato.
Rondônia	Ji-Paraná	Artesanato e Biojóias	Confecção e comercialização dos produtos.
Roraima*	Boa Vista	Alimentos	Preparo e conservação de alimentos.
Sergipe	Aracaju e Nossa Senhora do Socorro	Resíduos Sólidos e Artesanato	Produção e comercialização de artesanato e a organização e classificação dos resíduos sólidos
Tocantins	Palmas e Taquaruçu	Artesanato, Vestuário e Alimentos	Preparo produção e comercialização de alimentos. Corte e costura e produção e comercialização das peças de artesanato.

\* Curso ofertado na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista – Anexo I PAMC

Fonte: Adaptado pela pesquisadora - BRASIL, (2011).

No quadro apresentado verificamos que houve oferta de cursos em diversas áreas, tais como: 4 (quatro) na área de Alimentos, 3 (três) na área de Turismo, 1 (um) na área de Pesca, 5 (cinco) na área de Artesanato, 2 (dois) na área de Gastronomia, 3 (três) na área de Vestuário, 1 (um) na área de Biojóias e 1 (um) na área de Resíduos Sólidos. Os cursos na área de Alimentos e Artesanatos estiveram presentes na maioria dos estados, o que reforça o trabalho feminino no mercado informal, um cenário típico no qual a mulher ao ficar em casa se ocupa dos trabalhos domésticos e preenche as poucas horas vagas com o preparo de alimentos para a venda ambulante e/ou por encomenda, contribuindo para o orçamento familiar e por vezes como sendo a principal fonte de renda.

Segundo o Projeto Mulheres Mil (BRASIL, 2011), foi visando à construção de caminhos para fortalecer e expandir as pontes criadas entre comunidades, institutos e sociedade em 2009 que a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica assumiu como meta a expansão do Programa Nacional Mulheres Mil para outras regiões do país, objetivando a sua transformação em uma política pública a ser implantada em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS) do país, ampliando a oferta para as mulheres de todas as regiões do Brasil.

Conforme relatório da gestão da SETEC (2011), até dezembro de 2011, foram efetuadas 8.454 matrículas e implantados 100 Projetos do Programa Mulheres Mil em 100 Câmpus de 37 Institutos Federais. Em 2012 foi ofertado em 200 câmpus, em mais de 37 Institutos Federais de todo o Brasil. O Programa Nacional Mulheres Mil, prevê a formação de 100.000 mulheres até o final de 2014. Um dos desafios atuais das políticas públicas com perspectiva de gênero consiste em contemplar as identidades singulares inerentes a certos grupos de mulheres como: indígenas, pescadoras e quilombolas.

### 2.2.2 O desafio de contemplar gênero e etnicidade na Política Pública

O desafio de contemplar questão de etnicidade e gênero na elaboração de política pública tem algumas implicações, porque estes temas carregam várias

interpretações acerca de ideias envolvidas tais como raça e conceito de quilombo, daí a dificuldade dos formuladores e gestores de políticas públicas.

O processo deste debate origina uma arena pública de disputa conceitual e política, não só de etnia, mas também de igualdade e equidade (RODRIGUES, 2010).

Compreender as definições básicas conceituais de quilombo, assim como o contexto em que a temática se insere, é importante para perceber melhor a mulher quilombola e a construção da sua identidade neste contexto de implantação de políticas públicas no município de Palmas. O debate em torno do conceito de quilombos surge com mais vigor após a promulgação da constituição de 1988. No cenário mundial os debates aos direitos sociais, direitos humanos e direito a diferença ganham destaques, assim a política brasileira abre espaço através do art. 68 da ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988, para questões relativas à cidadania e a desigualdade social e racial no Brasil.

Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Em novembro de 2003, o Decreto 4.887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT, vai além da regularização de terras onde esteja situada as comunidades.

[...] Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental [...] (DECRETO 4.887/2003).

O número de grupos que se auto-reconhecem como remanescente de quilombolas na atualidade é imensa. As políticas étnicas voltadas para as comunidades remanescente de quilombolas centram-se na posse da terra e na regularização fundiária. A luta pela titulação da terra extrapola o limite da terra enquanto espaço físico envolve processo pelos quais as comunidades tentam preservar seus modos de vida, traços culturais, pertencimento, ou seja, é preciso de outras políticas para dar conta destas reivindicações (ARRUTI, 2009).

Atualmente a dificuldade do governo é delimitar qual é o público das políticas para quilombo. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR estima a existência de 3.900 comunidades quilombolas em todo país, faz-se uma estimativa de que tais comunidades corresponderiam a cerca de 350.000 famílias. Teoricamente é este horizonte populacional que a secretaria tem para articular políticas públicas, dispersas por diferentes ministérios, assim um primeiro problema é estabelecer critérios de qual seria a população atingida. Consideramos que atualmente há duas vertentes de políticas para os quilombolas: uma dirigida exclusivamente para este grupo e outra formulada como extensão ou como uma atribuição de cota especial para este grupo no interior das políticas universais ou centrada na pobreza (ARRUTI, 2009). A política de regularização fundiária nos territórios quilombolas tem normatização própria, diferenciando assim dos mecanismos e conceitos da política de reforma agrária, as demais políticas dirigidas às comunidades quilombolas, como saúde e educação, resultam basicamente da previsão de uma participação especial dos quilombolas.

Arruti (2009) enfatiza que há uma tendência de os quilombolas serem pensados de um lado pela política fundiária, como coletividade diferenciada e territorialidades, e do outro lado, as demais políticas concebam como agregados de indivíduos desfavorecidos no que concerne ao acesso aos recursos, entre elas, as políticas públicas em geral. É o caso do Programa Nacional Mulheres Mil, é um política do MEC – Ministério da Educação, portanto de educação com perspectiva de gênero, tendo como público alvo as mulheres em situações de extrema pobreza. O autor ainda argumenta que, no caso de políticas de educação e saúde para os quilombolas, ainda não há normatização própria, como a fundiária. Assim elas não resultam de uma intervenção diferenciada e específica, a sua análise tem que



desdobrar para uma série de leituras de documentos e planos, que surgem como partes de trabalhos mais amplos, voltados para a população em geral, ou seja, a educação quilombola é uma política que ainda busca o caminho próprio.

### 3 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CÂMPUS PALMAS E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA



**Figura 05: Oficina de Ervas Medicinais**  
Fonte: Acervo do Projeto, (2012).

*As reuniões em grupo que a gente podia falar se expressar, a gente aprendia muita coisa. (ALUNA J, 01/07/2013)*

No desenvolvimento da Oficina de Ervas Medicinal, a foto mostra um dos momentos de troca de experiência entre as alunas no uso de plantas medicinais. O momento em que elas podem expor seus conhecimentos está previsto no curso como forma de reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida.

Este capítulo tem como objetivo compreender o Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil” do Instituto Federal do Paraná- Câmpus Palmas. Para tanto, apresentamos: a política pública de Extensão Universitária a partir da Lei 5.540/1968; o Município de Palmas, por ser o local do Instituto Federal do Paraná- Câmpus Palmas; a Comunidade Quilombola por ser o local onde reside a maioria das participantes desta primeira turma do Programa Nacional Mulheres Mil. Em

seguida, o histórico do IFPR, uma instituição de ensino superior, pioneira no centro sul do Paraná, no entanto, com uma história recente como Rede Federal de Ensino público. Logo após, segue a discussão sobre a Portaria nº 2 de 6 de junho de 2009, que dispõe sobre as Ações de Pesquisa e Extensão no Instituto Federal do Paraná. Na sequência o Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil” no IFPR – Câmpus Palmas.

O Instituto Federal do Paraná- Câmpus Palmas é um novo modelo institucional de educação que representa a expressão de um momento atual, uma política pública de educação profissional e tecnológica brasileira. Neste contexto, os Institutos Federais são desafiados a desempenhar vários papéis impulsionados pela demanda científica, técnica e social. Segundo Vieira-Rocha (2011), a missão acadêmica das instituições de ensino superior tende a se diversificar à medida que o foco deixa de ser apenas o ensino e a pesquisa, multiplicando em outras funções que repercutem no seu perfil acadêmico e institucional.

### 3.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DA LEI 5.540/1968

Nesta seção temos por objetivo apresentar o conceito acerca da Extensão Universitária, pois o ensino, a pesquisa e a extensão estão presentes nas instituições de ensino superior e como expressão do seu compromisso social. Dentre as três funções das instituições de ensino superior: o ensino, a pesquisa e a extensão, segundo Castro (2004) a última função é a mais nova e carece de maior investigação, pois a maioria dos trabalhos enfoca o processo da construção histórica da extensão e sua inserção nas instituições como uma terceira função, porém poucos são os que investigam a prática de Projetos, seu dia a dia, sua influência no processo de formação dos discentes e sua contribuição para a consolidação de um campo de conhecimento específico e as consequências dessas praticas acadêmicas.

Para a compreensão da temática e como as atividades de extensão são vistas no contexto das instituições de ensino superior, tomamos como referência as discussões da FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das

Universidades Públicas, para conhecer um pouco do caminho percorrido por essas instituições e seus desdobramentos.

Duas são as iniciativas de extensão no Brasil que marcam o início das atividades de extensão nas instituições de ensino superior, ambas no início do século XX: as lições públicas da Universidade Livre de São Paulo (cursos de extensão) eram abertas a quem tivesse interesse, uma influência inglesa e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa uma influência norte-americana. Na segunda metade da década de 50, o Brasil passa por um período de transição na industrialização, de um processo de produção de bens não duráveis para a produção de bens duráveis, com ênfase na indústria automobilística (FAGUNDES, 1986 p.57).

Esta fase vai exigir do Brasil, entre outras coisas, mão-de-obra especializada, abertura da economia para o capital estrangeiro. No início da década de 1960, a disputa pelo poder está entre as forças progressista de esquerda e um segmento conservador da sociedade. É nesta arena de disputas políticas que se insere um movimento pela reforma do ensino superior. Entre 1960 e 1964, houve várias iniciativas de extensão nas universidades, como campanha de alfabetização de adultos e cultura popular, etc., aconteceu dois seminários nacionais sobre a reforma universitária, promovidos pela UNE – União Nacional dos Estudantes. Os documentos oriundos desses encontros contendo várias propostas para a reforma universitária são conhecidos como Carta da Bahia e Carta do Paraná (FAGUNDES, 1986).

Com a instalação da ditadura militar, houve várias modificações, na educação. Podemos destacar três iniciativas importantes: em 1966, a criação do CRUTAC - Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária, o Projeto Rondon e em 1968 a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68).

[...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes, artigo 20. As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhorias das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento [...], artigo 40 (CONGRESSO NACIONAL, 1968).

A Reforma Universitária de 1968, no que diz respeito à extensão, quando se tornou obrigatória para todas as universidades brasileiras teve influências das

primeiras iniciativas das atividades de extensão que data no início do século XX. No início da década de 1970, o CRUTAC/MEC – Campus Avançado/Minter foi uma comissão mista criada pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo Ministério do Interior, com a atribuição de propor medidas destinadas a institucionalização e fortalecimento da Extensão Universitária. Dentre as propostas, destaca-se a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que entre as primeiras produções está o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que sob a influência das ideias de Paulo Freire, a extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular (FORPROEX, 2012 p.7).

Nos anos 1980 há um fortalecimento da sociedade civil que traz junto diversas discussões. No campo da educação, mais especificamente no ensino superior, está a questão das universidades brasileiras e a sua relação com a sociedade e o papel da extensão. É neste movimento que é criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas- FORPROEX (1987) e no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, as atividades extensionistas tiveram o seu reconhecimento legal:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987 p.11).

A definição de Extensão Universitária, ainda é uma temática de diversas interpretações, conforme pesquisa realizada pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE) do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 2007, no período de 1993-2004. Entre as interpretações que mais aparecem, temos: Função de articulação entre Sociedade e a Universidade, Cumprimento da missão social da universidade, Função de

prestação de serviço por parte da Universidade, (SANGENIS, 2012 p.29-30). Concepções que nos remetem a origem da extensão brasileira, que foi marcada pelo assistencialismo e a prestação de serviço, ou seja, uma forma de aproximar as instituições de ensino superior da população e ao mesmo tempo realizar as políticas públicas do governo.

Nos anos seguintes, a FORPROEX, ao intensificar as discussões em torno do conceito de Extensão Universitária nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizado em 2009 e 2010, apresenta às Instituições de Ensino Superior e a sociedade o seguinte conceito:

A extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (BRASIL/MEC, 2012 p.15).

Esta definição, segundo a FORPROEX (2012), de Extensão Universitária denota as Instituições de Ensino Superior uma inserção social. Fazendo com que as instituições de ensino superior assumam um compromisso de contribuir com as políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais. A extensão universitária pública é reconhecida, então, como estratégia para transformação da sociedade brasileira e da educação superior no Brasil, (FORPROEX, 2013). É do ponto de vista dessa definição de extensão universitária, que vamos situar O Programa Nacional Mulheres Mil, como uma política pública do governo federal, que foi implantada no Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, por intermédio do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil” em Comunidade Quilombola no município de Palmas-PR.

### 3.2 O MUNICÍPIO DE PALMAS E A COMUNIDADE QUILOMBOLA

O município de Palmas possui aproximadamente 45 mil habitantes, segundo o IBGE, de acordo com o mapa 01 (um), Palmas está localizada na região do Centro-Sul do estado paranaense, situando-se no extremo-sul da região. Foi durante

muito tempo o mais importante polo de ensino superior desta região e do sudoeste paranaense.



**Mapa 01: Localização geográfica do Município de Palmas na região Centro-Sul Paranaense**  
 Fonte: ITCG, (2013)

Instalada em 14 de abril de 1879, sua unidade territorial é de 1.567.365 km<sup>2</sup>. Uma cidade centenária, que faz parte do chamado Paraná Tradicional, de economia pecuarista.

A designação de Paraná Tradicional remete-se ao período de conquista e ocupação de território indígena pelos luso-brasileiros, desde o século XVII até o século XIX, compreendendo a porção do litoral, primeiro planalto, Campos Gerais, Campos de Guarapuava e Palmas [...] Uma segunda fase se consolidou, a partir do século XVIII, a economia pecuária e ervateira. Por meio do tropeirismo efetivou-se o surgimento de vilas como Castro, Ponta Grossa, Lapa, Jaguaíva com uma sociedade “latifundiária, campeira e escravocrata” (HISTÓRIA PARANAENSE, 2013).

Povoada inicialmente por um grupo de sertanistas liderado por Pedro Siqueira Côrtes, bandeirante curitibano que chegou à região para explorar o ouro

que diziam existir no morro do Bituruna, foi denominada “Campos de Palmas” por Atanagildo Pinto Martins por volta de 1815, e tornou-se “Freguesia de Senhor Bom Jesus de Palmas”, província de Guarapuava, pela Lei nº 22, de 28 de fevereiro de 1855 e em 13 de abril de 1877, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei nº 484, que elevou a referida província à categoria de Vila com o nome “Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas”, recebendo mais tarde o nome “Palmas”, que pela Lei Estadual nº 233, de 18 de dezembro de 1896 foi elevado à categoria de cidade, segundo Ferreira e Nascimento (2011).

De acordo com dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), a população de Palmas está distribuída de acordo com o gráfico 01 (um), segundo a faixa etária e sexo, sendo 20.749 homens e 21.327 mulheres, isto é, as mulheres é 50,7% da população do município.

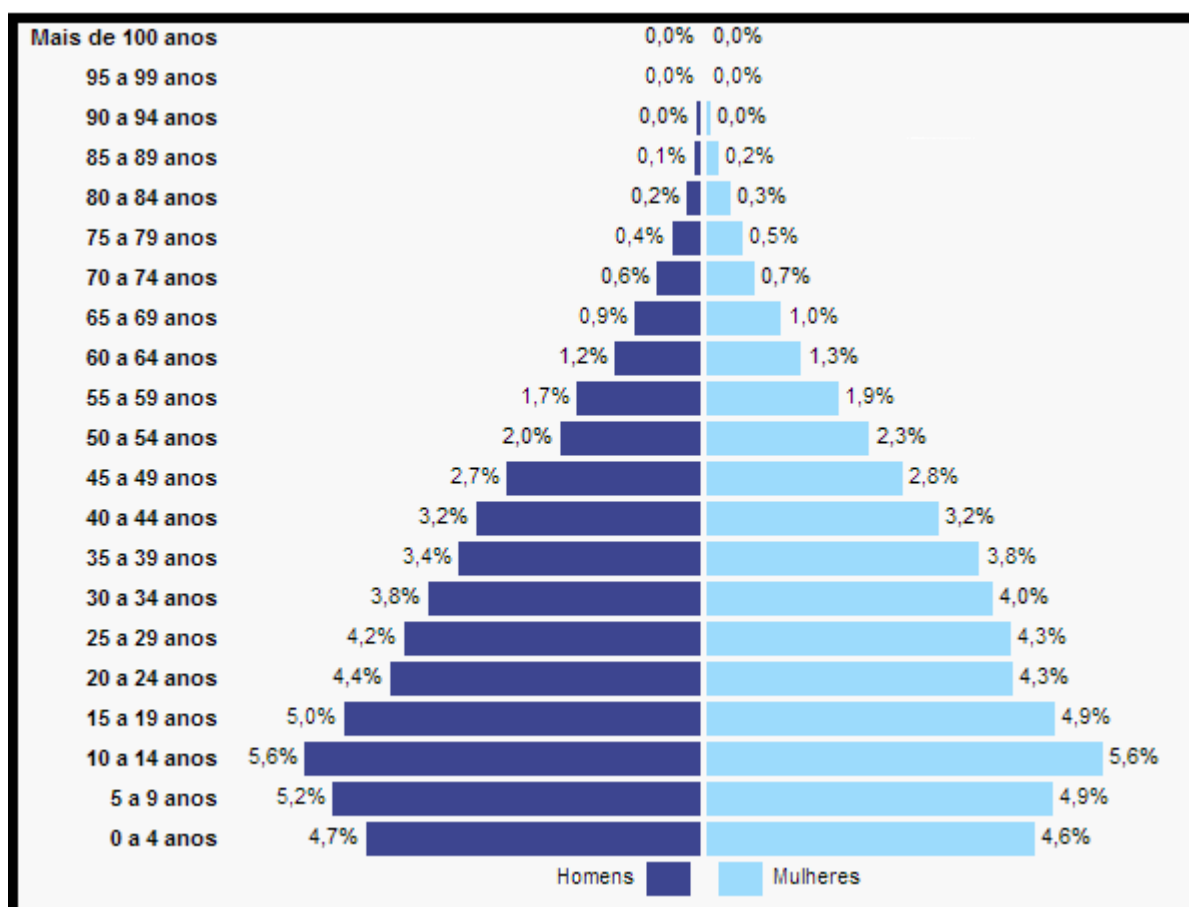


Gráfico 01: Distribuição da População por sexo, segundo os grupos de idade, Palmas – PR  
Fonte: Adaptado de IBGE (2010)



Podemos verificar no gráfico que na faixa etária de 0 (zero) a 19 (dezenove) anos o número de homens é levemente superior ao número de mulheres, nas demais faixa etária o número de mulheres passa a ser superior ao de homens, seguindo a distribuição do estado e nacional. Sua geografia constitui-se de sede urbana e rural. O IDH-M do município é 0,737, abaixo do IDH-M do Paraná (0,82). Segundo dados do Índice Gini, Palmas é a 9ª cidade do Paraná com maior desigualdade socioeconômica, apresentando índice de 0,66. Embora não estejam entre as cidades que compõem as quatro regiões dos territórios da cidadania<sup>12</sup>, a incidência de pobreza é superior a muitas outras cidades do Paraná, abrangendo 50,20 % da população, localizada na região periférica da cidade. É o caso dos bairros São Sebastião do Rocio e Lagoão que apresentam uma pobreza mais acentuada, por outro lado, as maiores rendas concentram-se nas mãos de apenas 10% da população.

De acordo com o Programa Brasil Quilombola<sup>13</sup> (BRASIL, 2007), o Governo Federal até 2002 havia identificado à existência de 743 quilombos. Hoje se tem o conhecimento de Comunidades Quilombolas identificadas em quase todos os estados da federação, sendo que somente no Acre, Roraima e no Distrito Federal não foi identificado à existência de comunidades quilombolas.

Na tabela 02 (dois), temos um panorama dessas comunidades e como se encontra o processo de identificação, certificação e titulação das terras demarcadas como território quilombolas.

**Tabela 02: Quilombolas em Números**

<b>Comunidades identificadas no Estado Brasileiro</b>	<b>3524</b>
Comunidades reconhecidas oficialmente pelo Estado Brasileiro	2197
Comunidades certificadas pela FCP, sendo 63% delas no Nordeste.	2040
Processos abertos para titulação de terras no INCRA	1229
Comunidades tituladas com área total de 995,1 mil hectare, beneficiando 12.906 famílias.	207

**Fonte: Adaptado do SEPIR – Relatório da Gestão de 2012, (2013)**

<sup>12</sup> O território da cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial.

<sup>13</sup> Programa Brasil Quilombola: criado em 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas e agrupa ações voltadas às comunidades quilombolas em várias áreas: acesso à terra, educação, saúde, saneamento básico, eletrificação, geração de renda, entre outros. (BRASIL, 2007)

Ao todo são 3.524 comunidades já identificadas, em função da iniciativa dessas comunidades e de política próprias para estes grupos o Brasil conta com 2197 comunidades reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro e com 2040 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP (BRASIL, 2007). O número de processos abertos para titulação de terras no INCRA é 1229, tendo em vista que somente 207 comunidades possuem títulos das terras, podemos dizer que esses números corroboram com a afirmação da Líder da Comunidade Quilombolas Adelaide Maria Trindade Batista, que o processo de titulação das terras é lento e complexo.

No Paraná foram identificadas 86 Comunidades de Remanescentes de Quilombos, sendo 36 já reconhecidas pela Fundação Cultural dos Palmares, 3 (três) estão localizadas no município de Palmas – PR, a saber: Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista que fica no bairro São Sebastião do Rocio, a Comunidade Castorina Maria da Conceição no bairro Fortunato ambas são certificadas pela Fundação Cultural dos Palmares e Comunidade Tobias Ferreira no bairro Lagoão que está em processo de certificação desde 2012. O processo de identificação e reconhecimento das comunidades remanescentes de Quilombo no Paraná teve início com a criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, em 2005, por iniciativa do governo do estado, até então se pensava que existia em torno de aproximadamente 10 a 12 comunidades quilombolas em todo o estado (GTCM, 2005).

O Cadastro Único de Programas Sociais – CADUNICO, conforme tabela 03 (três), conta com 80 mil famílias cadastradas (BRASIL, 2013 p.16).

**Tabela 03: Condições Sócias Econômico de Comunidades Quilombolas Brasileiras**

<b>Família Quilombolas cadastradas no CADUNICO</b>	<b>80 mil</b>
Beneficiárias pelo Programa Bolsa Família	64 mil
Família em situação de extrema pobreza	74,73%
Autodeclararam-se pretos ou pardos	92,1%
Não sabem ler	24,81%
Desenvolvem atividades agriculturas, extrativismo ou pesca artesanal.	82,2%

**Fonte: Adaptado do SEPIR – Relatório da Gestão 2012, (2013).**

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPIR (2007) estima que há 214 mil famílias de quilombolas em todo o território brasileiro, dessas 80 mil famílias estão cadastradas no CADUNICO e 64 mil famílias são beneficiárias

do Programa Bolsa Família, ou seja, 80% das famílias quilombolas cadastradas dependem do auxílio financeiro do governo. O número de famílias quilombolas em extrema pobreza no país chega a 74,73%, da população quilombolas brasileira. Da quantidade de pessoas que se declararam pretos ou pardos, foram 92,1%, possivelmente isso se deve ao fato de que as famílias quilombolas beneficiárias do Bolsa Família são contabilizados separadamente das demais beneficiárias. Quanto ao número de pessoas que não sabem ler é de 24,81%, como a maioria das comunidades quilombolas está localizada no meio rural, logo a dificuldade em frequentar a escola torna-se um obstáculo na vida dessas pessoas.

Este cenário brasileiro das famílias quilombolas também está presente no município de Palmas, as famílias quilombolas estão inseridas nos programas de assistência sociais do município nos mesmos moldes que as demais famílias, apenas no Programa da Bolsa Família - PBF é que elas estão diferenciadas e identificadas assim como os demais grupos tradicionais do município. São 8.029 famílias cadastradas, 144 são famílias quilombolas e dessas 83 são beneficiárias do PBF, (Relatório PBF, 2014). A maioria das alunas participantes do Projeto Palmas para Mulheres Mil são beneficiária de algum tipo de políticas de transferência de renda indicando uma condição de vulnerabilidade social grande. Esta condição que as alunas se encontram, também está presente em estudos recentes sobre a Comunidade Quilombola, conforme Alves (2013).

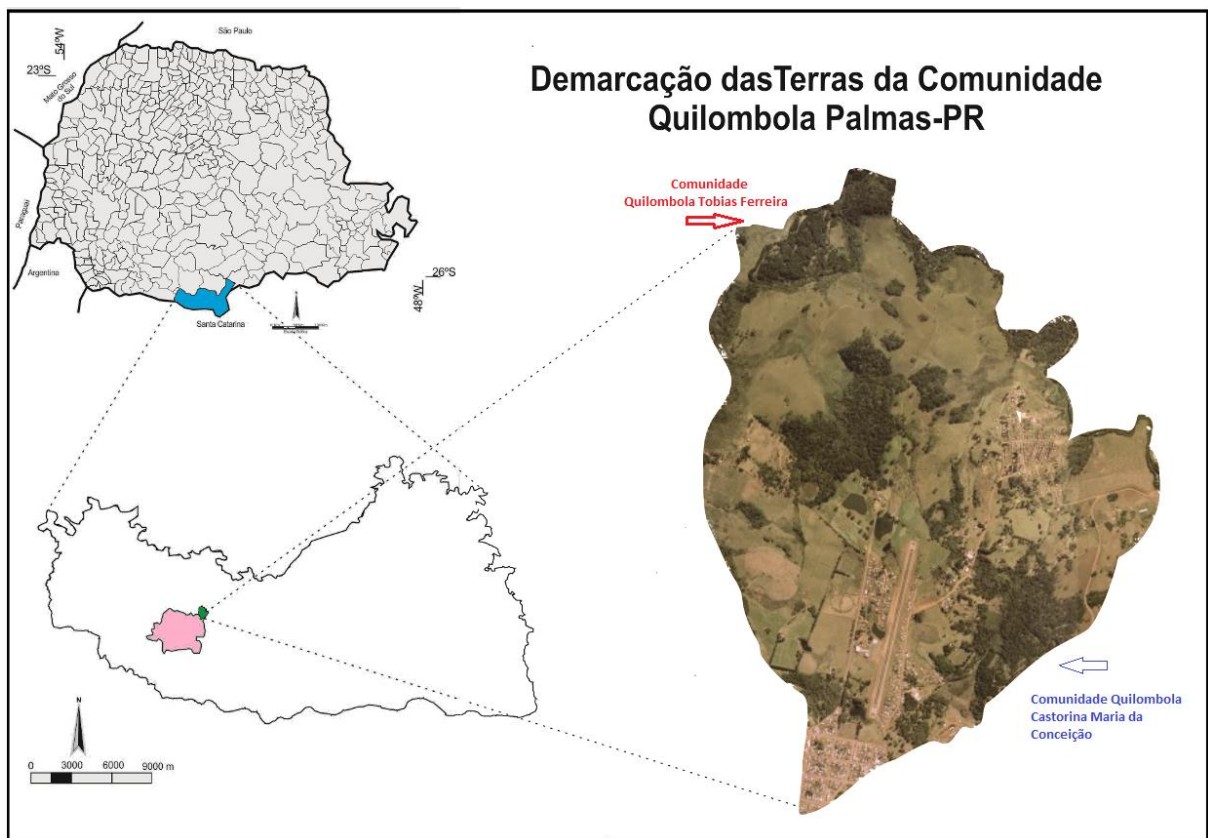
[...] compreender a terrível constante que permeia sua existência, a injustiça social a que estão sujeitos. A partir daí identificou-se a importância que a concretização dos direitos territoriais quilombolas poderia assumir para possibilitar o desenvolvimento social efetivo desta comunidade quilombola e de seus integrantes que até bem pouco tempo atrás eram invisíveis e desprezados (ALVES, 2013 p. 105).

A Comunidade Quilombola está localizada em área urbana, segundo a Lei 1.020 conforme Sala das Sessões da Câmara Municipal de Palmas, em 28 de novembro de 1991 que delimita os bairros da cidade de Palmas.

Artigo 1º - Delimita os bairros da Cidade de Palmas, Estado do Paraná, de conformidade com o MEMORIAL DESCRITIVO, compreendendo Zona Urbana Central e área de extensão Urbana através de mapeamento específico (Lei 1.020, Câmara Municipal de Palmas-PR).

A renda da população ativa dessas comunidades advém basicamente de trabalhos temporários nas épocas de colheitas, como diaristas e empregadas domésticas no mercado informal e outros de trabalhos de carteira assinada nas indústrias madeireiras, fábrica de compensados e funcionários públicos.

O mapa 02 (dois) mostra a delimitação proposta para as Terras da Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista em 2012.



**Mapa 02: Demarcação das Terras da Comunidade Quilombola**

Fonte: Adaptado do Mapa de acervo da Comunidade Quilombola (2013)

No mapa do Paraná em destaque está o Município de Palmas – PR, no município de Palmas destacamos em cor de rosa a região central e fazendo divisa em verde está fica a área delimitada da Comunidade Quilombola, que mais ao Norte faz divisa com a Comunidade Quilombola Tobias Ferreira, ao Sul e Sudoeste faz divisa com os bairros Lagoão, Santa Cruz e Centro, mais a Sudeste faz divisa com a Comunidade Quilombola Castorina Maria da Conceição e a Nordeste com área de fazendas e chácaras.

Na área delimitada hoje também é habitada por outras famílias não quilombolas, foram transferidas de local por gestores da cidade no interior do município para a Comunidade Quilombola, por famílias pobres sem moradia, por indígenas. Mas a construção do Aeroporto Municipal de Palmas em 1952 é considerada a primeira “invasão” ocorrida nas terras da comunidade através do poder público para beneficiar uma pequena parcela da população.

As comunidades quilombolas no município de Palmas-PR são anteriores à criação do município, segundo Ferreira e Nascimento (2010). Nas atas da Câmara dos Vereadores há referência ao bairro São Sebastião do Rocio que data de 1836, bairro onde estão localizadas duas das três Comunidades de Quilombolas do município. Na tabela 04 (quatro), verificamos que as comunidades estão localizadas em áreas rurais contando com uma população de aproximadamente 563 habitantes.

**Tabela 04: Comunidades Quilombolas do Município de Palmas/PR**

<b>Comunidades</b>	<b>Rural Urbana</b>	<b>Hab.</b>	<b>Famílias</b>	<b>Certificadas</b>	<b>Tituladas</b>
Adelaide Maria Trindade	R	391	89	Sim	Não
Castorina da Conceição	R	74	20	Sim	Não
Tobias Ferreira	R	98	19	Sim	Não

**Fonte: Relatório GTCM- (2005/2010)**

As famílias encontra-se em maior número na Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista com 89 famílias e 391 habitantes, depois vem a Castorina da Conceição com 20 famílias e 74 habitantes, um número menor de habitantes do que a Comunidade Tobias Ferreira que conta com 19 famílias e 98 habitantes. Essa população representa em torno de 1,33% da população do município de Palmas-PR. A população quilombola hoje já não é formada somente por descendentes, muitas das mulheres e também homens casam-se com outras pessoas do município, outros trazem o companheiro e/ou companheiro para dentro da comunidade modificando as tradições e costumes desses povos.

A Comunidade Castorina da Conceição localizada no bairro Fortunato, a Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista localizada no bairro São Sebastião do Rocio que faz divisa com a Comunidade Tobias Ferreira, localizada no bairro Lagoão. O Bairro São Sebastião do Rocio, o mais antigo da cidade, foi criado pela

Lei Municipal nº. 10.020/91, fundado por ex-escravos e escravos que se estabeleceram neste local por volta de 1836, portanto, muito antes da cidade existir (BAUER, 2002 p.117).

A comunidade Adelaide Maria Trindade Batista fundou uma Associação Quilombola em 2007 com o nome Adelaide Maria Trindade Batista em homenagem à ex-escrava e também uma das primeiras moradora deste local. Nesta comunidade a então ex-escrava teve um papel importante na sua organização, desde a sua fundação, a liderança da comunidade foi exercida por uma mulher começando por Adelaide Maria Trindade Batista, “[...] Adelaide Maria Trindade Batista, mais velha a matriarca da comunidade, todo mundo dava obediência a ela [...]” (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013) e chegando até a penúltima líder da comunidade Maria Arlete Ferreira, cujo filho que hoje é o presidente, no entanto, Dona Maria Arlete ainda continua se dedicando à coordenação e à representação da comunidade. Através da Associação a comunidade tem-se organizado para reivindicações de melhorias para a população e também nos últimos anos conseguido certa visibilidade diante da população do município.

### 3.3 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CÂMPUS PALMAS

A história da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica data do início do século XX, com a criação das escolas de Aprendizes e Artífices. Acompanhando as diversas mudanças que ocorreram ao longo do século, a rede federal está presente em todo o território nacional com 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país, com previsão de chegar ao final de 2014 com 562 unidades gerando 600 mil vagas. (MEC, 13/09/2013)

A Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 cria oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. (Lei nº 11.892/2008, Capítulo I, art 1º)

Os Institutos Federais são,

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (Lei nº 11.892/2008, Capítulo I, art 2º)

Vinculadas às instituições acima mencionadas, em todo o Brasil, foram criados 38 Institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). As finalidades e características dos Institutos Federais e, portanto, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) são descritas nos incisos do Art. 6º da referida lei, como sendo:

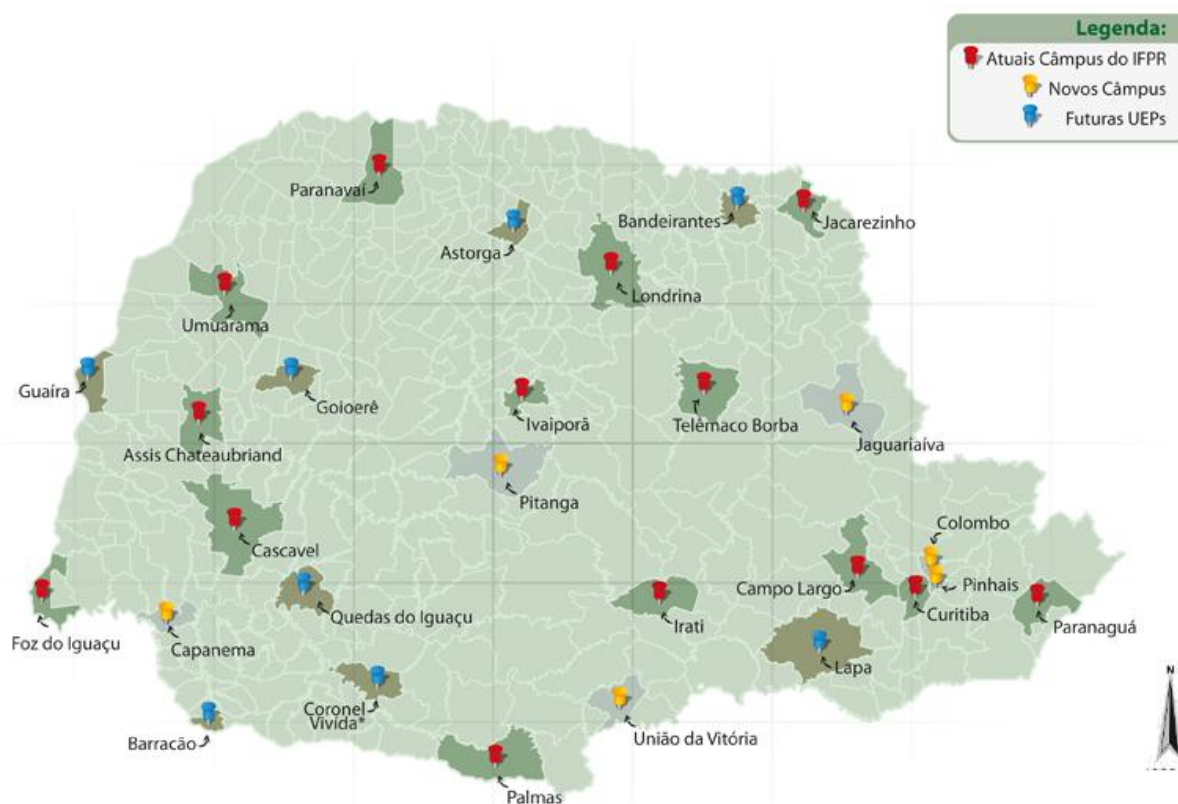
- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Lei nº 11.892/2008, Seção II, art 6º)

Assim como os objetivos dos Institutos Federais estão descritos no Art. 7º da mesma lei:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior. (Lei nº 11.892/2008, Seção III, art 7º)

A partir do exposto sobre a criação dos Institutos Federais, novas instituições estão sendo agregadas à rede. O Instituto Federal do Paraná (IFPR) conta atualmente com 14 Câmpus, em funcionamento ofertando cursos em nível médio, técnico e superior, além da oferta de cursos na modalidade à distância em mais de 230 municípios paranaenses e em outras unidades da Federação. O mapa 03 (três) mostra a localização dos Câmpus do IFPR, além dos Câmpus já existentes, o MEC autorizou, em 2011, a implantação de 07 (sete) novos Câmpus e conta também com 05 (cinco) Unidades de Ensino Profissional (UEPs).



**Mapa 03: Expansão do Instituto Federal do Paraná**  
 Fonte: IFPR, (2012)



De acordo com o mapa, o IFPR está presente em todas as regiões paranaense, a maior concentração encontra-se na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, são cinco Câmpus: Curitiba, Campo Largo, Paranaguá, Colombo, Pinhais e Lapa. Na região Oeste Paranaense são quatro Câmpus: Foz de Iguaçu, Guaíra, Assis Chateaubriand e Cascavel. Na região paranaense Norte Central são três Câmpus: Astorga, Londrina, e Ivaiporã e na região Centro Sul também: Palmas, Quedas do Iguaçu e Pitanga e na região do Sudoeste estão os Câmpus de Barracão e Capanema e Coronel Vivida, este último como Unidade de Ensino Profissional cuja gestão pertence ao Câmpus de Palmas. Na região Noroeste são dois Câmpus: Paranaíba e Umuarama, na região Norte Pioneiro temos os Câmpus de Jacarezinho e Bandeirantes, na região Centro Oriental temos os Câmpus de Telêmaco Borba e Jaguariaíva, na região do Sudeste estão os Câmpus de Irati e União da Vitória e na região Centro Ocidental temos um Câmpus localizado na cidade de Goioerê.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR 2009-2013 (2009 p.11), a Instituição oferece condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho, necessárias ao estímulo do desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Num clima de expectativas de que o Instituto Federal do Paraná venha contribuir com o desenvolvimento da cidade e oferecer uma educação gratuita e de qualidade é que Palmas-PR recebeu o campus do IFPR em março de 2010, através da transformação do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS. Estudos recentes sobre o IFPR também evidenciam a sua importância para o desenvolvimento local, segundo Schlemper, (2013).

Os Institutos Federais parecem surgir sob uma nova perspectiva, mais social e menos econômica, pelos menos, sua legislação (Lei nº 11.892/2008), pluricurricular e multicampi, é bastante flexíveis para que se ofereça uma educação técnica e profissional integrada e emancipatória, tão cobrada pela classe de educadores (SCHLEMPER, 2013 p.99).

Palmas foi, durante muito tempo, o mais importante polo de ensino superior da região e com a instalação do IFPR, concentra hoje boa parte das vagas disponíveis para a região. Conforme consta nos registros históricos, 1968 foi o ano de instalação e autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, pelo Decreto Federal 63.583/68 que contava com quatro cursos: Filosofia, História, Pedagogia e Letras. Em 1972 o Diretor-Presidente do Centro

Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA, propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, com sede em Palmas, propugnando pela implantação de uma Universidade que unificasse e expandisse o Ensino Superior na região, Projeto que acabou não se concretizando.

Entre 1979 e 1980 foram criadas e autorizadas as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, instaladas com apoio do Poder Público Municipal – Lei Municipal nº 654/79 e o Decreto Federal 84784/80, sob a Administração do CPEA e com os cursos iniciais: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, depois Licenciatura em Educação Física e em 1985, Administração Rural e Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, Biologia e Química. Em 1981 a administração do CPEA/Faculdades de Palmas voltou-se para a expansão das instalações físicas, com aquisição de uma área de 30 alqueires, com abertura dos primeiros caminhos no terreno e início da construção do Câmpus II na PRT 280. No início dos anos 90 houve um esforço para instalação de uma Universidade Regional, a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE, integrando as instituições FAFI e FACEPAL de Palmas, FAFI e FACE de União da Vitória, FUNESP de Pato Branco e FACIBEL de Francisco Beltrão, todas localizadas no Sul e Sudoeste do Paraná.

Diante da impossibilidade colocada pelo governo em cumprir o que estava legalmente certo e definido, as Instituições de Ensino Superior que integraram o Projeto da UNIVALE, buscaram outros caminhos. Assim, em 1992 as Faculdades de Palmas assinaram em convênio de Amparo Técnico e Financeiro com o Estado, destinado ao subsídio das mensalidades e a compra de equipamentos, materiais e instrumentais. Em outubro de 1993, sem abandonar a proposta de uma Universidade Regional, as Faculdades de Palmas protocolaram em Brasília um novo processo, solicitando via reconhecimento do Conselho Federal de Educação – CFE e Ministério da Educação e Cultura - MEC, a implantação da Universidade Católica do Sudoeste do Paraná, com proposição de vários cursos novos. O processo foi arquivado em razão do fechamento do Conselho Federal de Educação, pelo Presidente da República.

No decorrer de 1998, estruturado o novo Conselho Nacional de Educação, pautado em Políticas Nacionais redefinidas com base na Lei 9.394/96, foi encaminhado um processo solicitando a transformação da FAFI/FACEPAL em

Centro Universitário. Para a instrumentalização do Processo foi necessário solicitar a mudança de categoria de Faculdades Isoladas, para Faculdades Integradas de Palmas, o que foi aprovado em 15 de fevereiro de 2001 – Portaria MEC 285/2001.

Em 2002, através da Portaria do MEC 2.993/2002 as Faculdades Integradas de Palmas, passou a denominar Faculdades Integradas Católica de Palmas e em maio de 2004 pela Portaria Ministerial 1274/04 a Instituição foi transformada em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, com alteração posterior do nome para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. A partir de 2004, com a autonomia concedida aos Centros Uni+versitários pela legislação em vigor, o UNICS, instalou novos cursos, tais como Farmácia, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil e Engenharia Agrônômica.

No início de 2009 a administração do CPEA/UNICS, passou a focar-se na inclusão da IES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, programa novo do Governo Federal de expansão do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico lançado em dezembro de 2008. Esta iniciativa contou, desde o princípio, com a integração de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, pessoas representativas de diversos movimentos, associações e outras, por entenderem que esta conquista seria uma importante alavanca para o desenvolvimento de Palmas e região.

Em 17 de março de 2010, aconteceu no Câmpus II, do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, o ato oficial de desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do UNICS e a instalação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR – Complexo Tecnológico D. Agostinho José Sartori. No dia 14 de junho de 2010, a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação, através da Portaria nº 728/2010, publicada no DOU nº112 de 15 de junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR, ficando extinto o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS.

Num contexto de mudanças sociais, econômicas e políticas é que foi criada a rede dos Institutos Federais de Educação, promovendo expectativas no campo da educação profissional e tecnológica. O documento que dispõe sobre as Ações de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal do Paraná tem por base as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na

Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social. (BRASIL/MEC p.16 2012)

Essas diretrizes tornam a Extensão uma atividade de extrema importância dentro do Instituto Federal do Paraná, onde a busca pela qualidade no ensino e a interação com a sociedade são alguns dos desafios dessa instituição. Sendo na relação entre ensino, pesquisa e extensão que os Institutos Federais buscam ações que permitam cumprir alguns dos seus objetivos, conforme Artigo 7º da Lei 11892/2008.

IV – Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidade da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;  
V – Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; (Lei nº 11.892/2008, Capítulo II, Seção III art 7º)

Para orientar as ações de extensão no Instituto Federal do Paraná, foi elaborada a Portaria nº 2 de 6 de junho de 2009, que dispõe sobre as ações de Pesquisa e Extensão no IFPR.

Das ações de pesquisa e extensão, fica estabelecido que:

**Art 2º** – A Extensão no IFPR é um processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação transformadora entre o Instituto e os demais setores da sociedade, atendendo as demandas dos arranjos produtivos, social e cultural do território no qual o campus está inserido, e o interesse Institucional.

**Parágrafo Único** - As Ações de Pesquisa e Extensão deverão buscar a indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão: as ações de pesquisa devem articular-se a extensão e vice-versa e ambas deverão vincular-se à formação de pessoas, tendo sempre o aluno como protagonista deste processo. (IFPR, 2009 p.1)

Neste documento as ações de extensão no Instituto Federal do Paraná devem ser desenvolvidas de forma multidisciplinar e conforme as áreas temáticas da extensão.

**Art. 4º** – As Ações da Extensão Universitária serão classificadas em programa, Projeto, curso, evento e prestação de serviços, as quais deverão ser desenvolvidas, de forma multidisciplinar, segundo as áreas temáticas da extensão a saber: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça,

Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e produção, Trabalho. (IFPR, 2009 p.2)

As ações devem possibilitar o desenvolvimento e aprimoramento de programas e Projetos de extensão com relevância social, isto é, por meio das atividades de extensão os institutos estão construindo uma relação baseada no diálogo com a comunidade. O Instituto Federal do Paraná, através da extensão está buscando responder às demandas da população na qual está inserida, oportunizando um espaço privilegiado de acesso aos saberes produzido, ao mesmo tempo em que reconhece os saberes populares e aprende com a comunidade, conseqüentemente produzindo novos conhecimentos a partir desta troca que contribui para a superação de desigualdades sociais.

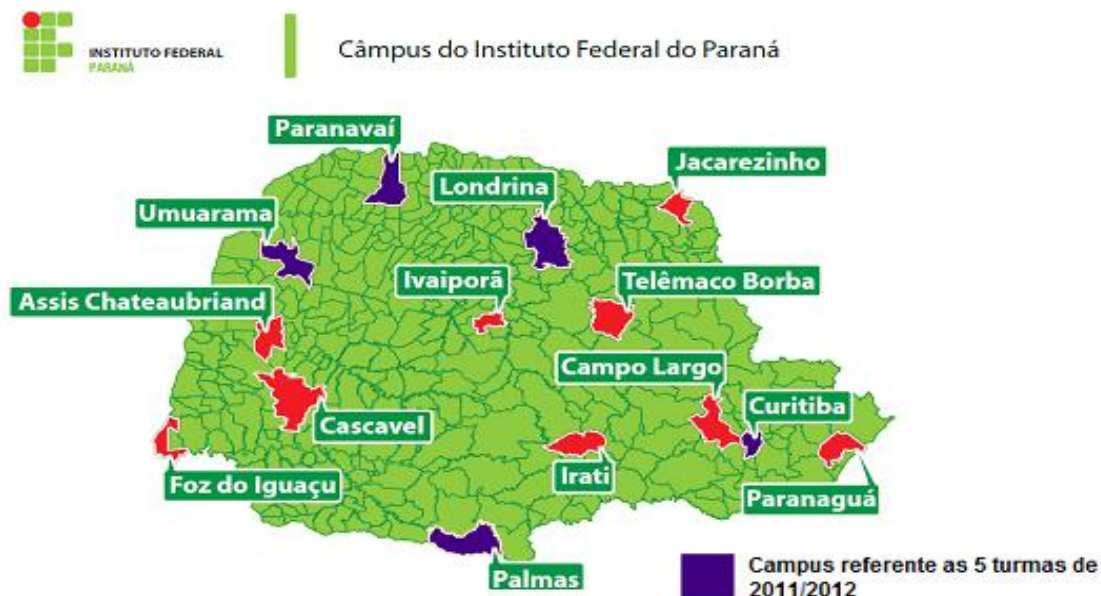
Dentro das atividades de extensão o Artigo 12, da mesma portaria, considera como Projeto de Extensão:

[...] a ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, artístico, científico ou tecnológico, com o objetivo específico e prazo determinado, realizado junto à comunidade e desenvolvido de forma sistematizada, articulado ao ensino e à pesquisa [...] (IFPR, 2009 p.8).

Neste sentido, a Lei nº 11.892/2008, da criação dos Institutos Federais, no cap. II, seção III, Art. 7º e § IV e V, prevê o desenvolvimento de atividades de extensão que visam à articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, bem como ao apoio a processos que levem à geração de renda e à emancipação do cidadão na perspectiva de desenvolvimento socioeconômico local e regional.

No Paraná, em 2011, o Instituto Federal do Paraná - IFPR credenciou cinco Projetos de Extensão para a realização de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) na modalidade Programa Mulheres Mil em seus Câmpus: Curitiba, Umuarama, Paranavaí, Londrina e Palmas. Juntos esses Câmpus ofertaram 500 (quinhentas) matrículas para as mulheres, sendo 100 (cem) em cada Câmpus para a realização dos cursos de Formação Inicial e Continuada.

No mapa 04 (quatro) podemos visualizar a localização dos cinco Câmpus do IFPR que foram selecionados pela Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011.



**Mapa 04: Câmpus com oferta do Mulheres Mil 2011/2012**  
 Fonte: Instituto Federal do Paraná, (2013).

A seleção desses Câmpus deu-se por meio de indicação da Reitoria de cada Instituto Federal, no entanto o Câmpus não tinha a obrigatoriedade de enviar proposta, ressalta a Direção Geral do IFPR – Câmpus Palmas (Dados da pesquisa, 2013). Os cinco Câmpus que enviaram proposta foram Paranavaí, Umuarama, Londrina, Curitiba e Palmas.

Os critérios que permearam a escolha das propostas foram: número de Projetos em relação ao quantitativo de unidades existentes em cada Instituto Federal, no caso do IFPR, poderia ser escolhido até 05 (cinco) propostas. Os Câmpus localizados em município integrantes dos Territórios da Cidadania e com espaço para a instalação de escritório de acesso.

Na impossibilidade de atender todas as propostas do Instituto Federal, o critério de escolha final seria os Projetos que atendessem os municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Os IFPR que enviam proposta de adesão estão assim dispostos em relação ao IDH: Curitiba é a primeira cidade no estado com IDH igual a 0.856; Londrina está em décimo lugar com IDH igual a 0.824, Paranavaí encontra-se em quadragésimo quarto lugar com IDH igual a 0.787, Umuarama está em vigésimo quarto lugar com IDH igual a 0.800 e por último está à cidade Palmas na posição 216<sup>o</sup>, com IDH igual a 0.737. Esses são os cinco Câmpus que apresentaram proposta de adesão em 2011, conforme podemos ver na Tabela

05 (cinco).

**Tabela 05 – Projetos de Extensão do IFPR em apoio ao Programa Nacional Mulheres Mil**

<b>IFPR</b>	<b>Projeto de Extensão</b>	<b>Cursos</b>
<b>Câmpus Curitiba</b>	Desenvolvimento Comunitário de Cuidadoras	Cuidador de idoso e Cuidador de criança
<b>Câmpus Umuarama</b>	Pelas mãos das Mulheres	Manicure/Pedicure e Panificação e Confeitaria
<b>Câmpus Paranaíba</b>	Mulheres em Ação: novos caminhos rumos a cidadania	Manipulação de Alimentos
<b>Câmpus Londrina</b>	Mulheres a Mil	Cuidador de Idoso
<b>Câmpus Palmas</b>	Palmas para Mulheres Mil	Culinária e Artesanato Básico

Fonte: IFPR - Coordenação Geral do Programa Mulheres Mil (2013).

No IFPR, o Câmpus Curitiba com o Projeto de Extensão “Desenvolvimento Comunitário de Cuidadoras”, ofertou o curso de Cuidador de Idoso e Cuidador de Criança, 50 vagas cada um. Em Umuarama o Projeto de Extensão “Pelas Mãos das Mulheres”, ofertou cursos de Manicure/Pedicure e Panificação/Confeitaria, em Paranaíba e Londrina os Projetos de Extensão “Mulheres em Ação: novos caminhos rumo à cidadania” e “Mulheres a Mil” respectivamente, ofertaram o curso de Manipulação de Alimentos, e Londrina assim como Curitiba ofertou também o curso de Cuidador de Idoso. No Câmpus Palmas o Projeto “Palmas para Mulheres Mil” ofertou cursos de Culinária e Artesanato Básico. Assim como nos Projetos pilotos de 2007, a maioria dos cursos ofertados continua sendo na área de alimentos, entre eles: Panificação e Confeitaria, Manipulação de Alimentos e Culinária.

No Instituto Federal do Paraná há uma Coordenação Geral do Mulheres Mil, a mesma fica junto ao prédio da reitoria do IFPR, onde é realizada a “distribuição” de informação para ao Câmpus que desenvolvem Projeto de Extensão de apoio ao Programa Mulheres Mil. Segundo dados dessa Coordenação Geral houve muitas desistências das participantes ao longo do desenvolvimento dos Projetos e os motivos foram os mais variados possíveis, tais como: horário das aulas, a não identificação com o curso, entre outros.

A tabela 06 (seis) apresenta dados das cinco primeiras turmas de Projeto de Extensão aprovados na Chamada Pública 01/2011 do MEC/SETEC que apresentaram a proposta de adesão ao Programa Mulheres Mil.

Tabela 06 – Dados do Projeto de Extensão Mulheres Mil no IFPR – 2011/2012

<b>Câmpus</b>	<b>Ano</b>	<b>Duração do Curso</b>	<b>Nº de Matrículas</b>	<b>Nº de concluintes</b>	<b>Nº de evasão</b>
Curitiba	2011/2012	200 h	47	34	13
Londrina	2011/2012	7 meses	60	37	23
Londrina	2011/2012	8 meses	68	44	24
Palmas	2011/2012	9 meses	100	68	32
Paranavaí	2011/2012	200 h	130	50	80
Umuarama	2011/2012	6 meses	105	52	53
<b>Total</b>			<b>510</b>	<b>285</b>	<b>225</b>

Fonte: Coordenação Geral do Programa Mulheres Mil – IFPR, (2012)

Conforme o Edital PROEPI – Projeto Mulheres Mil n<sup>o</sup>08/2011 foram ofertadas 100 (cem) vagas em cada um dos Câmpus que consta na tabela para os Cursos de Formação Inicial e Continuada na modalidade Programa Mulheres Mil.

Em relação ao número de matrículas, somente nos Câmpus de Curitiba não preencheu as vagas ofertadas, nos demais Câmpus as vagas foram preenchidas, o Câmpus de Paranavaí excedendo o número de matrículas e o Câmpus de Londrina ofertou turmas devido ao excesso de matrículas. Quanto à duração dos cursos, a orientação era no mínimo de 160h, mais a maioria ultrapassou esse mínimo, Curitiba e Paranavaí ofertou 200h de curso e nos demais Câmpus a média foi de sete meses e meio de curso. Em relação ao número de alunas que concluíram o Projeto, os números foram bem abaixo do esperado, isto é, pouco mais de 55% das alunas, assim a evasão foi extremamente grande, chegando a média a 39%. Na cidade de Paranavaí temos o maior índice de desistência de 61% das alunas que iniciaram o curso.

Atualmente (2014), o Instituto Federal do Paraná conta com 10 (dez) Câmpus que estão desenvolvendo Projetos de Extensão de apoio ao Programa Mulheres Mil, são eles: Paranavaí, Umuarama, Londrina, Curitiba, Jacarezinho, Telêmaco Borba, Foz de Iguaçu, Irati, Paranaguá e Palmas. O Câmpus Palmas com o Projeto “Palmas para Mulheres Mil” ofertou uma turma em 2011/2012, 2013 e está ofertando a terceira turma no ano corrente, 2014.



O Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil” ofertou oficinas às mulheres participantes, adequando-se a proposta do Programa no qual teve sua origem, que é promover o acesso e permanência do mundo do trabalho, aproveitando saberes que essas participantes já possuem e oportunizando novas ferramentas do conhecimento. Isto é, um Projeto que embora tenha os mesmo objetivos e os mesmos princípios do Programa Nacional Mulheres Mil, possui algumas singularidades, tais como: área de formação, tempo de realização, número de mulheres atendidas e outros aspectos próprios da cultura local. Portanto, este Projeto de Extensão, representa um conjunto de ações, organizadas de modo a apoiar o Programa Nacional Mulheres Mil.

### 3.3.1 O Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”

O enfrentamento da pobreza é um dos objetivos que a maioria das políticas públicas busca alcançar, tais políticas visam ações que contribuam para retirar da condição de vulnerabilidade social milhões de brasileiros. Seguindo uma proposta de desenvolvimento social do governo federal, o Ministério da Educação junto com a SETEC amplia o Programa Nacional Mulheres Mil a todo estado brasileiro tendo como órgão executor os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Neste cenário, o Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas teve o Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, aprovado pelo MEC/SETEC, em 2011, como apoio ao Programa Nacional Mulheres Mil do governo federal. Adaptado para a realidade da cidade de Palmas-PR, cujo objetivo maior é de aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano.

No IFPR, o Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil” está inserido no eixo tecnológico como Projeto, na área de conhecimento: Ciências Humanas, na área temática: IV – Educação, segundo parecer do COPE – Comitê de Pesquisa e Extensão.

Para a sua execução o referido Projeto de Extensão no IFPR é gerenciado pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação, tendo um Coordenador Geral do IFPR, que é responsável para coordenar as ações e fazer a interlocução junto

aos demais Comitês Nacionais e centro de Referência Nacional, e responsável também pela articulação com os demais núcleos dentro do IFPR. Um Coordenador local, servidores administrativos, docentes e seis bolsista (2 do Projeto de Extensão, e do Curso de Sistema de Informação e 2 do Curso de Pedagogia), além disso conta com parceiros como a Prefeitura Municipal de Palmas-PR, o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

As funções dos parceiros foram: a Prefeitura Municipal de Palmas – serviços da ação social, educação, psicólogo, oftalmologista, serviços na área da saúde, o transporte das participantes e também alguns materiais para as oficinas; a SENAR – promoveu oficinas na área de culinária, distribuiu material impresso para as participantes e também ofertou oficinas voltadas para a apresentação pessoal, em espaço próprio;

Os docentes do IFPR – Câmpus Palmas – PR, ministraram palestras e/ou minicursos conforme a Grade Curricular do Projeto e os bolsistas contribuíram com as atividades administrativas e minicursos durante todo o Projeto;

Além dos colaboradores o Projeto de extensão no IFPR – Câmpus Palmas, contou com recurso financeiro do MEC, Tabela 07 (sete) de orientação da distribuição dos gastos do MEC/SETEC.

**Tabela 07 – Recurso Financeiro para os Projetos de Extensão**

<b>APLICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
Compra de uniforme	R\$ 8.000,00
Auxílio Financeiro às estudantes do Programa	R\$ 70.000,00
Compra de material utilizado para execução dos cursos.	R\$ 10.000,00
Compra de equipamentos para execução dos cursos e estruturação do escritório de acesso	R\$ 12.000,00
<b>TOTAL POR CÂMPUS</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>

Fonte: Chamada Publica MEC/SETEC 01/2011 (2011)

O Projeto de Extensão recebeu recurso financeiro de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) sendo que 70% do recurso foram destinados para pagamento de uma bolsa no valor de R\$ 100,00 mensais para cada participante, 8% para compra de

uniforme para as alunas e 22% para adquirir materiais de expediente e equipamentos para o referido Projeto.

A chamada para as inscrições referentes aos Projetos dos cinco Câmpus foi realizada através de edital único, Edital PROEPI - Projeto Mulheres Mil nº 08/2011, especificando os critérios para candidatar-se aos cursos, tais como: idade acima de 18 anos, escolaridade, local de residência e gênero, atendendo as exigências do Projeto Mulheres Mil e veiculada via internet. A coordenadoria do IFPR-Câmpus Palmas, sabendo da dificuldade de acesso a este meio de comunicação do público alvo fez visitas nos bairros mais carentes do município, orientadas pela prefeitura municipal através da Ação Social.

A chamada para o Projeto "Mulheres Mil" foi realizada via um edital para abrir as inscrições. Nós publicamos o edital para que se tivesse procura nos atenderíamos por meio do edital. Mais durante aquele prazo de inscrição nós fizemos visitas nas comunidades mais carentes da região de Palmas orientadas pela prefeitura através da ação social que mostrou para nós onde eram as comunidades mais carentes. Foi assim que chegamos à comunidade Frei Galvão, na Comunidade Quilombola e ao Lagoão que seriam as comunidades mais críticas (COORDENAÇÃO DO PROJETO-08/05/2013).

Mesmo com a abertura de inscrição para outros bairros, não foi possível completar a turma com o número de vagas proposto no Edital. Desta forma foram abertas 25 (vinte e cinco) vagas para o município de Coronel Vivida, tendo em vista a localização de uma Unidade de Ensino Profissionalizante (UEP), sob a direção do Câmpus Palmas. Assim, Coronel Vivida ficou com uma turma de 25 (vinte e cinco) alunas, sendo a grande maioria do interior da cidade e o Câmpus de Palmas com uma turma de 75 (setenta e cinco) alunas, sendo a grande maioria dessas vagas preenchidas por mulheres residentes na Comunidade Quilombola do São Sebastião do Rocio (Adelaide Maria Trindade Batista) e Fortunato (Castorina da Conceição).

No ato da inscrição as candidatas preencheram um questionário socioeconômico, procedimento aplicado em todos os Projetos de Extensão Mulheres Mil previstos no Edital, com o objetivo de identificar os diferentes níveis de conhecimento das mulheres, a realidade econômica e social do grupo e também para selecionar as mulheres para o preenchimento das vagas.

Seguindo as orientações do MEC/SETEC, a Coordenação Local tem autonomia para a elaboração da grade curricular, contudo ela deve constar um

módulo de aprendizagem que compreende a formação geral e um módulo de qualificação que compreende a formação profissional.

Como o grupo de mulheres é bastante heterogêneo, abrangendo mulheres acima de 18 anos e baixa escolaridade, a ação educacional proposta deve contemplar oficinas de linguagens e ciências da natureza e oficinas específicas para capacitar as alunas profissionalmente, a proposta deve pautar-se na experiência não-formal das alunas ao longo da vida e de acordo com os anseios pessoais e profissionais permitindo o seu ingresso e permanência no mundo do trabalho (BRASIL, 2011 p.4). Sendo o trabalho e a educação é fundamental para as políticas públicas de inclusão social, como o Programa Mulheres Mil.

Com base na proposta inicial do programa em dispor de um plano educacional que possibilita a elevação da escolaridade com cursos de formação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos integrados ao Ensino Fundamental e/ou Médio, desenvolvimento da autonomia e exercício pleno da cidadania, o Projeto de Extensão Palmas para Mulheres Mil propõe uma grade curricular específica, Tabela 08 (oito) para o desenvolvimento do Projeto.

**Tabela 08: Grade Curricular do Projeto de Apoio às Mulheres Mil**

<b>Curso: Formação Inicial e Continuada em Artesanato e/ou Produção Alimentícia- Modalidade: Mulheres Mil</b>			
<b>Módulos de Aprendizagem</b>			
<b>Formação Geral</b>	1. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	1.1 Comunicação oral e escrita (60h) 1.2 Atitudes Empreendedoras (16h) 1.3 Relações Interpessoais (8h) 1.4 Informática Básica (120h)	Os módulos 1 e 2 totalizam uma carga horária de 232h
	2. Ciências da Natureza, Matemática e Suas tecnologias	2.1 Matemática Básica (12h) 2.2 Controle de Orçamento Familiar e qualidade de vida (8h) 2.3 Noções de Associativismo (8h)	
<b>Módulos de Qualificação</b>			
<b>Formação Profissional</b>	<b>3. Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia</b>	3.1 Culinária Básica (16h) 3.2 Básico em Conserva Vegetais (16h) 3.3 Derivados de Leite (16h) 3.4 Panificação básico (16h) 3.5 Doces cristalizados (16h)	As alunas podem inscrever em cursos dos dois eixos tecnológicos, observando que cada aluna deverá cursar um total de 80h no mínimo em cada um dos módulos 3 e 4 (Cursos realizados no SENAR /C.h. 80h)
	<b>4. Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Artesanato</b>	4.1 Mulher Atual (80h) 4.2 Conhecimento e Auto-Estima (12h) 4.3 Resgate do conhecimento tradicional sobre plantas Medicinais e Aromáticas (12h) 4.4 Organização do espaço Doméstico (8h)	Aulas com professores do IFPR; Parceria com o SENAR, PROVOPAR (Cursos no SENAR e no IFPR - C.h. 112h)
Obs: Cada participante deverá cursar um mínimo de 80h dos módulos profissionalizantes e um total geral mínimo de 160h para obter certificado.			

**Fonte: Projeto de Extensão Mulheres Mil do Câmpus de Palmas-PR, (2011/2012)**

No módulo de aprendizagem que consiste na formação geral, está dividido em dois eixos:

a) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que ofertou as seguintes oficinas: Comunicação oral e escrita (60h), Atitudes Empreendedoras (16h), Relações Interpessoais (8h) e Informática Básica (120h).

b) Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, que ofertou as seguintes oficinas: Matemática Básica (12h); Controle de Orçamento familiar e Qualidade de vida (8h) e Noções de Associativismo (8h);

No módulo de qualificação que é a formação profissional, também foi dividido em dois eixos:

a) Produção Alimentícia, que ofertou as seguintes oficinas: Culinária Básica (16h), Básico em Conservas e Vegetais (16h), Derivados de leite (16h), Panificação básico (16h) e Doces Cristalizados (16h).

b) Produção Cultural e Artesanato, que ofertou as seguintes oficinas: Mulher Atual (80h), Conhecimento e Auto-Estima (12h), Resgate do Conhecimento Tradicional sobre Plantas Medicinais e Aromáticas (12h) e Organização do Espaço Doméstico (8h).

A grade curricular foi elaborada tendo por base o Guia Metodológico e os documentos do Programa Nacional Mulheres Mil, que indicava quais ações precisariam estar presentes, assim os dois módulos foram estruturados em torno da dimensão pessoal, da dimensão de relacionamento e da dimensão profissional.

Conforme o Plano de Trabalho do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil” (2011), a dimensão pessoal está presente formação geral nas oficinas de Matemática Básica, Informática Básica e nas atividades envolvendo gênero textual de Comunicação oral e escrita.

A dimensão de relacionamento está presente nos dois módulos, isto é, na oficina de relações interpessoais, na Mulher Atual e na oficina de Conhecimento e Autoestima.

A dimensão profissional está presente também nos dois módulos com as oficinas voltadas para a produção alimentícia e também com a oficina de Noções de Associativismo e Atitudes Empreendedoras,

No que diz respeito à certificação das participantes, só é possível ser concedido certificado<sup>14</sup> para a parte profissionalizante desde que as alunas tenham realizado um mínimo de 160h do módulo profissional, podendo ser complementada, após a apresentação do documento comprobatório de conclusão da EJA, cursada concomitante em instituições parceiras do IFPR, sendo registrada nos certificados a participação específica de cada mulher.

As atividades desenvolvidas no espaço do IFPR aconteceram sempre no período da tarde em dois encontros semanais de 4h (quatro horas) cada, durante um ano. Nos encontros acontecia a vivência (ação-reflexão-ação), o momento de partilha de tudo o que estava acontecendo com elas ao longo do Projeto. No intervalo dos encontros, as participantes foram assistidas por bolsistas, conforme as necessidades de aprendizagem das mesmas, sendo que no itinerário formativo foram realizadas ações para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de empregabilidade e, conseqüente, para o acesso ao mundo do trabalho, (IFPR/PROJETO DE EXTENSÃO – PALMAS PARA MULHERES MIL, 2012).

Nos documentos do Programa podemos verificar que a ação educacional proposta quer aliar aspectos do ensino propedêutico com a profissionalização e neste contexto o Projeto procurou desenvolver uma grade curricular que promovesse a formação cidadã, tais como comportamento sustentável, saúde e direito da mulher, inclusão digital, cooperativismo, proteção ambiental, dentre outros, visando à diminuição de problemas em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano.

É neste cenário que o capítulo seguinte, através dos resultados e discussões acerca dos dados da pesquisa, procurar identificar nas narrativas a concepção educativa aliada que na relação trabalho e educação tem papel muito importante na vida das pessoas, uma como formação e promoção dos seus direitos e outra como o meio de sustento e de realizações.

---

<sup>14</sup> Apêndice 8 – Certificado de Participação do Programa Mulheres Mil.

#### 4. “PALMAS PARA MULHERES MIL”: apresentação dos resultados



**Figura 06: Oficina de Leitura**  
Fonte: Acervo do Projeto, (2012).

*Eu pensava que com filho é mais difícil, daí quando eu comecei a fazer o curso eu decidi terminar o estudo e ir para frente (ALUNA E,28/06/2013).*

A figura (06) seis demonstra as alunas na oficina de leitura, em contato com a mídia impressa, o trabalho em grupo como forma de estreitar o relacionamento entre as alunas. Podemos observar na foto que o número de alunas já estava bastante reduzido nas oficinas, principalmente porque o mínimo para receber a certificação era de 160h na formação profissional.

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os dados coletados da pesquisa de campo, buscando responder o problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas para a direção do Câmpus, incluindo gestores e docentes que participaram do Projeto. Para as estudantes egressas foram utilizados dois

instrumentos de coleta de dados, um questionário com perguntas fechadas e entrevistas com perguntas semiestruturadas. O questionário foi dividido em duas partes: a primeira com abordagem socioeconômica e a segunda voltada para a percepção das estudantes em relação ao programa. Para as questões fechadas do questionário, os dados serão apresentados através de tabela e gráficos evidenciando as questões que julgamos mais importantes para este estudo e para as questões abertas das entrevistas buscamos os elementos e/ou ideias mais significativas das respostas possibilitando uma visão geral do posicionamento dos entrevistados.

Assim, o capítulo foi organizado em quatro seções. Na primeira, apresentamos os dados referentes às alunas egressas do Projeto, procurando evidenciar o perfil da turma e os impactos percebidos, que o Projeto teve no seu cotidiano<sup>15</sup> profissional e pessoal como parte importante da pesquisa. Por questão metodológica as falas das alunas foram identificadas por uma letra maiúscula seguida da data de entrevista, em relação aos dados do questionário socioeconômico preenchido na pré-inscrição identificamos pelas letras QS seguida do ano, por opção da pesquisadora em agrupar as ideias significativas.

Na segunda seção, a coordenação do Projeto, apresentamos os dados com o objetivo de analisar o desenvolvimento do Projeto no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Na terceira seção, apresentamos as impressões da Direção Geral e a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPR - Câmpus Palmas com o objetivo de investigar como se deu a participação do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas no desenvolvimento do referido Projeto. Por opção das duas direções a entrevista foi realizada em grupo, assim identificamos as falas apenas como Direção seguida da data da entrevista, na quarta seção apresentamos a fala dos docentes que desenvolveram atividades no Projeto para refletirmos essa prática em um curso de formação e qualificação voltado para mulheres em condições de vulnerabilidade social, as falas dos docentes estão identificadas como D1, D2 e D3 na ordem de entrevista. Dessa forma buscamos alcançar os nossos objetivos e responder o problema da pesquisa: Como se dá a participação do Instituto Federal do Paraná –

---

<sup>15</sup> Neste estudo, o cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica. (SILVA, 2007)



Câmpus Palmas, em um programa nacional de inclusão social através do Projeto de extensão “Palmas para Mulheres Mil” em comunidades quilombolas.

#### 4.1 AS ALUNAS

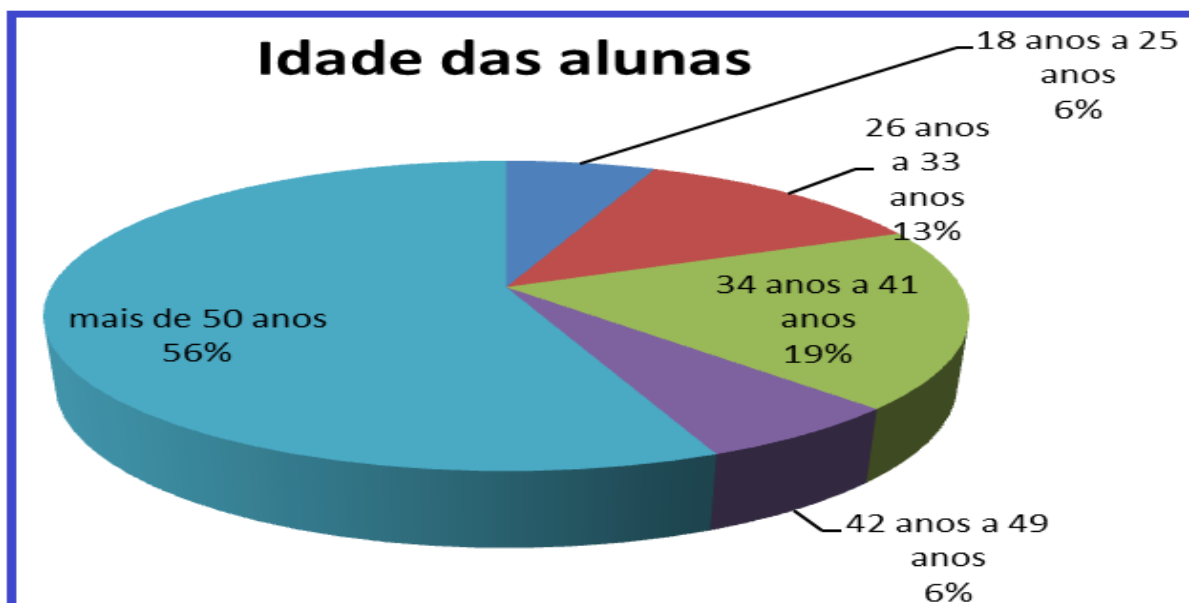
O primeiro objetivo específico da pesquisa é a caracterização do perfil das estudantes egressas da primeira turma, destacando as questões educacionais. Das 36 (trinta e seis) estudantes que concluíram o Projeto, 18 (dezoito) responderam ao questionário. No entanto, 02 (dois) questionários foram retirados por não apresentarem variabilidade em nenhuma das questões referentes à segunda parte do questionário.

Buscamos inicialmente delinear o perfil das participantes destacando algumas questões educacionais que estão relacionadas ao grupo. Esta primeira depois a convite das amigas, que já haviam realizado as inscrições e participado da conversa inicial, organizado na comunidade para apresentar o Projeto. A conversa gerou expectativas nas mulheres, tais como:

[...] aumentar a renda para ajudar no sustento da família; ampliar os meus conhecimentos; aprender algo novo; para fazer o concurso para merendeira; meu sonho sempre foi voltar a estudar mas não tive muitas oportunidades; conseguir entrar no mercado de trabalho; ter um salário mais digno; ter uma função (QS,10/2011).

As expectativas são muito semelhantes, e isso ocasionou uma boa repercussão do Projeto na comunidade, das pessoas que ficaram de fora e/ou que não puderam participar do Projeto naquele momento.

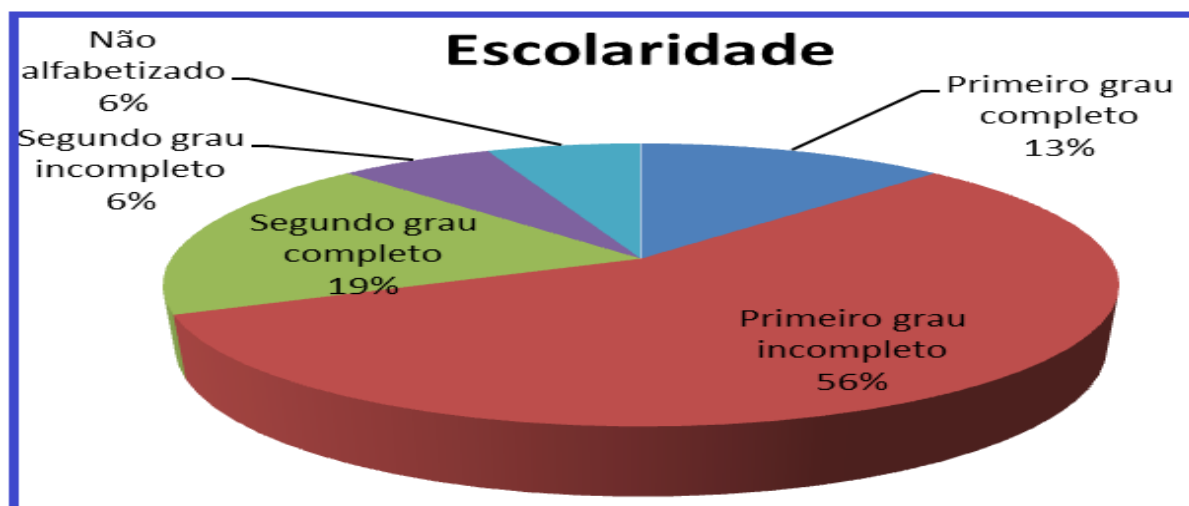
No gráfico 02 (dois), há uma concentração maior de mulheres com mais de 50 (cinquenta) anos, nas faixas etárias de 26 a 33 anos e de 34 a 41 anos há uma semelhança na distribuição, assim como nas demais faixas etárias.



**Gráfico 02: Idade das Alunas**  
 Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

Quanto à idade, verificamos que 56% possuem mais de 50 anos, 19% encontram-se na faixa etária de 34 aos 41 anos, 13% possuem entre 26 e 33 anos e o grupo de 18 a 25 anos e de 42 a 49 anos representam cada um 6% do total, as alunas atendem à orientação do Projeto, no entanto, menos da metade das alunas são jovens e encontra-se em idade economicamente ativa.

No gráfico 03 (três), verificamos que as estudantes que concluíram o Projeto “Palmas para Mulheres Mil, possuem baixa escolaridade, considerando o primeiro grau incompleto como baixa escolaridade, desta forma elas atendem mais um dos condicionantes do Projeto.



**Gráfico 03: Escolaridade**  
 Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

Ainda em relação ao nível de escolaridade, as alunas não alfabetizadas e as que possuem ensino médio incompleto representam 12% do total, sendo 13% as alunas que possuem o ensino fundamental completo e 19% as alunas que possuem ensino médio completo, no entanto mais da metade das estudantes, 56% não possui o ensino fundamental completo, associado ao fato de que a maioria dessas estudantes possui mais de 50 anos e a primeira escola municipal com oferta de Ensino Fundamental (Séries Iniciais) situada na Comunidade Quilombola com prédio fixo foi construída em 1982.

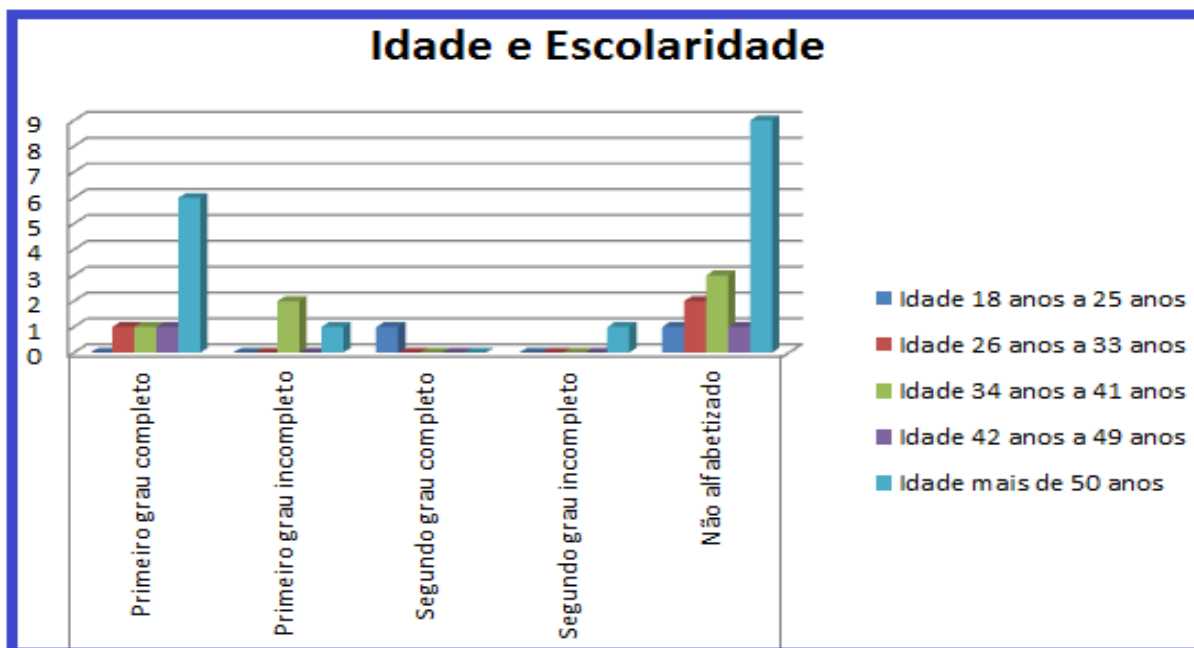
[...] A escola São Sebastião não tinha um lugar fixo, era emprestado o salão de festa, daí fizeram uma casinha ali porque eram poucos os negros para ali estudarem, mas quando o pessoal foi aumentando houve a necessidade urgente de se construir uma escola na comunidade, em 1982 com verbas da FUNDEPAR e a comunidade foi ajudando também, para ter uma escola própria. [...] (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013)

Em 2009, foi inaugurada a Escola Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira – Ensino Fundamental (Séries Finais), mantida pelo governo do estado, mas funcionando em prédio cedido pela prefeitura municipal. Atualmente, denomina-se Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira, com a primeira turma de ensino médio iniciada em 2013, isto é, uma conquista da luta da comunidade por um reconhecimento à diversidade sócio-cultural, segundo a líder da comunidade.

[...] a escola foi luta da comunidade... cada vez mais foi aumentando a escola, daí hoje tem o ensino fundamental completo, daí vai para o 6º ano já na escola quilombola, tem tudo, vão sair daqui para a faculdade, antes era Escola Estadual Quilombola agora é Colégio Estadual Quilombola [...] (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013).

As mulheres desta turma, na sua grande maioria, são anteriores à década de 1980, logo, a história vivenciada pela Comunidade Quilombola explica o fato de termos uma maioria com o primeiro grau incompleto, tendo em vista as datas de inauguração da primeira escola municipal e estadual na comunidade.

No gráfico 04 (quatro), quando cruzamos a idade das alunas e a escolaridade, podemos verificar que a faixa etária dos 18 (dezoito) aos 25 (vinte e cinco) há um número maior de alunas não alfabetizadas, uma população jovem e que sofrem com a exclusão educacional.



**Gráfico 04: Idade e Escolaridade**  
 Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

A escolaridade e a idade das alunas de acordo com o gráfico apresentado são características de grupos menos favorecidos, são excluídos do mundo de trabalho, do sistema educacional. Além disso, por ser a maioria afrodescendente, fazem parte de um grupo historicamente discriminado.

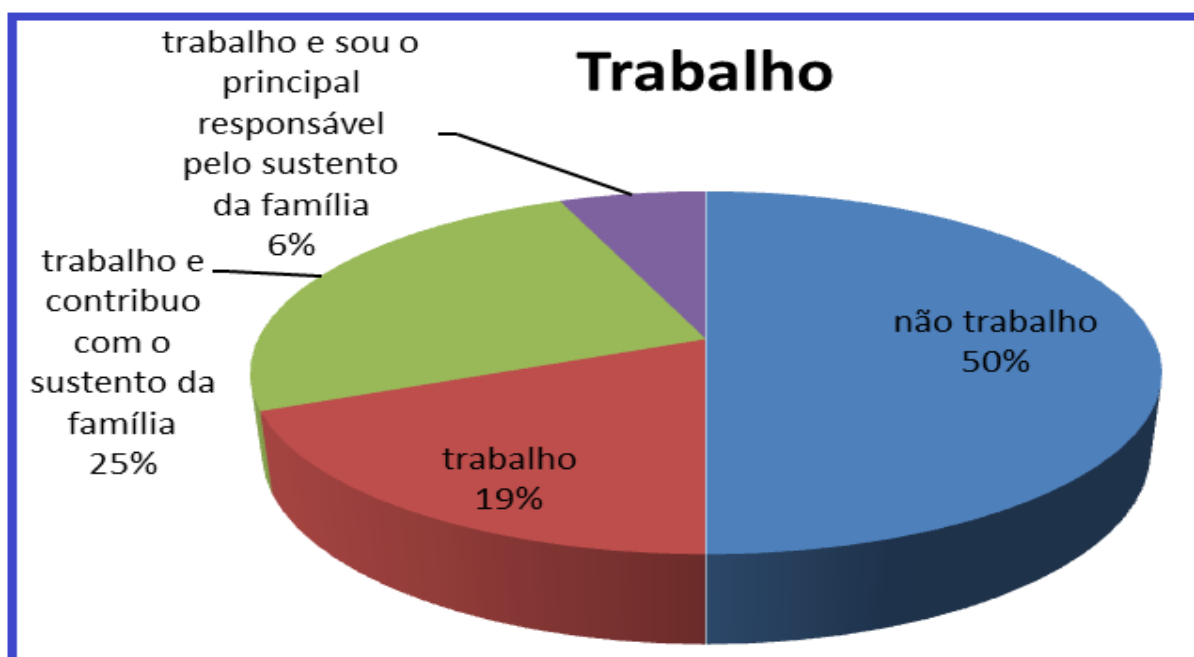
No entanto, essa parte da história que não é coerente com a educação escolar da cidade, que é anterior à década de 30. Para as pessoas afrodescendentes das Comunidades Quilombolas terem uma educação formal, era muito difícil, pois inicialmente elas não podiam frequentar a escola junto com os brancos, quem tinha um pouco mais de condições contratava um professor para vir até a casa ensinar os filhos.

[...] Os negros não podiam estudar junto com os brancos, minha avó contava que os negros contratavam um professor para vir na casa ensinar, daí eles davam uma galinha, porcos, pois era uma abundância o que criavam e plantavam e depois com o tempo os negros já podiam estudar, tinha o (Colégio) Dom Carlos e o Coronel Domingos Soares que agora é o Sebastião Paraná, eles podiam estudar, mas tinha preconceito, cada um ficava em um canto de um lado da sala, os brancos não queriam chegar perto dos negros, bem complicado [...] (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013).

Hoje, essa divisão em sala de aula não é tão explícita, mas o preconceito existe, sem formação adequada, a dificuldade de possuir uma profissão, conseguir

um trabalho formal e ter um salário digno se torna bastante difícil. A baixa escolaridade das mulheres tem um reflexo na família, que não vê um retorno imediato através da educação e faz dela algo dispensável, assim o retorno à escola vai sendo adiado, frente a outras necessidades da família. Porém, com a participação no Projeto muitas perceberam a importância da escolaridade no dia-a-dia: “[...] eu tinha medo de errar se me dessem um livro, daí eu aprendi a fazer as coisas com medida” (ALUNA D, 28/06/2013). “[...] falta três matérias do quinto até a oitava, daí ano que vem nos terminamos daí vou para o segundo grau, eu vou para a faculdade” (ALUNA D, 28/06/2013). “[...] no curso de panificação, eu aprendi a usar a balança” (ALUNA A, 02/07/2013).

No gráfico 05 (cinco), quanto ao trabalho remunerado, à metade das mulheres não trabalha informação que associada à idade das concluintes (gráfico 02), justifica o elevado nível de desemprego, enquanto a outra parcela do grupo é composta por mulheres que trabalham e são responsáveis pelo sustento da família.



**Gráfico 05: Trabalho**  
 Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

Observa-se que 50% das mulheres declaram que não trabalham, 6% declaram que trabalham e são as principais responsáveis pelo sustendo da família, 25% declaram que trabalham e contribuem com o sustento da família e 19%

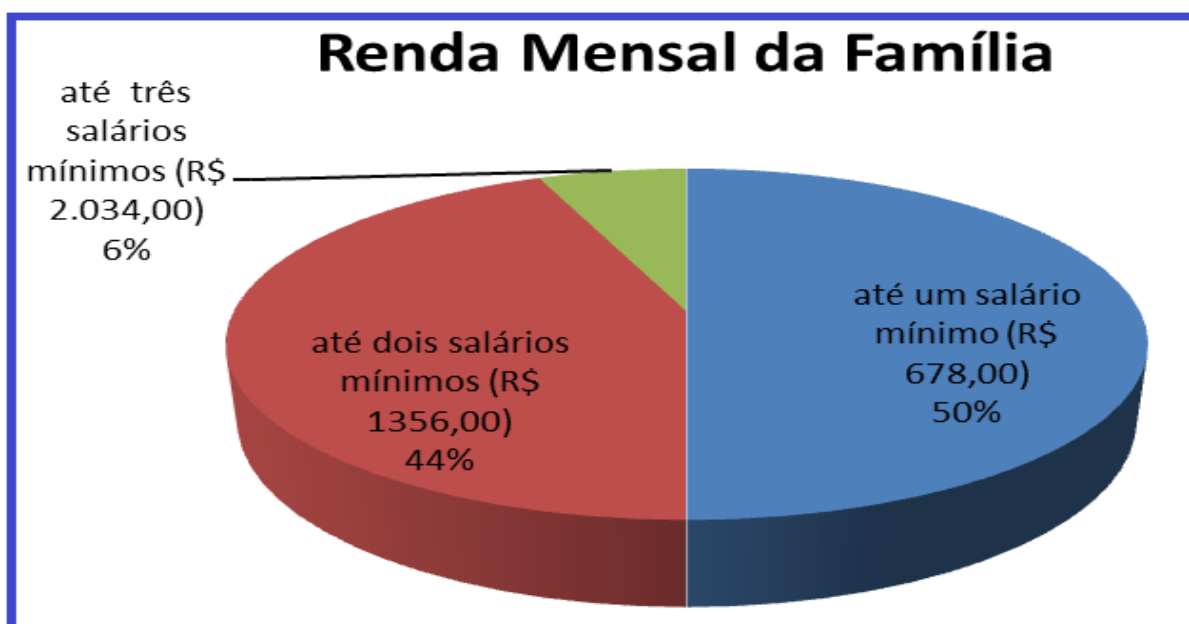
declaram que trabalham. Todavia, nem todas possuem emprego formal, pois as que estavam em emprego formal, com carteira assinada, tiveram dificuldades em continuar no curso, segundo a coordenação do Projeto.

[...] até elas chegarem aqui e permanecerem, elas vão encontrando muita dificuldade no caminho, é a família, não podem deixar os filhos, os netos, têm que trabalhar, o patrão não deixar sair, essas dificuldades fizeram muitas desistirem [...] (COORDENAÇÃO DO PROJETO 08/05/2013).

A renda familiar é um fator determinante para muitas das mulheres que concluíram o curso, isto é, a expectativa das alunas é conseguir um emprego com carteira assinada após a conclusão do curso.

[...] conseguir um trabalho;... Aprender, talvez aumentar a minha renda... Divulgar o meu trabalho dia-a-dia;... Contribuir no sustento da minha família;... Montar uma micro empresa; conseguir um emprego que venha de encontro com as minhas necessidades... (QS, 2011.)

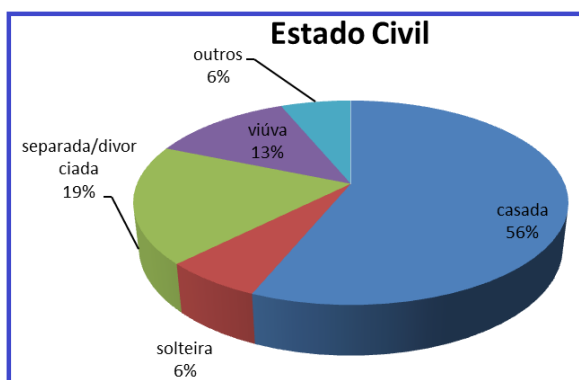
Essas são as expectativas das participantes para após a conclusão do curso. Como a renda mensal das famílias fica em torno de um salário mínimo, gráfico 06 (seis), as mulheres almejam um trabalho para contribuir no sustento da família e melhorar a qualidade de vida.



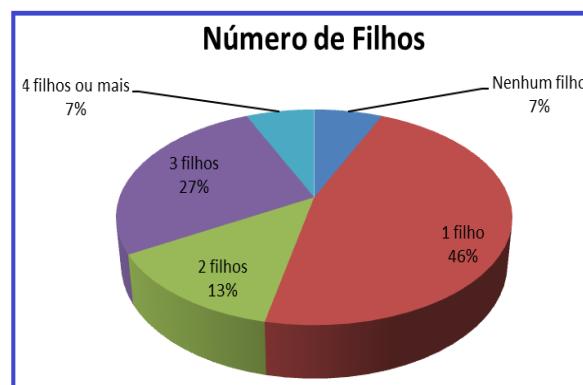
**Gráfico 06: Renda Mensal da Família**  
Fonte: Dados da pesquisa, (2012).

A questão econômica interfere em toda organização familiar, verificamos que 6% possuem renda familiar em torno de três salários mínimos, 44% tem renda familiar de até dois salários mínimos e 50% possuem renda familiar de até um salário mínimo, sendo a maioria das mulheres casadas, podemos constatar que as mulheres que trabalham possuem rendimento no máximo de três salários.

No gráfico 07 (sete), verificamos que 6% das alunas são solteiras, 13% das alunas viúva, 19% divorciada e/ou separadas, 56% são casadas e 6% encontram-se em outras situações, logo é natural que elas queiram trabalhar para contribuir no sustento da família. Pois no gráfico 08 (oito), somente 7% das alunas não possuem filhos, 13% das alunas possuem 2 filhos, 27% declararam que possuem 3 filhos, 46% possuem apenas 1 filho e 7% possuem 4 filhos ou mais.



**Gráfico 07: Estado Civil**  
Fonte: Dados da pesquisa, (2013)



**Gráfico 08: Número de filhos**  
Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

O fato da maioria das alunas serem casadas e possuírem pelo menos um filho, é natural que elas queiram trabalhar para contribuir com o sustento da família proporcionar uma qualidade de vida melhor a família.

O auxílio financeiro, gráfico 09 (nove) foi importante para elas, tendo em vista que muitas estavam desempregadas durante o Projeto.

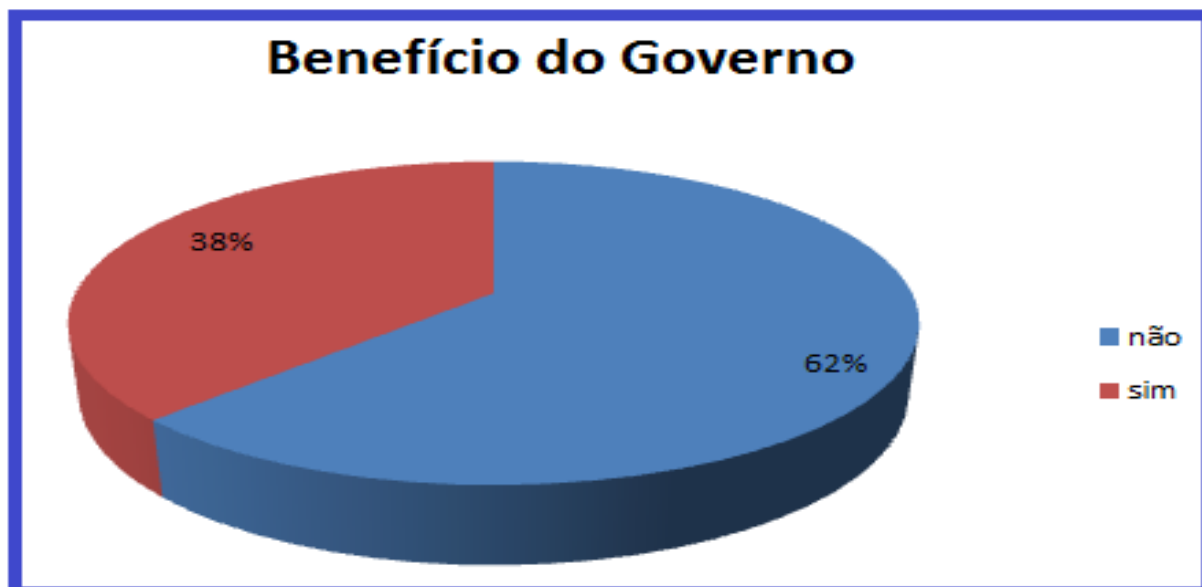


**Gráfico 09: Repasse de Auxílio Financeiro**  
Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

De acordo com o gráfico, 6% das alunas ficaram indecisa quanto a importância do auxílio financeiro, 31% das alunas concordaram e 63% concordaram plenamente com o repasse financeiro. A bolsa auxílio que teria como um dos objetivos a permanência delas no Projeto e para a compra de materiais e/ou vestuário para a frequência nas atividades, serviu como um complemento da renda familiar durante o período que elas estavam frequentando o Projeto: “[...] aquele dinheirinho que vinha pra nós ajudou muito” (ALUNA C, 10/09/2013); “[...] o financeiro também foi importante” (ALUNA B, 02/07/2013).

No gráfico 10 (dez), verificamos que a maioria das alunas não recebem benefício do governo e as que recebem, declararam serem beneficiária do Bolsa Família e algumas de aposentadoria, o que verificamos é o grande número de alunas com idade superior a 50 (cinquenta) anos, que possuem filhos adultos, logo não estão cadastradas no Bolsa Família, um dos maiores Programas de transferência de renda do governo federal, mais não estão em idade de requerer aposentadoria.





**Gráfico 10: Benefício do Governo**  
Fonte: Dados da pesquisa, (2013)

O gráfico 10 mostra que 38% das alunas recebem benefício do governo e 62% não recebem benefício do governo, neste caso o benefício refere-se à Bolsa Família, como a maioria das alunas possuem filhos em idade adulta, justifica o fato de não serem beneficiária deste programa do governo federal. A inserção da família em programas de transferência de renda, não diminuiu os níveis de pobreza, uma vez que a distribuição de renda continua desigual e não acompanha o crescimento econômico (IBGE, 2012).

A desigualdade de rendimentos, de oportunidades, de acesso (a serviços públicos, entre outros) e a persistência da pobreza (absoluta e relativa) são traços conhecidos da sociedade brasileira. [...] Apesar de ganhos em alguns indicadores, como redução do analfabetismo e da mortalidade infantil, por exemplo, os anos 1980 mostraram concentração de rendimentos e o crescimento de favelas e da violência urbana. (IBGE, 2012 p.162)

As mudanças provocadas nas mulheres desde o início do Projeto foram acontecendo aos poucos, no cotidiano, em aspectos pessoais e na convivência com os outros. Para muitas mulheres, viver se resumia no cuidado com a família e a casa e pelo que constatamos nas falas das mesmas, algumas sentiam vergonha de si mesma, de comunicar-se com outras pessoas.

[...] eu era assim uma pessoa bem insegura, envergonhada para falar assim; nos primeiro dias de curso eu ia e me sentia sozinha sabe e depois

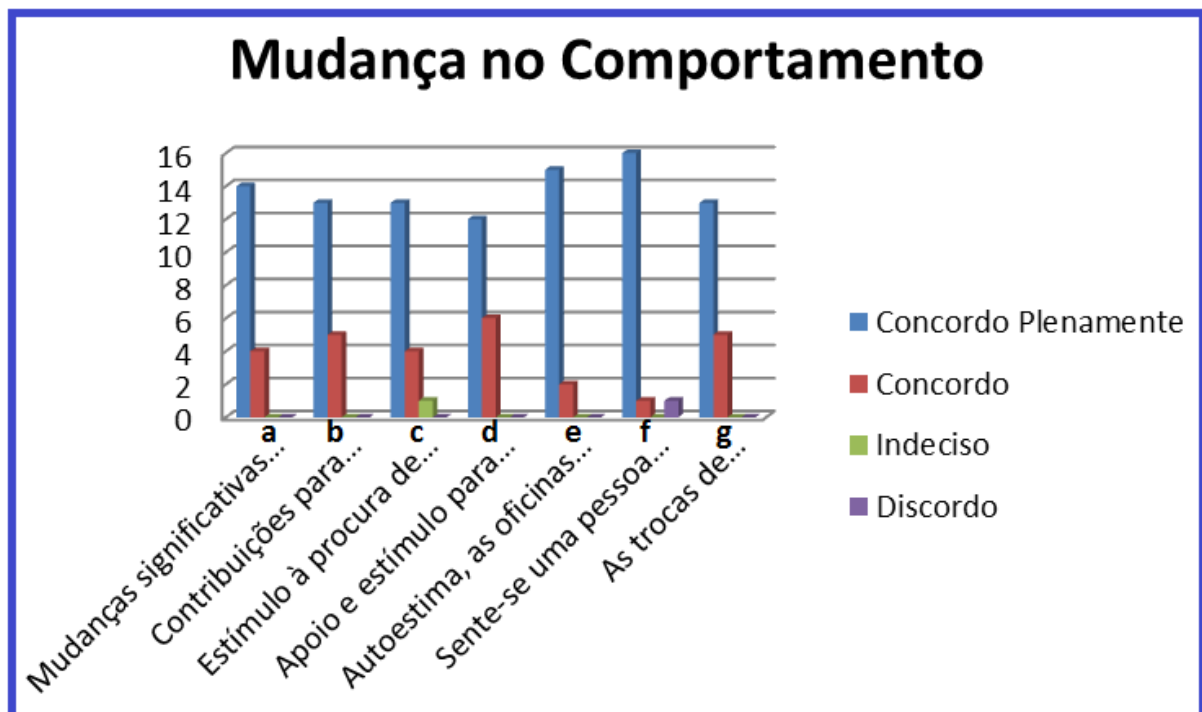
fui fazendo amizade, daí foi bom; eu nem saia de casa daí comecei e fiz amizades [...] (ALUNA E, 28/06/2013).

“[...] eu tinha vergonha de usar a minha palavra e foi lá que eu me soltei [...] eu sentia assim como se tivesse uma coisa que me segurava [...]” (ALUNA C, 10/09/2013).

Na segunda parte do questionário que as alunas responderam, as questões dizem respeito à avaliação do Projeto. Os resultados foram organizados em três blocos para facilitar a análise dados: 1) Mudança de Comportamento; 2) Inclusão Social e Profissional; 3) Análise do Projeto.

No bloco 01, em relação à mudança de comportamento as perguntas foram elaboradas com o intuito de identificar as mudanças provocadas nas mulheres em relação ao processo vivenciados por elas no decorrer do Projeto.

No gráfico 11(onze), as respostas fazem referência ao primeiro bloco que questiona a mudança de comportamento das alunas após a inserção das mesmas no Projeto.



**Gráfico 11: Mudança no Comportamento**  
 Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

Em relação às questões referentes a esse bloco: a) As atividades desenvolvidas nas oficinas provocaram mudanças significativas em seu dia-a-dia; b) As atividades desenvolvidas no Projeto trouxeram contribuições para a organização do orçamento doméstico; d) Você recebeu apoio e estímulo para a permanência no Projeto; e) As oficinas realizadas proporcionaram a sua autoestima; g) As trocas de experiências no Projeto contribuíram para o seu crescimento pessoal e profissional. As respostas apresentaram pouca variabilidade, no entanto em relação à autoestima podemos perceber que há uma segurança maior das alunas em concordar com esta afirmação.

Na questão: c) A participação no Projeto estimulou você a procurar outros cursos de aperfeiçoamento profissional no IFPR ou em outras instituições de ensino, mesmo havendo um número considerável de mulheres que concordaram plenamente com a afirmação, tivemos alunas que ficaram indecisas, quanto a procura de novos cursos para qualificação profissional e na questão f) Você sente-se uma pessoa diferente depois da participação no programa, apesar do número de alunas que concordaram plenamente com a afirmação há, uma aluna que discorda da maioria do grupo.

Nota-se que as mulheres começam a perceber as pequenas mudanças que foram acontecendo e o quanto elas são significativas para o dia-a-dia, ou seja, fazer novas amizades, conhecer as pessoas do próprio bairro, não ter medo de comunicar-se, contribui para a qualidade de vida dessas mulheres e de seus familiares.

Nas falas podemos identificar as contribuições das oficinas para a organização do orçamento doméstico, a motivação para elas procurarem outros cursos de aperfeiçoamento profissional e pessoal no Instituto Federal do Paraná e/ou outras instituições permitindo que elas ampliem suas relações sociais e profissionais.

“[...] o que me surpreendeu foi o de culinária, eu aprendi coisas assim de cardápio que eu não sabia os aproveitamentos, tudo bem aproveitado”. (ALUNA C, 10/09/2013)

“[...] eu fiz o derivado de leite porque você tem que saber lidar com o leite, e foi uma maravilha [...] tudo muito sério, sem brincadeira”. (ALUNA D, 28/06/2013)

“[...] a panificação, a gente fez panetone no Natal, até vendemos bastante, porque o negócio funciona mesmo”. (ALUNA A, 02/07/2013)

“[...] eu sempre tive um sonho, acho que esse curso tem que incentivar mesmo que estude [...] é poucas horas na noite e tu vai eliminando matéria e vai voltando a tua mente as coisas que já estavam mortas”. (ALUNA D, 28/06/2013)

Estar em contato com várias pessoas diferentes, a mudança na rotina , a maneira como elas estavam sendo percebidas pela comunidade, a elevação da autoestima foi um estímulo a mais para que elas permanecessem no Projeto assim como o apoio da família, dos amigos e o auxílio financeiro que elas recebiam mensalmente.

“[...] o grupo, você não fica fechada para a família, tu tem um grupo que você se comunicar”. (ALUNA D, 28/06/2013)

“[...] eu fiquei meio assim, será que vou ou não, daí fui a primeira vez, fui a segunda e dai gostei e não parei mais[...] me apaixonei”. (ALUNA C, 10/09/2013)

“[...] o meu marido achou bom, porque eu tinha depressão, então me ajudou muito, eu não sai de casa, eu tomava remédio e parei com tudo”. (ALUNA E, 28/06/2013)

“[...] o aprendizado, o acolhimento das pessoas, o dinheiro porque é importante também”. (ALUNA F, 02/07/2013)

A troca de experiências entre professores e alunos durante o Projeto também foi um elemento destacado, que contribuiu para o crescimento pessoal e profissional das alunas.

[...] então o que eu aprendi lá, eu passo agora para meus alunos na sala de aula; o fuxico não é só um tipo de artesanato, ele combina com várias coisas eu até então sabia que dava para acrescentar na decoração de peças de papelão, no EVA; o de panificação serviu também para eu colocar em ordem aquilo que eu não sabia sobre bolachas, pães até pesar na balança [...]. (ALUNA A, 02/07/2013)

As respostas apresentam certo consenso, isto é: as mulheres, na sua maioria são muito carentes economicamente, muitas nunca participaram de cursos mais estruturados, por períodos muito longos.

No segundo bloco, em relação à inclusão social e profissional as questões foram elaboradas com o intuito de verificar se as mudanças proporcionadas pelo Projeto cumpriu com um dos objetivos que é a inclusão dessas mulheres em relação a cidadania, a inclusão social e a inserção delas no mundo do trabalho. No gráfico

12 (doze) podemos observar um certo consenso nas respostas, no entanto, há um número maior de mulheres que não concordam plenamente com os questionamentos.



**Gráfico 12: Inclusão Social e Profissional**  
 Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

Neste bloco, a inclusão social e profissional é um dos objetivos desta política pública com perspectiva de gênero, assim as questões: a) A participação no Projeto levou você a repensar o papel da mulher na sociedade. Houve um quase consenso no grupo, isto pode ser reflexo da Comunidade onde vivem, historicamente comandadas por mulheres.

Nas questões seguintes: b) O programa propiciou espaço para reflexão das desigualdades entre homens e mulheres; c) As oficinas realizadas promoveram o aperfeiçoamento pessoal; d) A participação no Projeto pode constituir-se em um fator de mudança na sua vida social e econômica; as respostas foram semelhantes e um número considerável das entrevistas não concordaram plenamente com as afirmações, isto porque a inclusão profissional praticamente não aconteceu, elas terminaram o curso e a maioria não foram inseridas no mundo do trabalho.

A resposta obtida na questão seguinte: e) A participação no Projeto criou alternativas para a sua inserção no mundo do trabalho reafirma o que falamos

anteriormente. Depois na questão f) Você sente-se mais segura para iniciar um pequeno negócio, a maioria concorda plenamente, mais somente as mulheres que já produzia doces, salgados e outros alimentos para comercialização deram continuidade ao trabalho. E por último na questão g) A participação no Projeto fez você repensar a sua participação na comunidade podemos verificar que as alunas não conseguem afirmar com segurança, pois na maioria das vezes a participação existe quando somos chamados e não necessariamente nos dispomos a trabalhar pelo grupo.

Em relação à inclusão, verificamos que as falas das alunas traduzem um pouco das respostas do gráfico 12 (doze), elas sentem-se mais incluídas socialmente e não profissionalmente, em espaço que antes nem tinham sonhado em frequentar, o caso do Instituto Federal do Paraná, e que hoje elas circulam pelos corredores sentindo que fazem parte daquele local.

“[...] não conhecia lá, fica assim, que aquilo é um paredão que não é para ti, daí você começa a participar, você vê que não está fechada para aquilo ali”. (ALUNA D, 28/06/2013)

“[...] eu nasci e me criei aqui e nunca tinha entrado lá; eu gostei e tenho saudade, eu nunca que iria ter o conhecimento de conhecer a universidade”. (ALUNA C, 10/09/2013)

Foi possível identificar que a maioria das mulheres não conseguiam utilizar as novas tecnologias, elas não possuíam conhecimento na área de informática, o Projeto proporcionou um curso de noções básicas de informática, que elas gostaram muito.

“[...] computação a gente não sabe e aprendemos lá”. (ALUNA F, 02/07/2013)

“[...] na informática, abriu o nosso conhecimento, achava que era uma coisa e informática é outra bem diferente”. (ALUNA B, 02/07/2013)

“[...] o curso de informática foi muito bom, aprendemos a digitar com as duas mãos”. (ALUNA G, 14/06/2013)

“[...] é uma coisa mágica, tinha computador em casa, mais nunca tive a curiosidade de chegar perto, era aquele bicho”. (ALUNA D, 28/06/2013)

Nos intervalos das oficinas, com carga horária maior, as alunas participaram de diversas palestras com o intuito ampliar o seu conhecimento. As discussões a

respeito do papel da mulher na sociedade, as desigualdades entre homens e mulheres, da participação na comunidade aconteceram de forma mais sutil.

[...] tem coisas difíceis de mudar, como a opressão de gênero que elas recebem desde a infância: lugar de mulher é na cozinha; mulher é para cuidar dos filhos, da casa do marido isso é difícil de mudar (COORDENAÇÃO DO PROJETO, 08/05/2013).

Neste caso, o fato dessas mulheres serem de uma comunidade quilombola e terem ouvido muitas histórias de violências ao ser humano, o fato de terem crescido ouvindo que deviam somente obediência aos patrões e não tinha direitos, a mudança de um discurso demanda tempo.

“[...] eu tinha vergonha da minha pessoa”. (ALUNA C, 10/09/2013)

“[...] os negros trabalhavam pesado, mais já não tinha mais o tronco” (LÍDER DA COMUNIDADE, 24/05/2013)

Tendo em vista que a maioria são mulheres carentes de informações, esse “desrespeito” da figura feminina está presente hoje nas famílias. São costumes que foram passados de pai para filhos e que muitas mulheres têm dificuldades de falar sobre agressões verbais ou físicas por acharem normal, mais que algumas mulheres percebem a necessidade de mudança nesta postura.

“[...] tem violência, falta de informação, não sei se é cultural, vem de tempo com elas, vem passado de pai para filho”. (ALUNA F, 02/07/2013)

“[...] as palestras tiraram muita dúvida”. (ALUNA H, 14/06/2013)

“[...] é social e cultural, quando é cultural é muito mais difícil de quebrar esse tabu, de falar a respeito, de ir até algum órgão, de se impor”. (ALUNA B, 02/07/2013)

“[...] eu trabalho de agente comunitária e esses dias fiquei sabendo de uma colega que sofreu agressão do marido, deixou escapar sem querer”. (ALUNA F, 02/07/2013)

Segundo a coordenação do Projeto, é necessário um período maior para essas discussões, de modo que elas compreendam a sua importância para o marido, os filhos e a sociedade. Essas discussões plantaram uma semente que precisa ser “regada” constantemente para que aos poucos as mudanças maiores vão acontecendo. Ainda assim, a participação no Projeto pode ser considerado um fator de mudança na vida social e profissional dessas mulheres, pois algumas achavam que já não tinham mais idade, que estudar é para os mais jovens.

“[...] achei assim que na minha idade estava encerrado, que era para os jovens, os adultos, a juventude, então me surpreendeu muito eu adorei”. (ALUNA C, 10/09/2013)

A idade depende de cada uma, o mais importante é estar aberta para “aprender algo novo”, que podemos interpretar como os desafios de diversas ordens, como: coordenação motora, postura, atitude, etc. que cada uma terá que enfrentar para a aprendizagem de novos conhecimentos. “[...] tem gente que é sempre fechada para o mundo, tem que querer, eu tenho 52 anos, e olha acho que com sessenta e poucos vou para a faculdade”. (ALUNA D, 28/06/2013)

Algumas mulheres que estavam no Projeto também almejaram crescer no próprio emprego, o sucesso neste sentido foi pequeno, mais alguns casos aconteceram.

“[...] estava trabalhando na limpeza da prefeitura e com o Certificado fui promovida para trabalhar na cozinha”. (ALUNA J, 01/07/2013)

[...] eu tinha o conhecimento de artesanato mais não tinha o Certificado e através do Projeto consegui pegar aulas de artesanato aqui na Escola Quilombola no Projeto que tem para os alunos da comunidade; surgiu a oportunidade através do SESC para mim dar aula de pintura, daí eu trabalhei no Colégio Sebastião Paraná e no Caíque (ALUNA A, 02/07/2013).

Como metade das alunas declarou que não estava trabalhando e a proposta do programa pauta-se nos altos índices de pobreza que rodeiam essas mulheres, propondo a melhoria de vida através de qualificação profissional, mesmo tendo concordado plenamente que se sentem seguras para iniciar um pequeno negócio, não é o que as falas expressam.

“[...] eu acho que tinha de ser mais voltado para a culinária”. (ALUNA J, 01/07/2013)

“[...] para vender ainda não fiz nada”. (ALUNA I, 14/06/2013).

Muitas alunas trabalham de maneira informal, vendem doces e salgados para os vizinhos, fazem propaganda “boca a boca”<sup>16</sup>, mas somente uma delas expressou a vontade de ter seu próprio negócio.

---

<sup>16</sup> Técnica de propaganda feita de forma verbal de uma pessoa para outra. As pessoas vão comentando uma para a outra e acabam espalhando a notícia. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/boca-a-boca/> acessado em 27/02/2014.



“[...] não estou trabalhando, mais assim que terminar meus estudos, eu pretendo pegar esse diploma lá pelo ano que vem e montar um negócio, a minha cabeça já está boa para isso”. (ALUNA D, 28/06/2013)

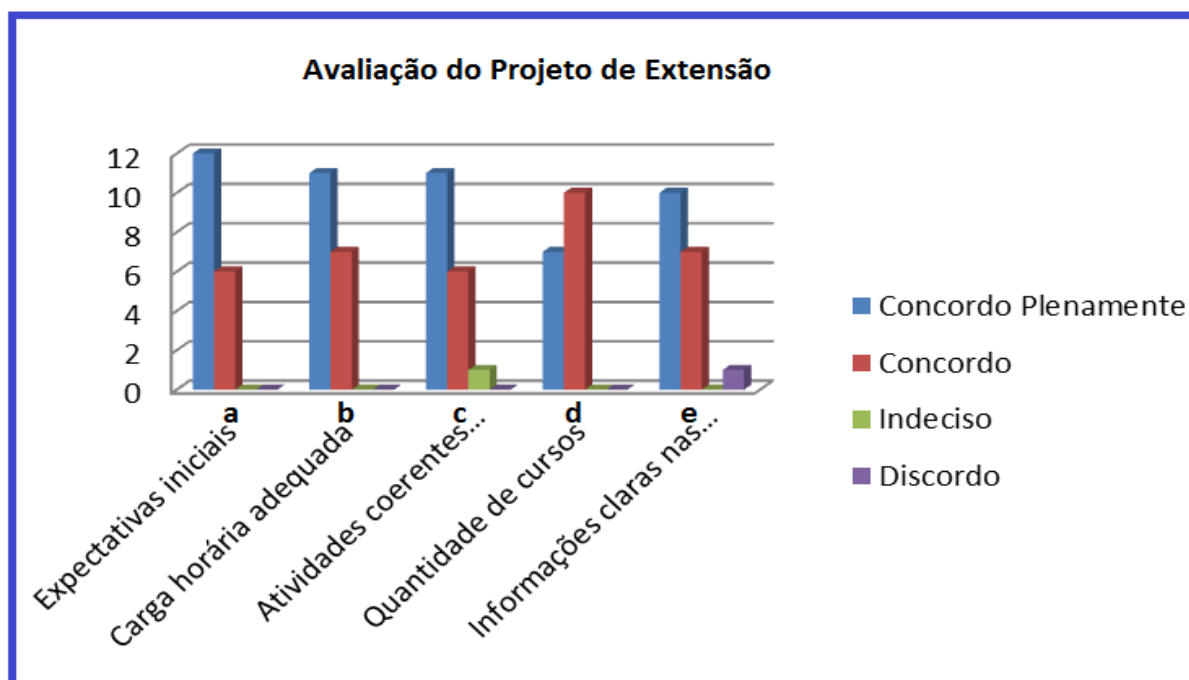
Durante o desenvolvimento do Projeto nem tudo saiu como planejado, tanto em relação às alunas quanto ao próprio Projeto. Algumas mães levam os filhos junto, pois não tinham com quem deixá-los. Outras tinham que pagar alguém para ficar no lugar delas no trabalho. As falas expressam um pouco das dificuldades e das expectativas que não foram alcançadas pelas alunas.

“[...] foi pouco de artesanato, tinha que ser mais aulas para a gente aprender a fazer mais coisas”. (ALUNA H, 14/06/2013)

“[...] tinha mães que levavam as crianças e elas atrapalhavam bastante”. (ALUNA G, 14/06/2013)

“[...] eu tinha que deixar outra pessoa no meu lugar e tinha que pagar do meu bolso.” (ALUNA F, 02/07/2013)

No bloco referente à avaliação do Projeto, as perguntas foram elaboradas com o intuito de saber se o Projeto deu conta das expectativas criadas pelas alunas no início do referido Projeto. A avaliação que elas fazem do Projeto é muito boa, podemos verificar no gráfico 13 (treze) que muitas alunas não concordam plenamente com as afirmações.



**Gráfico 13: Avaliação do Projeto**  
 Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

Nas questões referentes a este bloco, temos: a) As oficinas ofertadas atenderam as expectativas iniciais na participação do Projeto; b) A carga horária foi adequada ao tema proposto durante as oficinas, podemos perceber que o Projeto não atendeu plenamente as expectativas criadas no início do curso, como identificamos na fala de uma aluna: “foi falado que teria curso de corte e costura”. (ALUNA B, 02/07/2013)

Em relação à questão: c) As atividades desenvolvidas nas oficinas foram coerentes com o tema proposto, tivemos uma aluna que ficou indecisa, sendo que uma quantidade considerável de alunas não concorda plenamente com a afirmação. Na questão seguinte, d) A quantidade de oficinas ofertadas foi coerente com a proposta inicial do Projeto, a maioria das alunas não concordou plenamente com a afirmação: “Eu acho que tinha que ter mais voltado para culinária.” (ALUNA E, 28/06/2013)

Em relação à questão: e) As informações recebidas nas oficinas foram claras para que pudessem atingir o objetivo, as alunas na sua maioria também não concordaram plenamente e nas falas elas não conseguiram pontuar exatamente em que ponto as informações não chegavam até elas de forma compreensível.

Verificamos que o Projeto atendeu algumas expectativas e as mudanças ocorridas no dia a dia foram muito importantes, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas por elas para a conclusão do curso, uma vez que muitas ficaram pelo caminho. Percebe-se que houve mudanças das alunas na comunidade, de modo que elas sentem-se mais importante, isto deve-se ao fato de algumas terem voltado a estudar, de compreender melhor seus direitos.

No que se refere à inclusão profissional, o Projeto trouxe poucas mudanças na vida das alunas, os avanços foram muito pequenos, segundo os relatos as alunas que estavam trabalhando continuaram em seus trabalhos e uma delas soube que conseguiu melhorar de nível no trabalho.

Quanto à avaliação do Projeto, elas avaliaram positivamente, isso porque, as oficinas que trabalharam temáticas como: o papel da mulher na sociedade, a autoestima, as relações pessoais, os direitos da mulher, mesmo que por um pequeno período, elas puderam refletir sobre a situação em que se encontram e compreender que essa exclusão do mundo do trabalho, da sociedade, etc, também é culpa do estado.

## 4.2 A COORDENAÇÃO DO PROJETO

A entrevista realizada com a coordenação do Projeto “Palmas para Mulheres Mil” no Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas se deu no dia 25 de maio de 2013, nas dependências da instituição. O roteiro de entrevista compôs-se por questões relacionadas ao desenvolvimento do Projeto no IFPR; as dificuldades para a implantação do Projeto na instituição; a construção da proposta de ação do Projeto; quais mudanças reais puderam ser identificadas no modo de vida das participantes; quem eram os parceiros e como foi à atuação destes no Projeto; quais as contribuições do Projeto para o IFPR, para a comunidade e para as participantes.

Quanto ao questionamento de como se deu o conhecimento do Projeto, a seleção das alunas, as dificuldades de implantação do Projeto e construção da proposta de ação do Projeto, a fala da coordenação foi a seguinte:

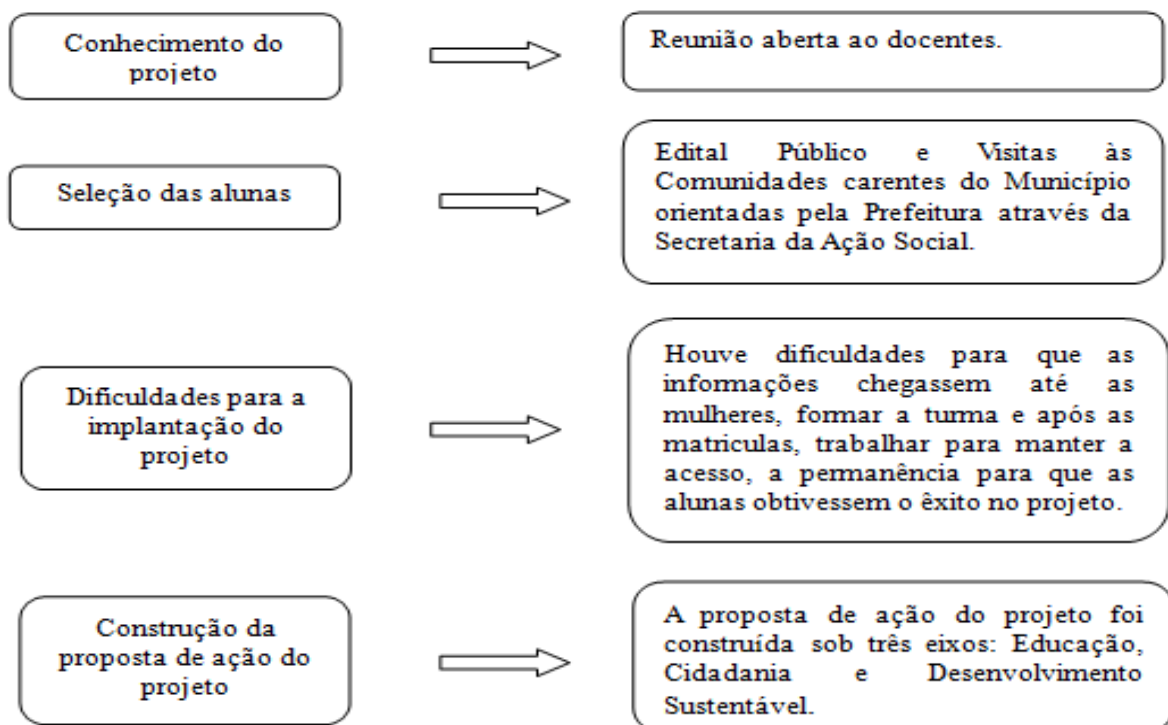


Figura 07: Como se deu o conhecimento do Projeto, a seleção das alunas, as dificuldades de implantação do Projeto e construção da proposta de ação do Projeto.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2013).

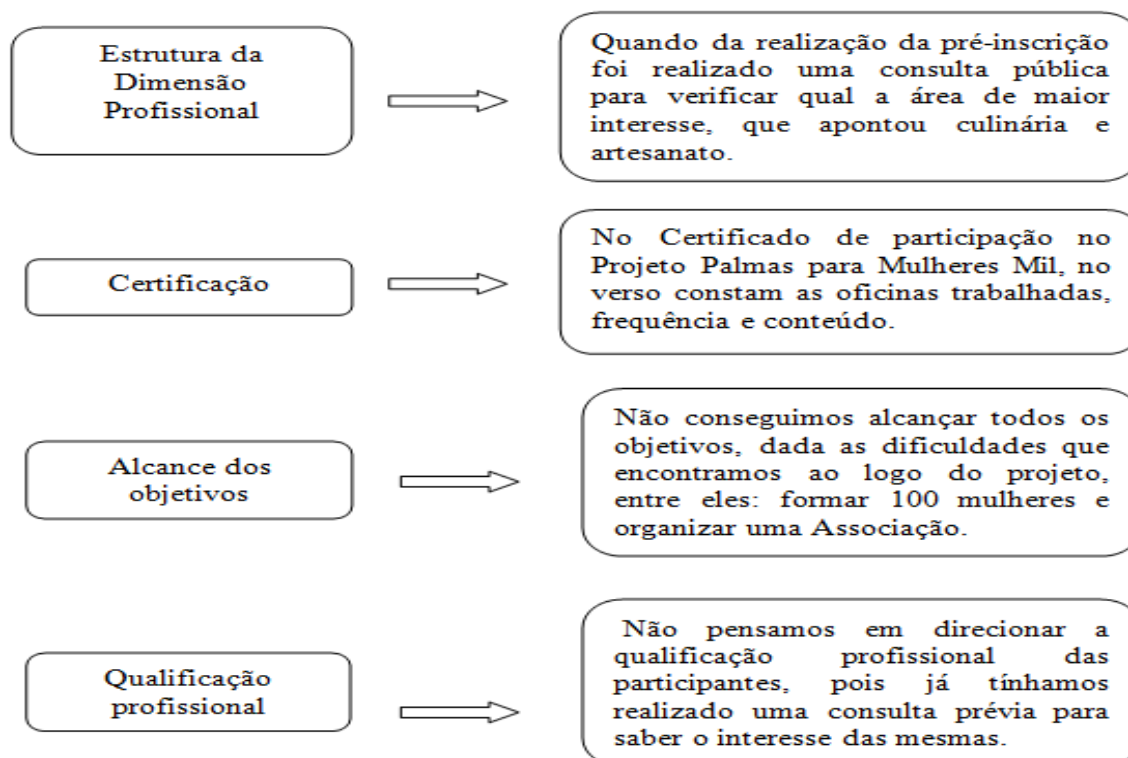
Na fala da coordenação verificamos que a implantação de uma política pública como um Projeto de Extensão em Instituição de Ensino não é considerada uma tarefa fácil. O fato de o público alvo ser mulheres carentes, que não têm acesso às diversas formas de informação, isto é, dificuldade em acessar algumas ferramentas importantes de informações de projeto/cursos, por isso não houve muita procura através do edital aberto e publicado na internet. Foi através das visitas aos bairros e comunidades orientadas pela Secretaria da Ação Social que a coordenação do Projeto chegou até essas mulheres. Para iniciar o Projeto houve dificuldades de diversas ordens, desde conseguir organizar a turma, com previsão de 100 mulheres, o que não aconteceu no município de Palmas, até o transporte delas no Instituto Federal do Paraná, pois este se localiza afastado do centro da cidade no Trevo da Codapar.

No início havia muita empolgação, mas outras dificuldades foram surgindo e a permanência das alunas no Projeto ficou abalada, segundo a coordenação do Projeto.

[...] elas chegam inibidas, muito retraídas, são mulheres sofridas que têm um histórico de coisas trágicas, de miséria, mais algumas têm uma trajetória mais tranquila, ou seja, têm que trabalhar, mais não têm privações enquanto outras têm muitas privações (COORDENAÇÃO DO PROJETO, 08/05/2013).

Assim, para formar a turma foram abertas vagas para os bairros onde as necessidades eram menores, caso do Aeroporto, Santuário e Hípica. Também foram abertas 25 vagas no município de Coronel Vivida, onde está localizada uma Unidade de Ensino Profissional sob a gestão do Câmpus Palmas. No entanto, as alunas que terminaram o Projeto conseguiram aproveitar bem as oficinas e têm condições de atuar na área de alimentação, e artesanato, área específica da formação do Projeto.

Quando questionada quanto à estrutura da dimensão profissional, a certificação, o alcance dos objetivos e a qualificação profissional, verificaram-se as seguintes respostas:



**Figura 08:** A construção da estrutura da dimensão profissional, a certificação, o alcance dos objetivos e a qualificação profissional.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2013)

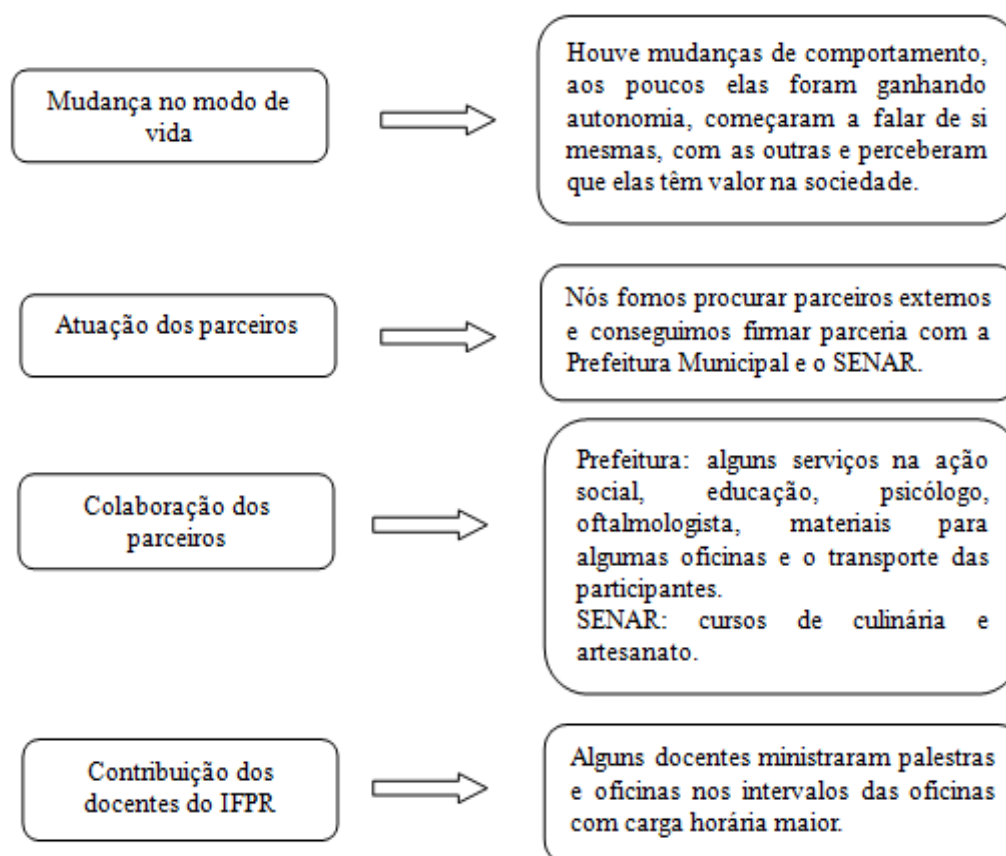
Podemos identificar na fala da gestora que a consulta pública sobre a área de interesse foi fundamental para estruturar a dimensão profissional do Projeto, sendo que as participantes foram orientadas que quando precisassem utilizar o certificado deveriam mostrar também o verso do mesmo para que confirmem a qualificação profissional adquirida no Projeto.

Quanto aos objetivos, ficou claro que nem todos foram atingidos, dando destaque a dois deles: formar 100 mulheres, o que reforça as dificuldades encontradas para a permanência das mulheres no Projeto; e a organização de uma Associação para que elas pudessem produzir e vender seus produtos na cidade e/ou na comunidade e terminassem o Projeto já com uma alternativa de trabalho com uma fonte de renda em curto prazo.

Quando questionada em relação à qualificação profissional das alunas e se em algum momento da estruturação do Projeto foi pensado em direcionar a qualificação de acordo com o potencial mercadológico da região, a informação dada esclarece que primeiro foi respeitado o interesse das alunas pela área de artesanato e culinária e a partir daí foram oferecidas oficinas nas duas áreas de interesse que

oportunizasse utilizar os produtos da agropecuária regional agregando-lhes valor e que fossem passíveis de comercialização e geração de renda.

Ao se referir às mudanças no modo de vida, à atuação dos parceiros, à colaboração destes e às contribuições dos docentes do IFPR no Projeto, a gestora destacou o seguinte:



**Figura 09:** Referente às mudanças no modo de vida, a atuação dos parceiros, a colaboração destes e a contribuições dos docentes do IFPR.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2013)

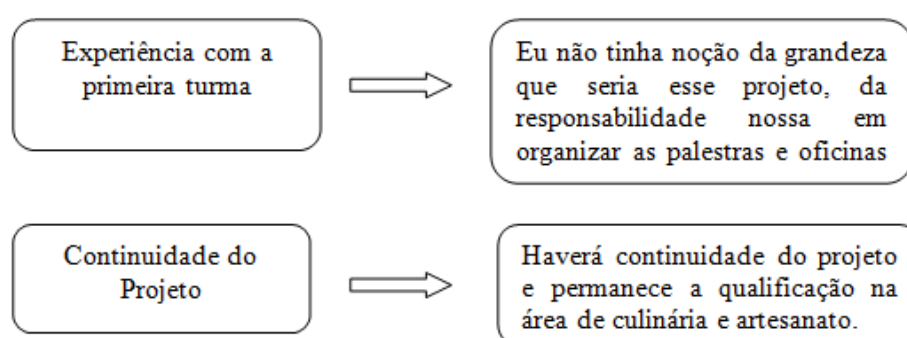
Quanto às mudanças provocadas nas alunas, podemos verificar anteriormente pela fala das próprias alunas que muitas mudanças ocorreram, principalmente no comportamento dessas mulheres que vão desde encontrar o seu espaço no Projeto contribuindo com opiniões, sugestões de palestras, até em relação à própria aparência, após a oficina Apresentação Pessoal (ministrado por docente do IFPR) e Mulher Atual (ministrado pelo SENAR), oficinas que trabalharam bastante o que vestir e como falar para que elas percebessem que cada local tem a forma ideal de apresentação e deve estar adequado ao contexto e nesse sentido a

autoestima melhorou bastante, isto é, elas perceberam as várias possibilidades de se apresentar em diferentes contextos, ou seja, adequar-se ao local.

Os coordenadores locais participaram do curso de formação em Brasília, promovido pelo MEC/SETEC, com o objetivo de compreenderem a Metodologia a ser utilizada no Projeto. Com base nas orientações recebidas no curso de formação, a coordenação buscou estabelecer parcerias com a Prefeitura Municipal, o Sistema S<sup>17</sup> (SENAR, SENAI, SESC, SENAC, SESI, SENAT, SEST, SESCOOP). Desses, o SENAR se dispôs a atender o Projeto. Como o público alvo são mulheres do município em situação de vulnerabilidade social e o Projeto procura elevar o nível de desenvolvimento do município através das alunas, também é interesse para a prefeitura que o Projeto tenha êxito. A prefeitura deu apoio na área da saúde e no transporte das alunas moradoras das Comunidades Quilombola e o SENAR ministrou diversas oficinas na área de artesanato e culinária em espaço próprio e material impresso.

Além dos docentes, o IFPR também contribuiu com recursos humanos, mediante a formação de equipe multidisciplinar, composta por: direção, diretor administrativo, docentes, psicóloga e pedagoga. Todas essas pessoas que atuaram no Projeto não receberam incentivo financeiro, isto é, as ações desenvolvidas foram de forma voluntária pelos docentes e servidores da instituição.

Quando questionada em relação à experiência com a primeira turma e se haverá continuidade do Projeto, destacamos nas fala da gestora.



**Figura 10: Em relação à experiência com a primeira turma e se haverá continuidade do Projeto. Fonte: Dados da Pesquisa, (2013)**

<sup>17</sup> SENAI (Serviço Nacional e Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria), estão subordinadas à Confederação nacional da indústria. Além dessas há outras instituições que fazem parte do Sistema S, são elas: SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAR (Serviço Nacional de aprendizagem Rural), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem em transportes), SEST (Serviço Social dos transportes), SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/empreendedor/capacitacao/sistema-s>. Acessado em fevereiro de 2014.

Essa questão na entrevista serviu para termos uma ideia da importância do trabalho desenvolvido nos cursos de extensão dessa natureza, isto é, como a coordenação via o Projeto inicialmente: um tema que já era de seu interesse, trabalhar com grupos pequenos. Mas no decorrer do Projeto, segundo a coordenação, ela se deu conta da grandeza do Projeto, da importância que foi para as mulheres que ali permaneceram e da sua responsabilidade dada às dificuldades pelo qual o Projeto passou desde o seu início até o encerramento.

As dificuldades foram diversas, desde a permanência e frequência das alunas, conforme já exposto anteriormente, como da estrutura do Projeto. Este último estava dentro de uma lógica de uma instituição que já estava atuando há muito tempo. Os materiais que foram licitados muitas vezes não chegavam a tempo hábil para que as oficinas fossem ofertadas, sendo necessário improvisar, o que comprometeu a qualidade das oficinas. A dificuldade em conseguir um oficinairo para alguns temas que precisavam ser trabalhados no Projeto, por ser um dos objetivos que constava no Guia Metodológico, é o caso das orientações de como organizar uma associação. Quanto ao aproveitamento da turma, segundo a gestora, as mulheres que chegaram até o final do Projeto participaram de diversas oficinas com uma carga horária acima do mínimo para ganhar a certificação.

Segundo a Coordenação, o Projeto teve continuidade, com algumas alterações mais pontuais, tais como, mudança da coordenação, inserção de novas oficinas, porém mantém o mesmo foco de qualificação profissional na área de culinária e artesanato. De modo geral o Projeto Político Pedagógico “Palmas para Mulheres Mil” não sofreu muitas mudanças, tendo em vista que este deve seguir o Guia Metodológico proposto pelo Programa Nacional Mulheres Mil que deu origem a este Projeto.

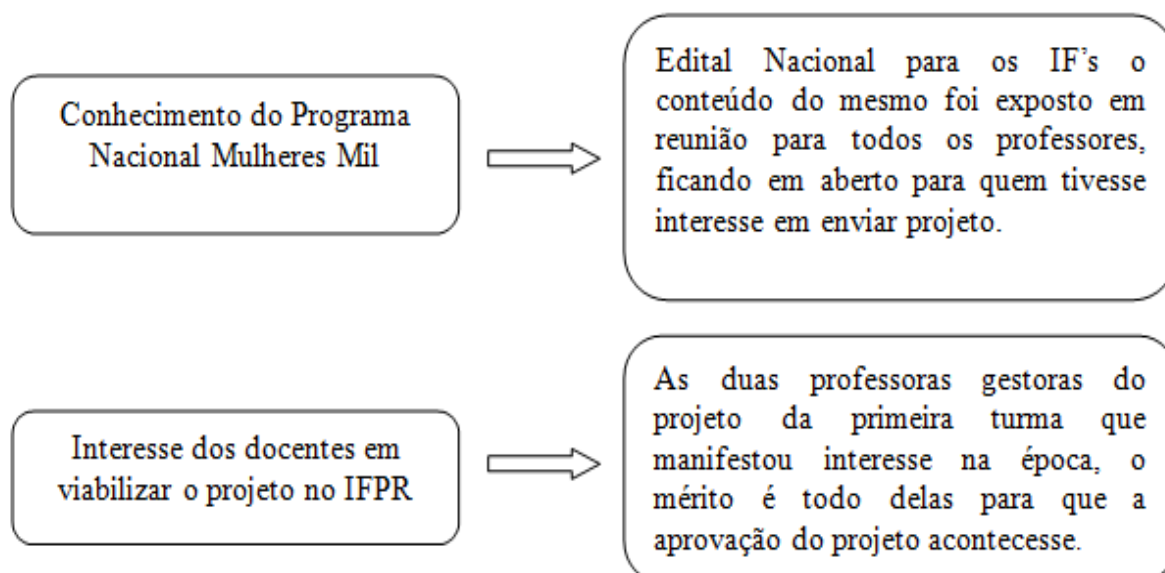
#### 4.3 A DIREÇÃO DE ENSINO E DIREÇÃO GERAL DO IFPR – CÂMPUS PALMAS

A entrevista realizada com a Direção de Ensino e a Direção Geral do Instituto Federal do Paraná– Câmpus Palmas se deu dia 10 de maio de 2013, na sala de Direção Geral com a participação da Direção de Ensino, de comum acordo. O roteiro de entrevista estava composto por questões relacionadas ao conhecimento



dos dirigentes sobre o Programa Nacional Mulheres Mil que deu origem ao nosso objeto de pesquisa, o Projeto Palmas para Mulheres Mil; como foi o interesse dos docentes para viabilizar o Projeto no IFPR – Câmpus Palmas; a importância deste Projeto para o Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas e para a Comunidade Quilombola de Palmas-PR; as contribuições deste Projeto para o IFPR e para a comunidade; quais os pontos positivos e pontos frágeis do Projeto.

Quando questionadas sobre como se deu o conhecimento do Programa Nacional Mulheres Mil e o interesse dos docentes em viabilizar o Projeto no IFPR, as seguintes falas tiveram destaques:



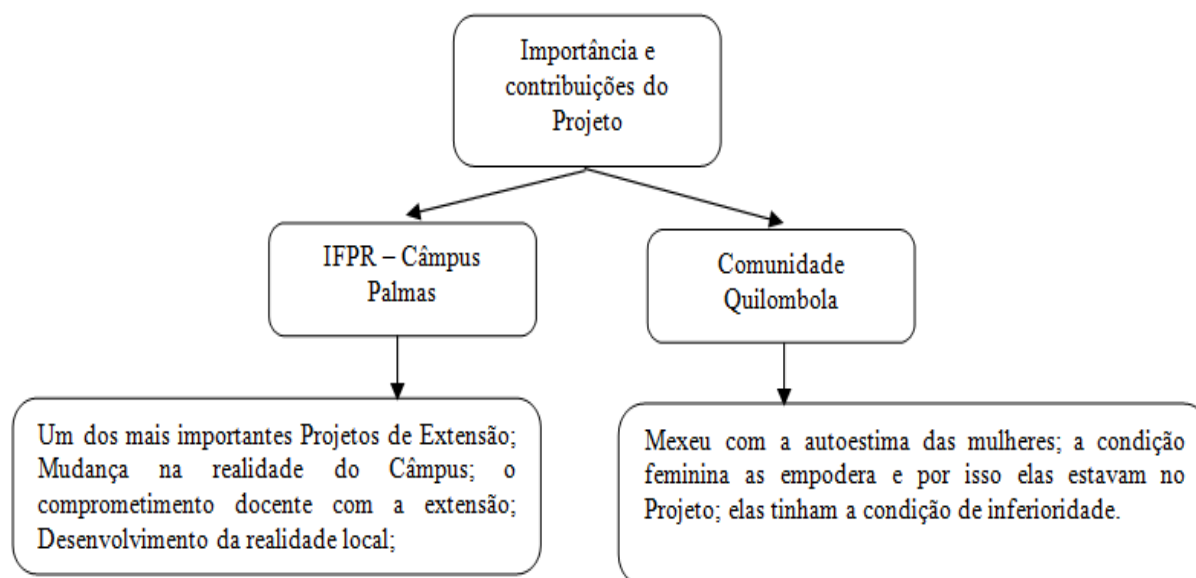
**Figura 11: O conhecimento do Programa Nacional Mulheres Mil e o interesse dos docentes em viabilizar o Projeto no IFPR.**

Fonte: Dados da Pesquisa, (2013)

Nas respostas podemos verificar que a Direção do IFPR, teve conhecimento do Programa Nacional Mulheres Mil através de edital em nível nacional. Em 2011, o IFPR – Câmpus Palmas passava por um momento de transição, fazia pouco mais de um ano que o instituto estava funcionando, os professores estavam sobrecarregados com aulas. Assim, ambas as direções reconhecem que o mérito para obter aprovação do Projeto é das duas professoras gestoras da primeira turma que se dispusera a fazer um Projeto por estarem envolvidas em questões do gênero e porque conheciam através de outros Projetos de pesquisa e extensão a realidade do

município de Palmas que tinham essa demanda e os demais docentes foram inseridos após a construção do Projeto.

No que se refere à importância e às contribuições que o Projeto teve para a Comunidade Quilombola e para o IFPR, as respostas foram:



**Figura 12: A importância e as contribuições que o Projeto teve para a Comunidade Quilombola e para o IFPR- Câmpus Palmas.**

Fonte: Dados da Pesquisa, (2013)

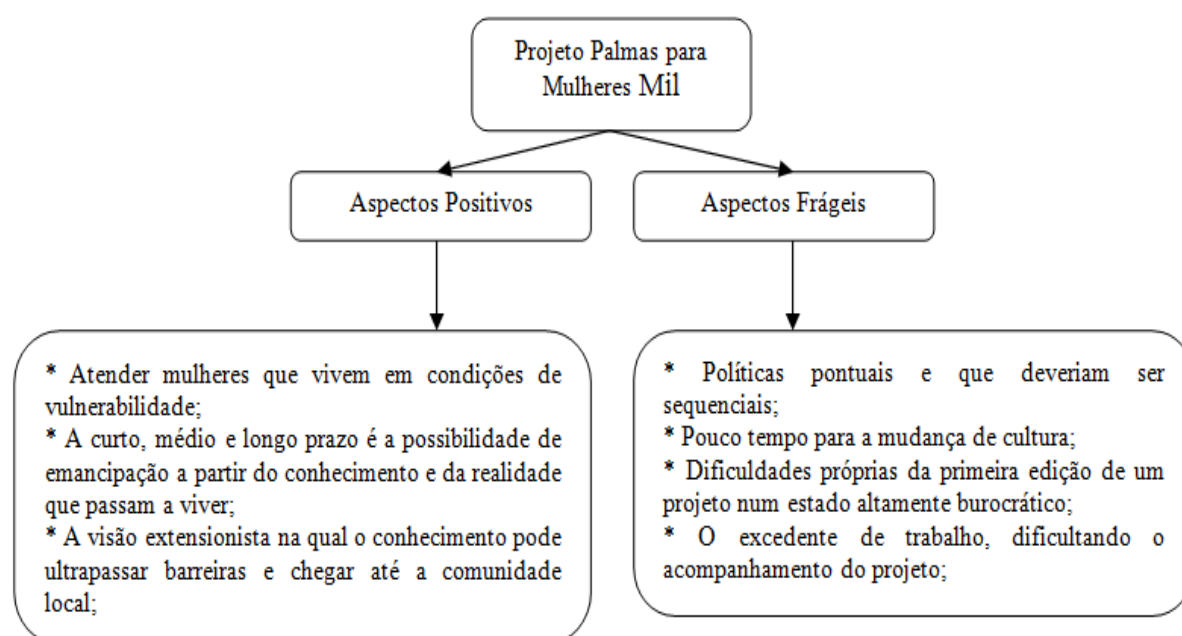
Na fala das Direções evidencia-se que o Projeto Palmas Para Mulheres Mil é hoje um dos mais importantes Projetos de Extensão do IFPR – Câmpus Palmas por desenvolver ações com pessoas carentes em vários aspectos, cujos resultados são possíveis de serem percebidos durante o desenvolvimento do Projeto.

Uma das missões do Programa é a redução dos índices da violência doméstica, tivemos alunas que conseguiram sair da condição de violência que viviam em seus lares com o companheiro, isto é, em termos de extensão é um dos programas que mais mexe com a nossa sensibilidade, salientou a direção. E a importância deste Projeto também se dá por desenvolver um trabalho que é um dos objetivos quando da criação dos institutos, contribuir para o desenvolvimento da realidade local.

A nível nacional, o Programa Nacional Mulheres Mil tem um recorte de gênero, no IFPR – Câmpus Palmas, este Projeto de Extensão tem um recorte étnico racial, e isso é extremamente importante porque alcança um bairro onde a

Comunidade Quilombola é organizada, mas também extremamente carente. Essa organização que existe no bairro hoje faz dessas pessoas, que antes eram altamente excluídas, sentirem-se mais valorizada e reforça que ser quilombola associada à condição feminina as empodera (isto é, devido à maior visibilidade que a Comunidade tem alcançado nos últimos anos, as mulheres sentem-se que as relações entre elas e a sociedade tem possibilitado transformações mais concretas). A questão quilombola que por muito tempo foi tratada como condição de inferioridade, hoje, com as diversas políticas sociais voltadas para esses grupos, ela é redimensionada.

Em relação a aspectos positivos e os frágeis do Projeto, verificamos que:



**Figura 13: Os aspectos positivos e os aspectos frágeis do Projeto**  
**Fonte: Dados da Pesquisa, (2013)**

De acordo com a Direção, um Projeto dessa natureza, que provoca mudanças significativas, tanto na instituição quanto nas participantes, tinham que ser sequências e não pontuais. É o caso de uma das alunas que começou a trabalhar depois da conclusão do curso e já não frequenta mais as aulas à noite com assiduidade, isto é, os problemas que muitas enfrentam no dia a dia são muito sérios. Podemos verificar também na resposta da Direção que o Projeto como foi proposto conseguiu atender mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade social e isso se deve aos parceiros e às gestoras que conduziram o Projeto.

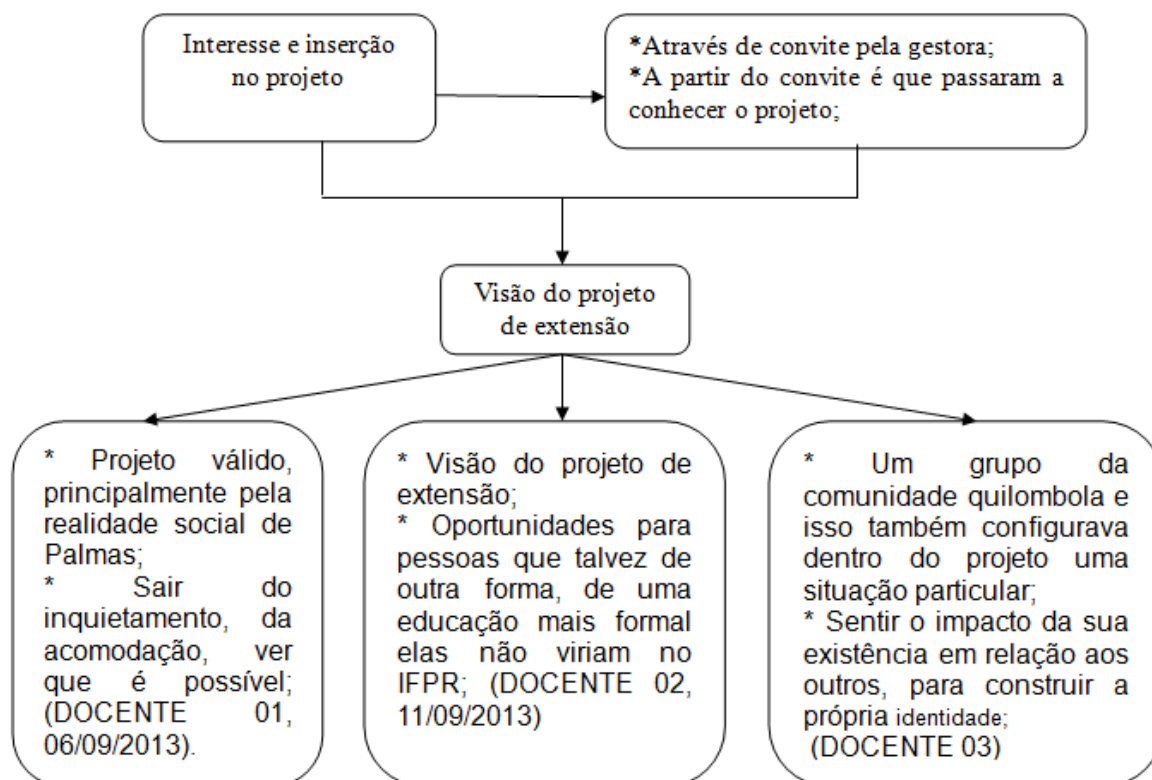
Como o nosso objeto é verificar a participação do IFPR para o desenvolvimento do Projeto, segundo a direção, este Projeto contribuiu com a mudança da visão extensionista dos professores, proporcionou a convivência das alunas com um ambiente de cultura científica e ressaltou ainda que o conhecimento pode ultrapassar os portões e chegar até as comunidades, no entanto, as dificuldades de um estado burocrático como o nosso é um impedimento para o êxito do Projeto.

#### 4.4 OS DOCENTES

A entrevista realizada com os docentes do Instituto Federal do Paraná– Câmpus Palmas ocorreu nos dias 6 (seis), 11 (onze) e 18 (dezoito) de setembro de 2013, nas dependências do IFPR – Câmpus Palmas. O roteiro de entrevista estava composto por questões relacionadas ao interesse e inserção dos docentes no Projeto; a visão deste Projeto de extensão no IFPR; como é trabalhar com um grupo de características diferenciadas em relação aos alunos que temos hoje nas instituições de ensino superior; como foi mediado o conhecimento empírico e o conhecimento científico; quais os aspectos positivos e aspectos frágeis do Projeto;

Com estas entrevistas objetivamos refletir sobre a prática docente, pois, segundo Freire (2002, p.43): “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem, que se pode melhorar a próxima prática”, num Projeto de extensão voltado para as questões femininas.

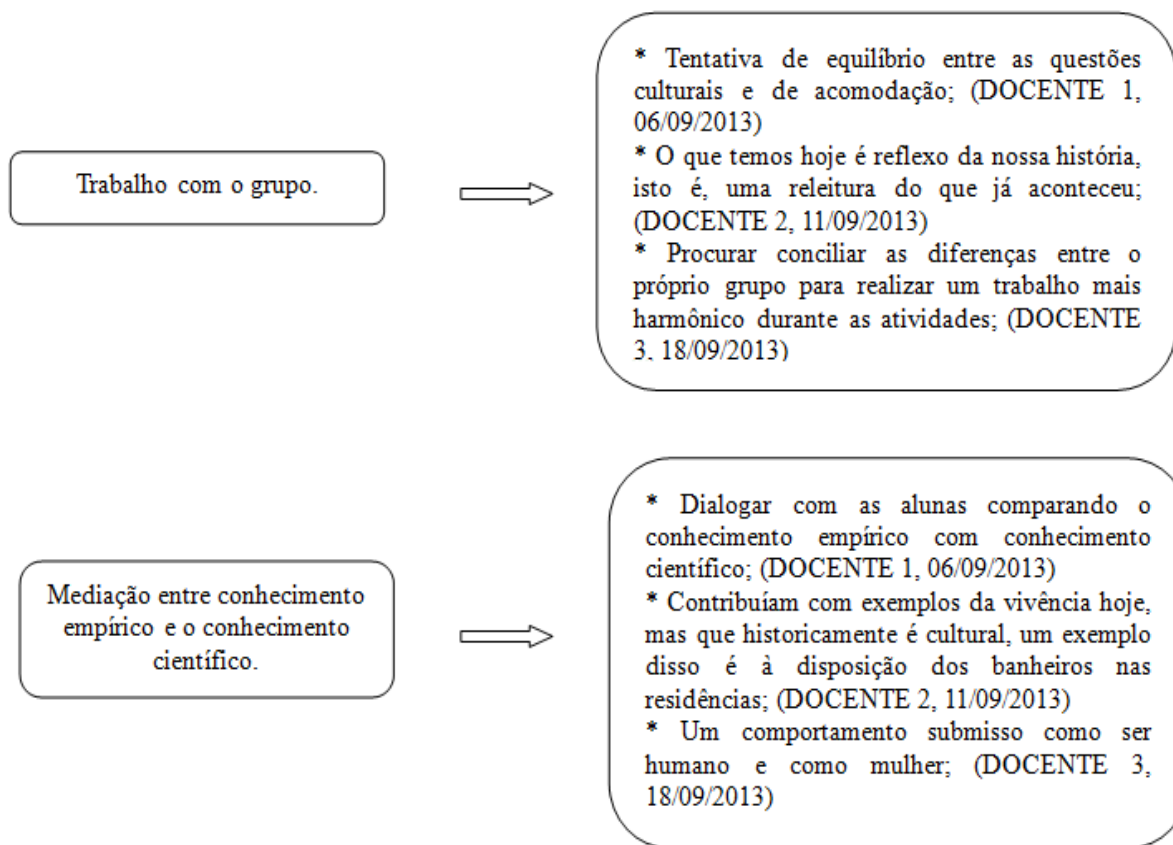
Quando questionados sobre o interesse e a inserção no Projeto e a visão deste Projeto de Extensão, podemos destacar as seguintes respostas:



**Figura 14: O interesse e a inserção no Projeto e a visão deste enquanto Projeto de extensão**  
**Fonte: Dados da Pesquisa, (2013)**

Quando questionados sobre o interesse e a inserção no Projeto, é possível perceber que isso não aconteceu de forma voluntária, os docentes não conheciam o Projeto, sabiam de sua existência, mas foram conhecer o Projeto e seu funcionamento a partir dessa inserção no mesmo. Referente à visão dos docentes em relação ao Projeto, o docente D1 ressalta a validade do Projeto, principalmente pela realidade social de Palmas e ao mesmo tempo como uma possibilidade de sair de uma posição acomodada que muitas vezes nos encontramos. Quanto ao docente D2, veja o Projeto como uma oportunidade de aproximar as pessoas que não possuem uma formação do IFPR – Câmpus Palmas. O docente D3 verificou que o grupo constituído pelas mulheres quilombolas dentro do Projeto configurou uma situação particular, sentindo o impacto da sua existência em relação às outras participantes.

Ao serem questionados sobre o trabalho com o grupo e a mediação entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico, verificaram-se as seguintes respostas:



**Figura 15: O trabalho com o grupo e a mediação entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico**

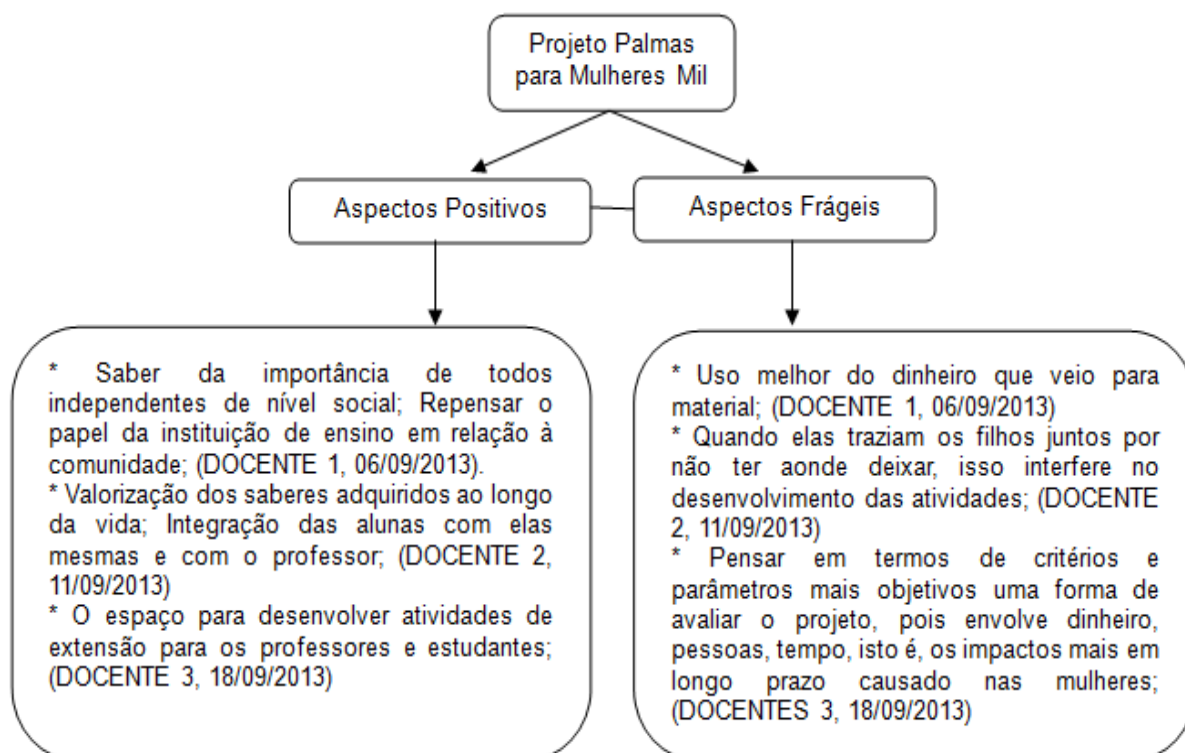
**Fonte: Dados da Pesquisa, (2013)**

Quando questionados sobre o trabalho com o grupo, o docente D1 ressaltou a necessidade equilíbrio entre as exposições das alunas e o conhecimento do professor devido às questões culturais. O docente D2 ressaltou a importância de lembrar que tudo o que vivemos hoje é um reflexo da nossa história e da mesma forma com as alunas, é necessário fazer uma releitura do passado para compreendermos o nosso presente. O docente D3 lembrou-se da importância em conciliar a diferença existente dentre do próprio grupo de modo que as atividades pudessem ser realizadas de modo mais harmônico.

Quanto à mediação entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico, ambos os docentes trabalharam segundo a orientação do documento do Projeto que era valorizar o conhecimento empírico das alunas, e complementar esse conhecimento de acordo com as necessidades.

No entanto, destacamos a fala do D3, em relação ao comportamento submisso de muitas mulheres, uma característica muito presente nas mulheres que participaram desta primeira edição, que é o reflexo do sentimento de inferioridade.

Em relação aos aspectos positivos e aspectos frágeis do Projeto, obtivemos as seguintes respostas:



**Figura 16: Aspectos positivos e aspectos frágeis do Projeto**  
Fonte: Dados da Pesquisa, (2013)

A respeito dos aspectos positivos do Projeto podemos evidenciar nas falas dos docentes que as oficinas proporcionaram mudanças no dia-a-dia das alunas, mas que também esse foi um espaço onde tivemos a oportunidades de trabalhar com um público mais carente. O D1 lembrou-se da importância de repensar o papel das instituições de ensino que também devem estar à disposição da comunidade local. O docente D2, como foi importante valorizar o conhecimento das alunas e a integração com as alunas e com os outros professores do Projeto. O D3 salientou da importância desse espaço onde professores e acadêmicos puderem ter contato com uma Comunidade mais carente de conhecimento.

Em relação aos aspectos frágeis do Projeto, o D1 identifica a necessidade de um melhor uso do dinheiro público, pois muitos materiais que foram comprados não foram utilizados e outros que foram deixados de adquirir poderiam ter feito a diferença na qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas alunas nas oficinas. O docente D2 lembra da dificuldade que algumas mães tinham para participar, pois muitas vezes traziam os filhos pequenos juntos, interferindo nas atividades da oficinas, ou seja, é visível como a educação não consegue atingir a todos, pois essas mães, também são as mesmas que não têm como trabalhar para contribuir com a renda da família, por não conseguirem vagas nas escolas de educação infantil e que se submetem a empregos na maioria informais. O docente D3 se preocupa também em quais os critérios e parâmetros que podem ser adotados para avaliar o Projeto quanto a sua eficácia, uma vez que, envolve dinheiro, pessoas. A necessidade de conseguir avaliar os impactos em longo prazo nas mulheres participantes.

Nos dados coletados podemos verificar que os impactos que o Projeto teve nas alunas foram principalmente na mudança de atitudes, na autoestima e muito pouco na inclusão profissional e elevação de escolaridade.

Para a Comunidade, é possível que algumas alunas possam contribuir mais com a Associação do bairro no que diz respeito as reivindicações de políticas públicas voltadas para a Comunidade e para as mulheres.

Para o Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas contribuiu para o desenvolvimento local, sensibilizou os docentes e também servidores que participaram do Projeto, no entanto há necessidade de maior envolvimento do grupo para os resultados alcançar níveis melhores.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS



**Figura 17: Formatura da primeira turma**  
**Fonte: Acervo do Projeto, (2012).**

*Nossa, foi mais porque a gente não esperava tudo o que foi [...], até quando a gente foi ter o nosso encerramento eu senti (ALUNA B, 02/07/2013).*

A foto (17) (dezessete) de solenidade da Formatura desta primeira turma aconteceu nos moldes de uma colação de grau. Foi um momento muito esperado pelas alunas do Projeto de Extensão, que, de maneira simbólica, o ritual confirmou a conclusão do curso. Foi um momento festivo que as alunas dividiram com os familiares e amigos a conquista de um certificado que para muitas foi o primeiro de sua vida.

Ser mulher “pobre e negra” no Brasil define uma situação socioeconômica de extrema vulnerabilidade. As mulheres com estas características representam uma fatia da população que apresenta as condições de vida mais adversas na sociedade brasileira, isso se deve ao fato de diversos fatores, tais como: a discriminação social, a dificuldade de mobilidade social das pessoas negras, a dificuldade de acesso à formação e qualificação profissional e a precariedade da inserção social no mercado de trabalho. Muitas mulheres que se encontram nestas situações também estão assumindo responsabilidade pelo sustento e pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos, fato este que repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Diante deste contexto brasileiro é que as políticas públicas com perspectiva de gênero e raça estão cada vez mais presentes nas agendas governamentais, não por vontade própria, mas pela importância do papel das mulheres no desenvolvimento local e sua influência nas comunidades onde vivem.

Em vista disso, este estudo centrou-se em analisar a implantação de uma política pública com perspectiva de gênero no Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, que em conformidade com a redação da Lei da sua criação Lei nº 11.892/2008, das suas finalidades e objetivos, prevê entre outras, ações que possam estimular processos educativos que levem a geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional bem como o acesso das populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação.

O primeiro objetivo foi à caracterização do perfil do público participante da primeira turma, destacando as questões educacionais. Este objetivo foi alcançado, verificamos que as mulheres desta primeira edição possuem características de grupos menos favorecidos, isto é, vivem em condições de vulnerabilidade social. Mesmo a maioria delas residindo com o seu companheiro/cônjuge, utilizam a rede assistencial, como a Bolsa Família, e exercem atividades informais como forma de complementação da renda familiar para suprir as necessidades básicas. Na questão educacional, a baixa escolaridade está presente no grupo e como consequência disto o desemprego.

A maior parte das alunas respondeu no questionário que não possui trabalho remunerado, mas nas entrevistas é possível perceber que “não trabalho” não significa necessariamente que elas preferem se ocupar somente do trabalho doméstico, mas que não possuem qualificação adequada muitas vezes exigida para o mundo de trabalho. Podemos evidenciar isto na fala das alunas: “conseguir um emprego que venha de encontro com as minhas necessidades...” (ALUNA F, 02/07/2013)

O segundo objetivo foi investigar junto às participantes deste Projeto se houve impacto, em curto prazo, no seu cotidiano profissional e pessoal. Quanto a este objetivo, percebemos que o Projeto provocou mudanças consideráveis no cotidiano das alunas. Quanto ao comportamento, percebemos que elas se sentem mais seguras para se comunicarem com os outros, quanto à elevação de escolaridade muitas voltaram a estudar, e algumas também conseguiram mudança a

nível profissional, ou seja, o reconhecimento profissional dentro da empresa que prestava serviço. Ainda no cotidiano, as atividades desenvolvidas no Projeto, é o caso das oficinas na área de culinária, contribuíram para a qualidade de vida dos seus familiares, com o reaproveitamento adequado dos alimentos e novas receitas, agregando valor nutricional nas comidas preparadas para a família.

Em relação ao terceiro objetivo de investigar junto à Direção do IFPR – Câmpus Palmas e a coordenação do Projeto a participação do instituto para o desenvolvimento do referido Programa. Podemos verificar que a questão da inclusão vem sendo discutida em vários espaços e nas instituições de ensino a presença deste debate é bastante forte, pois a educação é um dos caminhos que muitas vezes leva a inclusão social.

O Programa Nacional Mulheres Mil é uma política pública, que tem por base a educação para a emancipação, para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável. Diante deste contexto, percebemos que esta política pública foi “desenhada” para os Institutos Federais, pois, quando da sua criação, cada unidade da rede federal de educação tecnológica tem a responsabilidade de estimular e apoiar os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional, como já citado anteriormente. Portanto, os Institutos Federais vão estar “obrigados” a apresentar Projetos de apoio a essa política pública. As ações dos Projetos de extensão são um processo educativo, científico que viabiliza as relações transformadoras entre o Instituto e os demais setores da sociedade, atendendo as demandas dos Arranjos Produtivos Locais – APL’s, social e cultural no qual o campus está inserido, e o interesse institucional, estimulando ações que possibilitem o desenvolvimento de Projetos de extensão com relevância social.

Por último, quanto à prática docente dos professores inseridos no programa, verificamos que neste objetivo, muitos professores da instituição não tem conhecimento deste Projeto e foi por meio de convite que alguns docentes se disponibilizaram a trabalhar no Projeto. No entanto, percebemos na fala dos professores que o trabalho realizado com essas mulheres, tendo como ponto de partida a valorização dos saberes construído no dia-a-dia, suas vivências e aprendizagens formais e não formal, foi uma oportunidade ímpar de um diálogo com a diversidade, relacionando o conhecimento de mundo delas com o conhecimento científico de modo a elevar a escolaridade das mesmas.

Para alcançarmos o objetivo da nossa pesquisa, o cenário investigado foi basicamente o Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, a comunidade quilombola e as alunas, cujos relatos foram muito importante.

Em relação aos resultados obtidos no Projeto, as questões educacionais previstas no objetivo nacional do programa não foram alcançadas de forma eficaz, as alunas reconhecem a importância de voltar a estudar, no entanto, constatamos que a evasão no curso se comparado ao EJA – Educação de Jovens e Adultos, foi muito grande, o que contradiz os documentos do Programa Nacional Mulheres Mil.

Enquanto ação educacional, o Programa Mulheres Mil contribui para a ampliação do alcance da educação de jovens e adultos, visando à elevação de escolaridade de suas beneficiárias. Como alia a educação regular com a formação profissional, o índice médio de evasão é inferior ao EJA tradicional, uma vez que a aluna vê no programa uma possibilidade de ingresso no mundo do trabalho. (BRASIL, 2011 p.3)

A média de evasão nos cursos ofertados pelo IFPR 2011/2012 foi de 39% e no IFPR – Câmpus Palmas foi de 32%, maior que a média no EJA do Paraná de 27% (KLEIN&FREITAS, 2011). Mesmo reconhecendo a importância da educação formal, apenas três alunas do Projeto de Extensão continuaram frequentando o curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O Projeto prevê a elevação da escolaridade, mas os desafios enfrentados pelas mulheres para atingir uma aprendizagem de qualidade atrelado a condição de vulnerabilidade social, vem de um processo histórico de exclusão ocupando cargos que exigem pouca qualificação escolar.

A inserção no mercado de trabalho está presente em boa parte da população, no entanto, quando consideramos as questões de gênero, idade e etnia este fato fica mais acentuado em determinados grupos. No caso das mulheres oriundas da Comunidade Quilombola de Palmas – PR, essas dificuldades estão muito presentes, nos resultados desta pesquisa verificamos que o Projeto proporcionou parcialmente a elevação de escolaridade, a autoestima, uma melhor relação na família e com a comunidade e iniciou uma reflexão sobre o seu papel na comunidade.

Podemos perceber que a experiência vivenciada pelas mulheres teve um significado maior nos aspectos pessoais, que vão além da qualificação e do aprendizado profissional. Isto demonstra o quanto nós vivemos numa sociedade

extremamente desigual, que questões de pequeno alcance podem ter grande importância e se sobressaem muito mais do que a escolaridade e a inserção no mercado de trabalho. Isto também revela o quanto às mulheres gostaria de serem ouvidas, de serem vistas e de se sentirem aceitas e não serem responsabilizadas pela situação em que vivem, mas que são frutos da desigualdade social tanto no que diz respeito ao acesso de bens e serviços, quanto ao seu papel de mulher na sociedade.

Também identificamos deficiências no Projeto, uma vez que a geração de renda e a inserção no mundo de trabalho devem ser a referência deste Projeto. Mesmo com as mudanças proporcionadas, ele não conseguiu inserir essas mulheres em empregos formais, pois nos relatos delas, percebe-se que aquelas que estavam trabalhando durante o Projeto permaneceram e poucas conseguiram ser de fato inseridas. Das alunas que visitamos, duas delas estavam trabalhando após a conclusão do curso na área em que fizeram a qualificação. Uma estava ministrando aula de artesanato no Projeto da escola quilombola e outra que trabalhava na limpeza na Prefeitura Municipal e foi promovida para a cozinha, como merendeira, mas é pouco uma vez que um dos principais objetivos desta política pública é contribuir para o alcance da Meta do Milênio que é a erradicação da pobreza.

A própria estrutura do Projeto contribuiu para que os objetivos não fossem alcançados na sua plenitude. A qualificação se deu em módulos, tanto para a parte básica como para a específica, isto é, reproduz uma característica de cursos rápidos, que servem mais para cumprir metas do governo.

Mesmo conhecendo as orientações para a implantação do Projeto no IFPR, percebe-se nas falas da coordenação local que a aproximação com as mulheres do município foram realizada posterior ao envio e aprovação do Projeto para o MEC/SETEC, ou seja, a qualificação proposta (alimentos e artesanato) havia um conhecimento prévio, mais não um diagnóstico mais detalhado das potencialidades locais e do público alvo como prevê os documentos. Este é um problema da própria organização do programa, uma vez que a coordenação local ao elaborar o plano de trabalho tem que prever os cursos que serão ofertados e a área de qualificação.

Estudos anteriores a este foram realizados, no estado do Sergipe e no estado de Tocantins assim com no IFPR – Câmpus Palmas os resultados apontam na mesma direção. No Instituto Federal de Sergipe – Câmpus Aracaju, a pesquisadora ressalta que:

Os cursos oferecidos por meio do IFS-Câmpus Aracaju, para as duas turmas analisadas, seguiu um caráter de cursos aligeirados, segmentação modular e pouca ou nenhuma relação com o tipo de curso oferecido e a realidade das comunidades nas quais as egressas residiam (OLIVEIRA, 2013 p.132).

No Instituto Federal de Tocantins – Câmpus Palmas, segundo a pesquisadora,

[...] a inclusão social dessas mulheres desfavorecidas, por meio, principalmente da oferta focada na autonomia em relação a alternativas para a inserção no mundo do trabalho e a empregabilidade não foi proporcionada pelo Projeto. Como também o relacionamento entre os novos conhecimentos adquiridos e as suas experiências situados em diferentes momentos das suas vidas (BRAGA, 2011 p.61-62).

Nas questões centrais, escolaridade e inserção no mundo do trabalho também verificamos que o Projeto Palmas para Mulheres Mil não conseguiu atingir os objetivos, isto porque, o Projeto no interior das instituições de ensino não tem condições de inserir as mulheres no mundo do trabalho, elevar a escolaridade das mesmas num curto espaço de tempo. É necessário elucidar o quanto as políticas públicas para um grupo de pessoas, sejam elas mulheres, jovens ou outros grupos precisam de uma reordenação das suas ações para auxiliar na sua efetivação.

Os resultados mostram que há uma distância considerável entre o que está previsto, os resultados alcançados e a realidade em que as mulheres se encontram. Quanto a torná-las cidadãs mais críticas, houve pequenos avanços, principalmente na compreensão dos seus direitos, no entanto, não o suficiente para que o sentimento de culpa pela própria situação em que vivem fosse eliminado, pois quando se trata de elevar a escolaridade de um grupo da sociedade, isso não ocorre de modo espontâneo, há outros problemas próprios destes contextos que precisam ser resolvidos, tais como o preconceito, a dificuldade de acesso ao sistema de saúde, de educação.

As desigualdades de gênero são históricas, assim a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que visam à inclusão no mercado de trabalho e a renda precisa levar esses elementos em consideração e em relação às alunas da Comunidade Quilombola ainda tem outros elementos histórico como o preconceito, o racismo o que agrava a inserção no mercado de trabalho.

Nesta relação entre a educação e a educação para o trabalho na qual as alunas foram submetidas faz-se necessário uma ação humanizadora que possa desenvolver todas as potencialidades do ser humano. Isto é a relação trabalho e educação tem papel muito importante na vida das pessoas, como formação e promoção dos seus direitos e como o meio de sustento e de realizações. Neste sentido, a relação entre trabalho e educação no Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil” exige o reconhecimento do caráter sexista e racista do padrão de trabalho, especificamente em nossa formação social.

Mesmo não alcançando resultados impactantes a nível social, educacional, econômico e cultural, o Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, através do Projeto de Extensão “Palmas para Mulheres Mil”, hoje um dos Projetos de extensão mais importantes da instituição, segundo a Direção Geral do Câmpus, embora incipiente, mas de maneira efetiva, conseguiu alterar alguns padrões de comportamento das mulheres desta primeira edição.

O Projeto foi uma intervenção na realidade da Comunidade, uma ação concreta que contribuiu para a elevação de escolaridade, qualificação profissional e melhoria na qualidade de vida e autoestima das participantes. Este tipo de ação só é possível quando os atores envolvidos – governo, gestores, docentes, acadêmicos, alunos, família e a comunidades a qual estão inseridas e os parceiros – desempenham seu papel com responsabilidade, desde o processo de planejamento do Projeto até às avaliações de conclusão.

Neste estudo foi possível verificar junto ao público alvo os impactos de curto prazo, sendo que novos estudos serão necessários para que possamos avaliar eventuais transformações no cotidiano das mulheres em médio e longo prazo, bem como comparativos entre os demais grupos de mulheres que participaram do programa.

Diante disso, não tivemos como pretensão finalizar o diálogo desta temática, mas de contribuir para uma reflexão acerca deste Projeto de extensão, com enfoque de gênero e etnia, pois as mulheres constituem um grupo que está em desvantagem, seja no mercado de trabalho, nas instâncias de decisão, na vulnerabilidade à violência doméstica e no acúmulo de atividades não remuneradas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Zulu. **Patrimônio da Cultura Negra**. Revista Palmares Cultura Afro-Brasileira, Ano IV, número 4 – outubro/2008. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/revista04.pdf>>. Acesso em 28/01/2013

ARRUTI, J. M. A. **Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação**. In. PAULA, M.; HERINGER, R. (Org.) Caminhos Convergentes - Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil. ed 1. Vol. 1, 75-110. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, Action AID, 2009. Disponível em: [http://br.boell.org/downloads/caminhos\\_convergentes\\_03\\_jose\\_mauricio.pdf](http://br.boell.org/downloads/caminhos_convergentes_03_jose_mauricio.pdf). Acessado em: 05/11/2013.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – uma discussão conceitual**. Revista Debates, Porto Alegre, v.6, n.1, p.173-187, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099>. Acessado em 13/11/2013.

BRAGA, Ana Carolina Falcão. **Projeto Mulheres Mil e Gênero: comercialização das pequenas produções das mulheres no setor Santa Bárbara em Palmas – TO**, Dissertação (mestrado) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2011 77f. Seropédica-RJ. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/dissertacao/Ana%20Carolina%20Falcao%20Braga.pdf>. Acessado em 10/05/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Mulheres Mil: do sonho à realidade**. Org. Stela Rosa – Brasília: Ministério da Educação, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2011. Disponível em: [http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=53&lang=br#content](http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=53&lang=br#content). Acessado em: 29/06/2012

\_\_\_\_\_. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm) acessado em 11/09/2013.



\_\_\_\_\_. Programa Brasil Quilombola. **Comunidades Quilombolas Brasileiras Regularização Fundiária e Políticas Públicas**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/pbq.pdf>. Acessado em: 02/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 25/02/2014

\_\_\_\_\_. **IBGE, 2012 - Síntese dos Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida dos Brasileiros**. Estudos & Pesquisas – Informações Demográficas e Socioeconômica. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2012/SIS\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf). Acessado em 24/02/2014

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm) acessado em 19/10/2013., Acessado em: 11/09/2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Bolsa Família**. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio\\_form.php?p\\_ibge=411760&area=0&ano\\_pesquisa=&mes\\_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=411760&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601) Acessado 27/02/2014.

CASTRO, L. M. C. **A Universidade, a Extensão Universitária e a Produção de Conhecimento Emancipadores**. Texto extraído da tese de doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. 2004 Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt11/t1111.pdf>. Acessado em: 30/10/2013.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. São paulo: Cortez, 1995.

COSTA, M. M. M., PORTO, R. T. C. **A Transversalidade das Políticas Públicas de Gênero: Um Caminho para Efetivação dos Direitos Sociais da Mulher**. Anais - II Simpósio Internacional de Direito: dimensões materiais e eficácias dos direitos fundamentais. Chapecó, 2012 Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/simposiointernacionaldedireito/article/view/1622/1064>. Acessado em 19/12/2013.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.

FARAH, Martha Ferreira dos Santos. **Gênero e Políticas Públicas**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>. Acesso em 28/01/2013

FERREIRA, R. A. e NASCIMENTO, V. P. **O legado quilombola de Palmas e a sala de aula: uma proposta de intervenção pedagógica** 2010 Disponível em: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2465-8.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2465-8.pdf).. Acessado em: 02 de outubro de 2011

FORPROEX. **Conceito de Extensão, institucionalização e financiamento**. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UnB, Brasília: 1987. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acessado em: 15/11/2013.

\_\_\_\_\_ **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileira, Manaus: 2012. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>. Acessado em: 15/11/2013

\_\_\_\_\_ **Carta do RIO DE JANEIRO**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades Públicas Brasileiras. 2013. Disponível em: [http://www.renex.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=108:14052013-xxxiii-forproex-carta-do-rj&catid=1:noticias](http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=108:14052013-xxxiii-forproex-carta-do-rj&catid=1:noticias). Acessado em: 20/11/2013.

FRANÇA, G. B.,(et al), **Gênero e Território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento de cidadania**, 2011 <http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/815/700>. Acesso em: 28/06/2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 24ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª edição, São Paulo, Atlas: 2007

HOCHMAN, G. ARRETCHE, M. MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. v. 1. 398 p.

**HISTÓRIA PARANAENSE,** Disponível em:  
<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=175>. Acessado EM 25/08/2013

KLEIN, Clós Ricardo. FREITAS, Maria do Carmo Duarte. **MOTIVOS DO ABANDONO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Estudo de Caso Escola do Paraná** . anais IV TEC SOC - Ciência e Tecnologia: Construindo a igualdade na diversidade 9 a 11 de novembro de 2011 Curitiba Disponível em: <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt007-motivosdo.pdf>. Acessado em 24/02/2014.

LIMA, Marcia. **Desigualdades Raciais e Políticas Públicas:** ações afirmativas no governo Lula. Novos Estudos – CEBRAP, 2010, n.87, pp. 77-95, Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf>>. Acesso em: 28/01/2013

LUZ, Nanci Stancki. **Desafios e Avanços nas políticas Públicas de Gênero.** In: LUZ, N.S.; CARVALHO, M.G.; CASAGRANDE, L.S. (Org.) Construindo a Igualdade na Diversidade: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: Ed. UTFPR, 2009 p. 193-207

MARIANO, Silvana Aparecida. **Incorporações de gênero nas políticas públicas:** incluindo os diferentes na cidadania. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 08 a 11 de abril de 2003, Florianópolis/SC. Disponível em:<<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/948-of7a-st3.pdf>>. Acesso em: 28/01/2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 7ª ed. 1997

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: Interfaces com a Educação e o Trabalho.** Dissertação (mestrado) na Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2013 157 f. São Cristovão-SE. Disponível em: [http://bdtd.ufs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1465](http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1465). Acessado em 16/02/2014.

OSÓRIO HERNANDEZ, Carmem. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre – RS, 2009.

PIOVEZANA, Leonel. **Território Kaingang na Mesorregião Grande Fronteira do**

**Mercosul – Territorialidades em Confronto.** 286f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul/RS, 2010. Disponível em: <http://btd.unisc.br/Dissertacoes/Leonel.pdf>. Acessado em: 15/04/2014.

RODRIGUES, Almira. **Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Gênero.** Centro Feminista de Estudos e Assessoria- CFEMEA, Brasília, Ed. UnB, 2004. Disponível em: [http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1575:participacao-politica-das-mulheres-e-gestao-em-politica-de-genero&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146](http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1575:participacao-politica-das-mulheres-e-gestao-em-politica-de-genero&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146). Acessado em: 20/12/2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo.** Revista de Estudos Feminista [on line]. 2001, vol.9, n.2, p.515-540 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf>. Acessado em: 13/11/2013.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Extensão Universitária: Um conceito em transformação.** XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP- Campinas – 2012. Disponível em: <http://www2.unimep.br/endipe/3473d.pdf>. Acessado em: 15/11/2013.

SARACENO, C. **A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de Gênero e Cidadania.** In: BONACHHI, G.; GROPPPI, A. (Org). *O dilema da Cidadania*. Unesp. São Paulo, 1995, p. 205-234

SCHMIDT, João Pedro. **Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos.** In: REIS, J.R.; LEAL,R.G. (Org.) *Direitos Sociais e Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008 p.2307-2333

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M. e CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas.** *Ambiente & Sociedade*. [online]. 2002, n.10, pp. 129-136. ISSN 1809-4422. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>. Acessado em: 20/12/2013.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórico.** *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20 n.2, 1995 revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do inglês original. Disponível em: [https://archive.org/details/scott\\_gender](https://archive.org/details/scott_gender). Acessado em: 19/12/2013.

SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas.** Série Políticas Públicas, Vol. 7 – Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008. 48 p.

SILVA, Mary Anne Vieira. **COTIDIANO E LUGAR: interpretações conceituais numa leitura geográfica para uma prática de ensino.** II Encontro Estadual de Didática e Práticas de Ensino – EDIPE, A didática e os diferentes espaços, tempos e modos de aprender e ensinar. Goiânia (GO) 2007. Disponível em: [http://www.ceped.ueg.br/anais/IIedipe/pdfs/cotidiano\\_e\\_lugar.pdf](http://www.ceped.ueg.br/anais/IIedipe/pdfs/cotidiano_e_lugar.pdf). Acessado em: 16/04/2014.

SILVA, Simone Rezende, NASCIMENTO, Lisangela Kati. **Negros e territórios quilombolas no Brasil.** Cadernos CEDEM, 2012, n<sup>o</sup> 1, vol. 3 p. 23-37. Disponível em: < <http://200.145.171.5/revistas/index.php/cedem/article/viewFile/2339/1962>>. Acesso em: 29/01/2014.

SILVEIRA, M. L. **Políticas Públicas de Gênero: Impasses e Desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva de igualdade.** In: Revista Presença de Mulher, ano XVI, n. 45, p. 1-7, out/2003.

STOCO, Sergio. **Família, educação e vulnerabilidade social: o caso da Região metropolitana de Campinas.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011 208f – Campinas, SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000839416&fd=y> Acessado em: 15/04/2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias [online], 2006 n. 16, p. 20 - 45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acessado em 12/11/2013.

SOUZA, Nara Vieira. et. al. **Profissionalização, Memórias e Contextos Sociais.** Reflexões sobre Projeto Internacional Mulheres Mil, Brasil/Canadá. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, 21 a 23 de setembro de 2011 São Cristóvão- SE/Brasil. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/123456789/505/1/ProfissionalizacaoMemorias.pdf> . Acessado em: 02/03/2014.

SUZINA, Ana Cristina. **Formulação de Políticas Públicas.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2013.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Revista AATR, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03->. Acesso em: 29/06/2012

**APÊNDICE****Apêndice 01****Questionário socioeconômico – preenchido na pré-inscrição**

1) Quantos anos você tem? \_\_\_\_\_

2) Você tem filhos?

Sim ( )

Não ( )

Se sim, quantos?

( ) 1

( ) 2

( ) 3

( ) 4

( ) mais de 4

3) Quantos membros da sua família moram com você?

( ) 1

( ) 2

( ) 3

( ) 4

( ) 5

( ) mais de 5

4) Você esta cadastrada no programa Bolsa-Familia? Recebe Algum tipo de benefício social do Governo federal ou Estadual (exemplos: Bolsa-Familia ou outros?)  
Especifique

( ) não sou cadastrada ( ) sou cadastrada e recebo benefício

( ) sou cadastrada mas não recebo benefício

5) Qual seu grau de escolaridade?

( ) ensino fundamental completo

( ) ensino fundamental incompleto.

( ) ensino médio completo.

( ) ensino médio incompleto.

( ) ensino superior incompleto.

( ) ensino superior completo.

6) Assinale a modalidade de ensino e tipo de escola que você cursou o ensino fundamental e/ou médio (assinale de acordo com seu maior grau de escolaridade):

- ensino regular todo em escola pública.
- ensino regular todo em escola particular.
- ensino regular, sendo maior parte em escola pública.
- ensino regular, sendo maior parte em escola particular.

7) Em relação ao interesse pelo curso pretendido, assinale a alternativa (apenas uma) que melhor represente suas expectativas em cursá-lo:

- pretendo empreender nessa área profissional;
- pretendo conseguir um emprego a partir da formação inicial oferecida;
- pretendo uma qualificação para as atividades que exerço;
- pretendo conhecer essa área profissional a título de cultura geral;
- pretendo a certificação para atender as exigências da empresa em que trabalho;

8) Você trabalha atualmente?

- Sim, em empresa pública ou privada relacionada ao curso em que pretendo ingressar no IFPR;
- Sim, em empresa pública ou privada em área diferente do curso que pretendo ingressar no IFPR;
- Sim como profissional liberal em área relacionada ao curso que pretendo ingressar no IFPR;
- Sim, como profissional liberal em área diferente do curso que pretendo ingressar no IFPR;
- Estou desempregada atualmente, mas sou profissional de área relacionada ao curso em que pretendo ingressar no IFPR;
- Estou desempregada atualmente, mais estou interessado em trabalhar na área profissional em que pretendo ingressar no IFPR, em empresa pública ou privada, ou como autônomo;
- Não trabalho;

9) Qual renda mensal da sua família?

- não tenho renda mensal
- até R\$ 415,00
- de R\$ 416,00 a R\$ 623,50
- de R\$623,51 a R\$830,00
- entre R\$ 831,00 e R\$ 1037,50
- entre R\$ 1037,51 e R\$ 1245,50
- entre R\$ 1246,00 e R\$1452,50
- entre R\$ 1452,51 e R\$ 1660,00
- entre R\$ 1661 e R\$ 1867,50
- entre R\$ 1865,00 e R\$ 2075,00
- entre R\$ 2076,00 e R\$ 2282,50
- entre R\$ 2283,00 e R\$2490,00
- entre R\$ 2491,00 e R\$ 2697,50

- ( ) entre R\$ 2698,00 e R\$ 2905,00
- ( ) entre R\$ 2906,00 e R\$ 3112,50
- ( ) acima R\$ 3113,00

10) Qual a participação na renda da família?

- ( ) não trabalho e meus gastos são financiados pela família.
- ( ) trabalho e recebo ajuda da família.
- ( ) trabalho e me sustento.
- ( ) trabalho e contribuo com o sustento da família.
- ( ) trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.

11) Por que você quis fazer esse curso?

---

---

12) Qual a sua relação com o curso e atividade desenvolvida no dia-a-dia?

---

---

13) Qual a perspectiva após a conclusão do curso oferecido?

---

---

14) Quais suas habilidades e quais as atividades que você gosta de desenvolver?

---

---

15) O que você sabe que um profissional da área de serviço e alimentação faz em seu dia-a-dia de trabalho?

---

---



**Apêndice 02****Questionário para as alunas concluintes do Projeto:  
Palmas para Mulheres Mil**

1- Estado Civil

- casada  
 solteira  
 separada/divorciada  
 viúva  
 outros

2- Idade

- 18 a 25  
 26 a 33  
 34 a 41  
 42 a 49  
 mais de 50

3- Grau de escolaridade

- 1º grau completo  
 1º grau incompleto  
 2º grau completo  
 2º grau incompleto  
 Não alfabetizado

4- Filhos

- 0  
 1  
 2  
 3  
 4 ou mais

5- Quantos membros da sua família moram com você?

- 1  
 2  
 3  
 4  
 mais de 4

6- Recebe Algum tipo de benefício social do Governo Federal ou Estadual

- não  
 sim \_\_\_\_\_

7- Renda mensal da família

- até 1 salário mínimo (R\$ 622,00)  
 até 2 salários mínimos (R\$ 1.244,00)

- até 3 salários mínimos (R\$ 1.866,00)
- até 4 salários mínimos (R\$ 2.488,00)
- mais de 4 salários mínimos (R\$ 3.110,00)

8- Trabalha atualmente?

- não trabalho
- trabalho
- trabalho e contribuo com o sustento da família
- trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.

### **Em relação ao Programa Palmas para Mulheres Mil**

1 – A participação no Projeto levou você a repensar o papel da mulher na sociedade.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

2- O Projeto propiciou espaço para reflexão das desigualdades entre homens e mulheres.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

3- As oficinas realizadas promoveram o aperfeiçoamento pessoal.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

4- As oficinas ofertadas atenderam as expectativas iniciais na participação do Projeto.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

5- As atividades desenvolvidas nas oficinas provocaram mudanças significativas em seu dia-a-dia.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo

Discordo plenamente

6- A carga horária foi adequada ao tema proposto durante às oficinas.

Concordo plenamente

Concordo

Indeciso

Discordo

Discordo plenamente

7- As atividades desenvolvidas nas oficinas estavam de acordo com o tema proposto.

Concordo plenamente

Concordo

Indeciso

Discordo

Discordo plenamente

8- As atividades desenvolvidas no programa trouxeram contribuições para organização do orçamento doméstico.

Concordo plenamente

Concordo

Indeciso

Discordo

Discordo plenamente

9- A participação no Projeto estimulou você a procurar outros cursos de aperfeiçoamento profissional no IFPR e em outras instituições de ensino.

Concordo plenamente

Concordo

Indeciso

Discordo

Discordo plenamente

10 – A participação no Projeto pode constituir-se em um fator de mudança na sua vida social e econômica.

Concordo plenamente

Concordo

Indeciso

Discordo

Discordo plenamente

11- A participação no Projeto criou alternativas para a sua inserção no mercado de trabalho.

Concordo plenamente

Concordo

Indeciso

Discordo

Discordo plenamente

12 – A quantidade de cursos oferecidos foi coerente com a proposta inicial do Projeto.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

13 – Você recebeu apoio e estímulo para a permanência no Projeto.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

14- As informações recebidas nas oficinas foram claras para que pudessem atingir o objetivo da mesma.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

15- As oficinas realizadas proporcionaram a sua autoestima.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

16- O repasse da bolsa (auxílio financeiro) foi importante para sua continuidade no Projeto.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

17- Você se sente uma pessoa diferente depois da participação no Projeto.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo
- Discordo plenamente

18 – Você sente-se mais segura para iniciar um pequeno negócio.

- Concordo plenamente
- Concordo
- Indeciso
- Discordo

Discordo plenamente

19- A participação no programa fez você repensar a sua participação na comunidade.

Concordo plenamente

Concordo

Indeciso

Discordo

Discordo plenamente

20- As trocas de experiências no Projeto contribuíram para o seu crescimento pessoal e profissional.

Concordo plenamente

Concordo

Indeciso

Discordo

Discordo plenamente

### Apêndice 03

#### Roteiro de entrevistas para as participantes do Projeto Mulheres Mil, turma 2012.

1- Como tomou conhecimento deste Projeto?

( ) Através de uma amiga/vizinhos

( ) Através da rádio

( ) Através de liderança da comunidade

( ) Visita da própria instituição

( ) Outro \_\_\_\_\_

2- Qual foi a sua expectativa inicial do Projeto?

( ) De ter um certificado

( ) De conseguir um emprego

( ) De aprender um ofício

( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

3- Como foi a repercussão do Projeto na comunidade?

( ) Boa ( ) Razoável ( ) Indiferente

4- As expectativas iniciais sobre o Projeto foram atendidas ao longo do desenvolvimento do mesmo?

( ) sim ( ) Algumas ( ) Não

Quais? \_\_\_\_\_

5- Como você percebe essa possibilidade de formação profissional na fase adulta?

6- As oficinas voltadas para a formação profissional atenderam as suas expectativas em relação ao Projeto?

( ) sim ( ) não ( ) Algumas

Quais? \_\_\_\_\_

7- Em que os conhecimentos obtidos nas diversas áreas (português, matemática, Direito da mulher, ética, entre outros) estão contribuindo no seu dia a dia?

( ) No trabalho.

( ) Na relação com as pessoas da comunidade.

( ) Na participação do orçamento familiar.

( ) Na convivência com a família

( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

8- Quais as mudanças que você pode perceber após o seu envolvimento com o Projeto?

9- Após o término do Projeto, você está participando de algum outro curso de aperfeiçoamento profissional no IFPR ou em outras instituições?

( ) sim ( ) não Se sim, qual? \_\_\_\_\_

## Apêndice 04

### Roteiro de entrevistas para a Coordenação do Projeto Mulheres Mil.

1- Como Ocorreu a sua inserção neste Projeto

( ) convite

( ) reunião aberta para todos os docentes

( ) Comunicado do IFPR aos servidores

( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

2- Como foi o processo de seleção das mulheres que se inscreveram no Projeto?

3- Houve dificuldades durante a implantação do Projeto aqui na instituição?

( ) Sim ( ) Não

Quais? \_\_\_\_\_

4- Este Projeto está estruturado em torno de três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, envolvendo a dimensão pessoal, de relacionamento e profissional. Como foi construída a proposta de ação para cada uma dessas dimensões?

5- Em relação à dimensão profissional, como foi estruturada a formação das participantes?

6- Qual formação consta na certificação?

7 - Os objetivos evidenciados na proposta foram atingidos.

( ) Todos foram atingidos

( ) Alguns foram atingidos

( ) Não foram atingidos

Quais? \_\_\_\_\_

8- Alguns Subprojetos do Programa Nacional Mulheres Mil, em outras instituições, procuraram direcionar a formação das mulheres de acordo com o potencial mercadológico de uma região da cidade. Como aconteceu esse direcionamento aqui no IFPR – Câmpus Palmas?

9- No seu entender o Projeto conseguiu estabelecer mudanças reais no modo de vida das mulheres participantes?

( ) Sim ( ) Não

Quais? \_\_\_\_\_

10- Qual o papel/atuação dos parceiros (Prefeitura Municipal, SENAR, etc) no Projeto?

11- Como foi a colaboração destes parceiros no Projeto?

12- Em relação aos docentes do IFPR – campus Palmas, como foi a contribuição destes no Projeto?

13- Após o término da primeira turma, quais as contribuições deste Projeto:

- a) Para o IFPR
- b) Para a comunidade
- c) Especificamente para as mulheres participantes

14- Haverá continuidade deste Projeto?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, haverá mudanças? Quais? \_\_\_\_\_

15- Relate a sua experiência com o Projeto Mulheres Mil na instituição.



## Apêndice 05

### **Roteiro de entrevistas para a Direção Geral e Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.**

1- De que forma se deu o conhecimento dos dirigentes do IFPR sobre o Projeto Nacional Mulheres Mil?

- ( ) Edital
- ( ) Informativo
- ( ) Outras fontes. Qual? \_\_\_\_\_

2- Como se deu o interesse e a inserção de docentes em relação a esse Projeto?

3- Que importância teve/tem esse Projeto para o IFPR e para a comunidade quilombola Palmas-PR?

4- Mencione quais as contribuições da implantação deste Projeto:

- a) para o IFPR \_\_\_\_\_
- b) para a comunidade \_\_\_\_\_

5- Na sua avaliação, quais são os aspectos positivos e os frágeis do Projeto?

## **Apêndice 06**

### **Roteiro de entrevistas para os docentes participantes do Projeto de extensão**

- 1- Como se deu o interesse e a sua inserção no Projeto?
- 2- Como você vê este Projeto de extensão para o IFPR - Câmpus Palmas?
- 3- Como foi trabalhar com um grupo de características diferentes em relação ao que estamos acostumados no dia-a-dia de trabalho?
- 4- Como foi mediado o trabalho realizado nas atividades, isto é, entre conhecimento empírico e conhecimento científico?
- 5- Em sua opinião quais os aspectos positivos e aspectos frágeis deste Projeto?

## Apêndice 07



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
 Campus Pato Branco  
 Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A estudante Marcia Beraldo Lagos, regularmente matriculada no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR, da UTFPR campus Pato Branco, está executando uma atividade de investigação vinculada ao seu Projeto de Dissertação intitulado **“PALMAS PARA MULHERES MIL” EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: A Participação do IFPR – Câmpus Palmas no Programa Nacional de Inclusão Social**. O objetivo do referido Projeto consiste em “Analisar a implantação do Programa Nacional Mulheres Mil no âmbito do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, tendo como público-alvo principalmente as mulheres moradoras das Comunidades Quilombolas”.

Sua colaboração na pesquisa será de suma importância para o desenvolvimento da mesma. Por isso, pedimos a sua participação e autorização para a realização de coleta de dados pertinentes ao referido Projeto através do fornecimento de informações por meio de: observação direta, conversas informais, documentos oficiais, questionários e/ou entrevistas. Suas informações serão utilizadas apenas para as finalidades da pesquisa e não serão objetos de avaliação pessoal no sentido de verificação de acerto ou erro.

A participação na pesquisa não envolve risco físico, tampouco constrangimento de qualquer natureza. A identidade dos envolvidos será preservada em todas as fases dos Projetos e os mesmos terão pleno direito de censura sobre os conteúdos que fornecerem individualmente.

Se a qualquer momento desejar informações adicionais sobre as pesquisas ou, se não querendo mais participar, desejar interromper sua participação, pode entrar em contato no horário comercial pelo telefone (46) 3220-2608 ou pelo e-mail [marial@utfpr.edu.br](mailto:marial@utfpr.edu.br), endereçando a mensagem à Professora Maria de Lourdes Bernartt, orientadora desta pesquisa.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Bernartt  
 Orientadora

### TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, na condição de ( ) coordenador, ( ) professor, ( ) aluno, declaro que fui devidamente esclarecido(a) sobre a pesquisa e concordo em participar da mesma autorizando e fornecendo informações através de conversas informais, observação direta, documentos oficiais, questionários e/ou entrevistas.

Pato Branco, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura

Apêndice 08



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL  
PARANÁ

# CERTIFICADO

Certificamos que **participou do "Programa Mulheres Mil"**, promovido pelo Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, realizado entre 01 de março de 2012 e 20 de dezembro de 2012, perfazendo um total de 232 horas de atividades.

Palmas – PR, 18 de fevereiro de 2013

**Carmem Waldow**  
Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão

**Mirele Carolina Werneque Jacomei**  
Coordenadora do Projeto